

INTRODUÇÃO

O SENTIDO INÍQUO DAS TRASFORMAÇÕES DA REALIDADE BRASILEIRA¹

A heterogeneidade estrutural e a desigualdade social têm sido a marca das economias latino-americanas. A industrialização, que deveria promover a homogeneização dessas estruturas, apresentou efeito contrário nos capitalismo tardios, alargando diferenças. As transformações da agricultura, ao internalizar o "modelo americano", espalharam esse processo excludente por todo o espaço geográfico. A Questão Agrária é um elemento central dessa disparidade estrutural que se move no tempo, dada a importância da agricultura nessas economias. Após dominar o processo de discussão das alternativas da política econômica brasileira na década de 60, essa temática foi paulatinamente deixada de lado, persistindo, contudo, em alguns grupos que, destacando sua raiz estrutural, trazem-na à tona e a recolocam constantemente. Essa preocupação assenta-se no entendimento de que determinantes conformaram a excludência extremada à sociedade nacional.

A compreensão do quadro paradoxal de uma sociedade industrial com elevado contingente populacional, que, não possuindo renda suficiente, não acessa o mercado ou o faz precariamente - mesmo para a sua alimentação básica

¹Karl Marx e Friedrich Engels, na metade do século XIX, haviam caracterizado o desenvolvimento capitalista como um desenvolvimento de contradições. Segundo eles "o operário moderno, pelo contrário, longe de se elevar com o progresso da indústria, desce cada vez mais dentro de sua própria classe. O trabalhador cai na miséria e esta cresce ainda mais rapidamente que a população e a riqueza" (MARX & ENGELS, 1980). Entretanto, percebendo que a sobrevivência do capitalismo passava por algum meio de amenizar as disparidades, a partir dos anos 30 deste século, os países capitalistas desenvolvidos passaram a executar políticas sociais de corte keynesiano, conhecidas como a busca do Estado do Bem Estar Social (Welfare State). A disparidade na apropriação da riqueza produzida constitui a essência do modo de produção capitalista, e o que se quer é destacar a radicalidade dos contornos desse processo em sociedades em que as políticas sociais são reconhecidamente tímidas como a brasileira.

-, só é possível com base na análise da construção histórica da economia brasileira. Esse percurso metodológico exige clareza conceitual para que não se confunda essência com aparência, diferenciando conceitualmente e contextualizando na história as idéias de Questão Agrária e Questão Agrícola. Resgatando no seu conteúdo as definições de problemas próprios e impróprios de RANGEL (1962), GRAZIANO DA SILVA (1980) afirma que "a Questão Agrícola diz respeito aos aspectos ligados às mudanças na produção em si mesma: o que se produz, onde se produz e quanto se produz. Já a Questão Agrária está ligada às transformações nas relações de produção: como se produz, de que forma se produz. No equacionamento da Questão Agrícola, as variáveis importantes são as quantidades e os preços dos bens produzidos. Os principais indicadores da Questão Agrária são outros: a maneira como se organiza o trabalho e a produção; o nível de renda e emprego dos trabalhadores rurais, a produtividade das pessoas ocupadas no campo, etc...". A apreensão da realidade e as soluções dependem da amplitude da compreensão em relação a essas "duas questões" intrinsecamente associadas. Nos anos 50, as análises já mostravam essa diferença de perspectiva em relação ao desenvolvimento capitalista da agricultura, visualizando no Brasil a realidade então vigente na agricultura norte-americana.

Os defensores da solução apenas da questão agrícola argumentavam que esta estaria associada à necessidade de modernização da agricultura, com o que a produtividade da terra e do trabalho se elevariam em decorrência da incorporação de insumos, máquinas e técnicas de condução modernas. A incorporação do "modelo americano" consistiria em aumentar a produtividade dos fatores, pois, "os agricultores não podiam aumentar suas rendas nas culturas e nas criações usando os mesmos métodos extensivos ... isso somente poderá se dar com a intensificação do uso de ferramentas, máquinas, benfeitorias, adubos, animais selecionados, etc. ... Esse é o motivo da agricultura dos Estados Unidos ter aumentado sensivelmente a sua produção durante a última guerra, apesar da diminuição do número de seus trabalhadores" (PAIVA, 1946). Nessa visão de Ruy Miller Paiva datada da segunda metade da década de 40, os instrumentos de políticas públicas, para concretizar tais objetivos, deveriam ser o crédito facilitado e a garantia de preços remuneradores, ou seja, condizentes com a preservação da economia de mercado (GONÇALVES & VEIGA F.º, 1996).

Os estruturalistas, focalizando essa problemática do ângulo da Questão Agrária, ou seja, de uma outra forma de compreender esse processo, privilegiavam mudanças estruturais inseridas numa perspectiva mais ampla de desenvolvimento econômico, embora a referência também se oriente para o "modelo americano". Nessa perspectiva, "o exemplo típico é o dos Estados Unidos da América no século passado. O processo de industrialização não só não veio emparelhado com uma destruição das bases materiais da produção natural, senão que, ao contrário, teve como resultado uma contínua melhoria de tais bases. Sem dúvida, mais que nenhum outro país grande produtor agrícola do mundo, a agricultura converteu-se numa indústria tão especializada como as outras... O camponês norte-americano, melhor que qualquer outro no mundo, teve a possibilidade de defender sua participação na renda nacional, durante todo o processo de industrialização, e pode capitalizar-se, melhorando sempre a sua técnica... O tratamento básico dispensado ao problema da agricultura é objetivamente o mesmo indicado para França e Estados Unidos, ou seja o fortalecimento das bases materiais do complexo rural pela reforma agrária" (RANGEL, 1954). Essa perspectiva, datada da primeira metade dos anos 50, coloca em questão os elementos estruturais da transformação. Toma o processo

de modernização no contexto da industrialização e do desenvolvimento capitalista na sua amplitude de mudança da estrutura econômica e social e não apenas como alteração nas práticas produtivas.

Na opção pela solução parcial no período pós-64, enfocando apenas a questão agrícola, a modernização da agricultura consolidou uma produção agropecuária em larga escala, calcada no uso de insumos e máquinas, tendo sido aprofundada no período recente pela industrialização da agricultura que levou a um crescente processamento/beneficiamento de matérias-primas produzidas pelo agropecuarista (KAGEYAMA et al. ,1990). Assim, no final da década de 70 tem-se a consolidação no espaço geográfico brasileiro do "modelo americano". Esse movimento ocorre dentro do processo de internacionalização de uma estrutura industrial, gestada no final do século passado e início deste nos Estados Unidos, e que se expande pelo mundo no período virtuoso de expansão capitalista no Pós-Guerra. A essência desse "modelo" é o rompimento dos limites setoriais tradicionais, para configurar uma economia extremamente integrada , com a junção dos planos financeiro e produtivo, ao mesmo tempo que se entrelaçam agropecuária e indústria numa forma específica de ocupação produtiva do espaço geográfico. Essa nova conformação setorial tem propiciado amplo debate sobre as categorias conceituais que seriam mais apropriadas para a compreensão dessa realidade e sobre os limites das variantes utilizadas (POSSAS, 1991; MULLER, 1991; GRAZIANO DA SILVA, 1991).

Esse processo havia sido realizado nos países avançados, notadamente nos Estados Unidos da América (EUA) que montaram um portentoso parque produtivo costa a costa, o que os transformou em caso único, tal como ocorreu com a Inglaterra na 1ª Revolução Industrial (MARX, 1983). Isso porque apenas nos EUA houve, pioneiramente, na plenitude, as pré-condições estruturais para desenvolver tal configuração de economia e sociedade. Nos países de capitalismo tardio como o Brasil, o desenvolvimento desse modelo experimentou inúmeras condicionantes internas, que conformaram resultados distintos daquele realizado nos Estados Unidos. O principal - por definir o perfil de sociedade resultante -, são as condições distributivas prévias profundamente desiguais, que ao contrário do que propugnavam as teorias clássicas de desenvolvimento econômico, aprofundaram-se, em vez de se homogeneizarem. Surgem então análises que mostram a gravidade da questão social e a profunda heterogeneidade estrutural do campo produzidas pelo "sucesso" do desenvolvimento capitalista na agricultura (MARTINE ,1989 ; GRAZIANO DA SILVA, 1992).

A profundidade das transformações da agricultura brasileira, demonstrada em séries históricas de produtividade do trabalho e da terra e pelos índices de crescimento da oferta, teve como decorrência o obscurecimento da problemática estrutural. Esta conforma um elevado perfil de desigualdade na sociedade. Nas análises do processo de industrialização, realizadas por Anibal Pinto, tem-se a utilização do conceito de heterogeneidade estrutural para caracterizar as profundas disparidades regionais, de renda e sociais, que marcam as economias latino-americanas, mesmo as que passaram por um amplo processo de industrialização. Diz o autor ser "difícil desconhecer que existe realmente uma descontinuidade, isto é, uma situação patente de heterogeneidade estrutural, seja qual for o ângulo que se escolha para a comparação, e que, por outro lado, contrasta com a apreciável homogeneidade das economias industrializadas ... Não resta dúvida que a visão dessa experiência estava na mente daqueles que defenderam o caminho da industrialização ... partia-se da suposição de que o novo

polo estabelecido em volta da indústria e projetado para dentro iria cumprir uma missão homogeneizadora semelhante à registrada nos centros ... No entanto, atualmente é notório que o otimismo desapareceu ... a capacidade de irradiação ou atração do setor moderno se mostrou muito menor que a esperada, para colocar a situação de maneira discreta. Desse modo, em vez de um progresso no sentido da homogeneização da estrutura global o que se apresenta é um aprofundamento da heterogeneidade" (PINTO, 1979).

Essa a face da sociedade que seria forjada com a industrialização sem reformas estruturais. Isso porque "o setor agrícola tende a comportar-se na prática como o grande regulador do mercado de trabalho da economia ... A crise agrária, portanto, interessa essencialmente à quantidade de mão-de-obra liberada pelo setor agrícola. A crise agrária brasileira atual exprime-se por um excedente concomitante de bens agrícolas supridos e de mão-de-obra liberada pelo setor agrícola, com a peculiaridade de que o excedente agrícola produz-se essencialmente no Sul (áreas desenvolvidas de antiga colonização), enquanto o excedente de mão-de-obra manifesta-se essencialmente no Nordeste e Minas Gerais (áreas subdesenvolvidas de antiga colonização)". Tem-se aí enunciados os dois problemas próprios da crise agrária brasileira, na visão de RANGEL (1962), que, tomados na profundidade de sua própria análise, são na realidade três: a superpopulação, que está na raiz do problema de desemprego urbano, a superprodução agrícola que só pode realizar-se no mercado externo, e a desigualdade regional colocando constantemente a necessidade de integração nacional. Dentro do processo de industrialização, essa heterogeneidade aprofunda-se, ganhando contornos de séria questão nacional.

A Questão Agrária insere-se no âmago da definição do perfil de sociedade construído no Brasil: ou seja, a heterogeneidade representa a visualização de uma realidade que se apresenta como um mosaico de iniquidades. Mas é importante salientar a profundidade das transformações ocorridas. A agricultura brasileira insere-se no processo de expansão em nível mundial do "modelo americano", consubstanciado num padrão de produção característico associado a um particular regime alimentar. A chamada "industrialização da agricultura" configura, portanto, a internalização dessa tendência hegemônica mundialmente. O padrão produtivo está calcado na mecanização e no uso, em larga escala, de insumos industriais na produção agropecuária, corroborados por um intenso processamento das matérias-primas agrícolas, em que as indústrias agroalimentares consubstanciam a "produção de alimentos duráveis", tanto em termos de vida útil, como do tipo de mercadoria. A esse padrão produtivo está associado um regime alimentar calcado em novos produtos industrializados, onde a proteína animal é o elemento central (FRIEDMANN, 1991). Assim, a expansão da produção agrícola está associada às definições emanadas desse "modelo americano" hegemônico.

No plano das culturas, trigo e soja são os elementos fundamentais em produção vegetal. A soja tem no farelo um componente das rações animais; o óleo é matéria-prima para óleos vegetais e para a confecção de outros derivados como a margarina. O trigo é a fonte de amido para as indústrias de massas alimentícias e de panificação. A base do regime alimentar é a proteína animal, tanto de carne bovina como avícola, o qual pode ser representado pelo "sanduíche americano", que tem como elemento central o "hambúrguer" de carne de animais produzido com farelo de soja ou, na sua versão vegetariana, com a própria "carne" de soja. Esse "hambúrguer", acompanhado de um ovo frito, por complemento pão de trigo ou centeio. Tais produtos - trigo, soja e protéicos animais - predominam no

mercado mundial, sendo motivo da guerra comercial entre os Estados Unidos e a União Européia (UE), que são os mais importantes exportadores mundiais (BURBACH E FLYNN, 1982). A esse núcleo de produtos, se agregam as frutas, as olerícolas e os sucos, notadamente os cítricos.

No plano da produção agropecuária brasileira, tem-se um avanço das culturas ligadas ao regime alimentar "fordista" (trigo², soja e milho), e uma perda de espaço das associadas à alimentação tradicional do brasileiro (feijão e mandioca), estas últimas tornando-se cada vez menos fundamentais e meros complementos aos novos produtos. Há além desses, a laranja, que se destina à produção de sucos cítricos para o mercado mundial, e a cana para o fabrico de açúcar a ser consumido nos mercados interno e externo e fornecimento de álcool combustível. São também de grande importância as frutas e olerícolas, as aves e ovos, o papel e celulose, o arroz irrigado, o leite e laticínios - todos com elevada capacidade produtiva e moderna tecnologia, em contrapartida ao café, que reduziu sua oferta à metade nas três últimas décadas. Em cada cadeia produtiva, um complexo de "organizações de interesses" estrutura a produção numa realidade dominada pela grande empresa, caracterizada como conglomerado cooperativo, ou como agroindústria.

Entretanto, mesmo reconhecendo essa modernidade como avanço no sentido positivo, é preciso ter claro que esse movimento representou também outro avanço, este com sentido negativo, na direção das disparidades. Na procura da explicação para esse segundo avanço indesejável, emerge a Questão Agrária como elemento a condicioná-lo. O perfil marcantemente desigual da sociedade brasileira tem na Questão Agrária um elemento persistente, em função de que seu equacionamento é pré-condição definidora do perfil de sociedade constituído no desenvolvimento capitalista. Em consequência, o processo brasileiro tem como características basilares o conservadorismo da sociedade (decorrente da capacidade de reprodução do poder de uma classe dominante conservadora que, além disso, "disciplina" as classes subalternas num conformismo também conservador) e a excludência no plano social. O capitalismo tardio brasileiro constituiu-se, portanto, com base no **aprofundamento das iniquidades** como universalidade fundamental. Dado o papel estrutural da Questão Agrária, a heterogeneidade acabou sendo conformada como característica da sociedade brasileira, o que revela em última instância que a agricultura passou por um processo de pseudomorfose, definido pela ocorrência de profundas transformações produtivas, realizadas sem rupturas no plano sócio-político. Dessa maneira, não é possível uma alternativa mais igualitária para essa sociedade desigual sem ao menos ter em conta os aspectos políticos e econômicos afetos à propriedade da terra concentrada.

As transformações que se processaram na agricultura e na economia brasileira não se concretizaram como uma metamorfose profunda das estruturas

²No caso do trigo, tem havido uma reversão da expansão da produção, que, tendo beirado a auto-suficiência no final dos anos 80, retrocedeu na década de 90, como resultado do desmonte da política setorial e da abertura do mercado interno. FERNANDES F^o (1995) historia mais de meio século de política tritícola, que visava reduzir a dependência de importação desse produto para o abastecimento interno, tendo conseguido chegar bastante próximo da auto-suficiência. Segundo o autor, "esse grande crescimento da produção e da produtividade foi resultado de uma grande intervenção do Estado na economia do trigo ... As normas e o aparelho institucional montados pelo Estado brasileiro permitiram completo controle da 'economia' do trigo". No processo de abertura do mercado interno aos produtos estrangeiros, realizado nos anos 90, acabou-se desmontando o aparato regulatório do complexo tritícola brasileiro; nos últimos anos, tanto a área como a produção caíram drasticamente, atingindo níveis em torno da metade dos observados nos tempos áureos da política protecionista (MARJOTTA & COSTA, 1995).

políticas, econômicas e sociais. Em primeiro lugar, representaram mudanças, com afirmação dos elementos essenciais que historicamente caracterizaram a sociedade brasileira. Nesse sentido, trata-se nada mais que uma pseudomorfose onde a mudança aparente esconde uma essência permanentemente reafirmadora de diferenças em aprofundamento. Trata-se do "modelo americano caricato", como bem definiu MELLO (1984), cuja essência revela as **iniquidades em aprofundamento** como característica da agricultura nacional, e também de toda a economia, como sendo produto histórico de um processo peculiar, onde determinantes endógenos moldaram e deram conteúdo específico aos determinantes emanentes do movimento mais geral do capitalismo no plano mundial.

A **iniquidade** exacerbada que se evidencia elemento intrínseco ao desenvolvimento capitalista brasileiro, mostra-se funcional com os movimentos das transformações, evoluindo com os desdobramentos do processo ao aprofundar-se em todos os planos. Nesse devir histórico, houve **modernização** porque se avançou no processo industrial, internalizando no final da década de 80 deste século, a base técnica do "padrão americano" da Segunda Revolução Industrial. Esse "padrão americano" expandiu-se mundialmente no pós-guerra e consubstancia-se num perfil produtivo calcado na metalmecânica como núcleo engendrador da dinâmica econômica, e, num perfil de consumo peculiar, centrado no aumento da ingestão de protéico-animal aliada à preferência crescente por produtos industrializados. Nesse sentido, o "padrão americano" está associado a um modelo de sociedade, cuja economia tem na industrialização da agricultura seu elemento basilar.

Tem-se então a internalização do **novo padrão agrário** no plano produtivo, calcado no **uso de insumos modernos** na agropecuária, exigindo a constituição de um departamento produtor de bens de capital com um forte segmento voltado para o atendimento dessa agropecuária. Tem-se também a constituição de uma sociedade urbanizada e consumidora de produtos transformados, seja pela industrialização de matérias-primas agrícolas, seja pela padronização/classificação. Nesse sentido, o **novo padrão produtivo da agricultura** incorpora a necessidade de uma estrutura industrial de transformação e beneficiamento, associada a uma rede de distribuição desenvolvida, calcada nos hipermercados e supermercados. A **modernidade**, portanto, conduziu a uma economia de grandes empresas na agricultura, o que pode ser notado pelas grandes empresas de insumos e máquinas, e pelas grandes cooperativas que centralizam o capital agropecuário e avançam no processamento/distribuição, no conjunto com as agroindústrias que organizam a produção. Esse perfil está também presente na rede varejista, cuja face atual é o hipermercado.

Mas o progresso, paradoxalmente, foi ao mesmo tempo uma opção **conservadora**, em razão de que, esse processo de transformações no plano produtivo, foi hegemônico por uma elite dominante, cujo perfil historicamente é caracterizado pela capacidade de promover transições sem rupturas preservando seu poder político e econômico. Trata-se de constituir a modernidade sob a égide de velhos métodos, como a coerção extra-econômica e apego ao patrimônio. Na agricultura, com reflexos em toda sociedade, tem-se a postergação no século XIX da abolição da escravatura, condenada mundialmente no início da década de 30 e só realizada no Brasil no final da década de 80 daquela época. Essa postergação condicionou de forma irreversível o sentido tardio do capitalismo brasileiro e, ainda assim, foi solucionada de maneira a manter "resquícios coloniais-escravistas", que garantiram a permanência do poder de dominação das elites.

Esse segmento dominante absorveu o ideário republicano e o tenentismo fazendo da República e da Revolução de 30 também passagens não traumáticas para si. A transição para a democracia recente, realizada de maneira consentida, é a mostra atual da persistência desse poder de moldar os resultados por parte das elites. Mas essa hegemonia política de mais de quatro séculos decorre de que, no conjunto das classes subalternas, esse conservadorismo autoritário também se reproduz nas famílias e nas organizações sociais. Resulta: a) do disciplinamento a que foram submetidas essas classes, em muitos momentos pela força (o que nega a idéia de que as mudanças brasileiras prescindiram do derramamento de sangue) e, b) de um processo de alienação, que conduz o caldeirão de cultura por uma dominação ideológica onde o dominado projeta-se como reflexo do dominador. A defesa do patrimônio é outro elemento recorrente desse perfil conservador.

Na agricultura esse elemento é persistente na história, desde a Lei de Terras de 1850 - que deu base institucional para a consolidação da grande propriedade -, até o caráter especulativo que marcou a ocupação de todas as fronteiras agrícolas na fase posterior, no Oeste Paulista, no Norte do Paraná e, mais contemporaneamente, no Centro-Oeste e Amazônia. Isso condiciona um aspecto estrutural radicalmente distinto da situação originária na qual foi gestado o "padrão americano". Nos Estados Unidos, o Homested Act de 1862 consolidaria a pequena e média propriedade e não a grande propriedade como no Brasil e o mercado de terras americano, ainda que com características especulativas, levou **proprietários** a vender suas fazendas e, com esse capital, migrar para as cidades, buscando melhores oportunidades. No Brasil, diferentemente dessa condição, são **agregados** de diversos matizes que, saindo de uma miséria crônica dos latifúndios, sem nada, vão às cidades. Aqui, a despeito de uma imensidão de terras a incorporar, a ocupação não foi de livre acesso, face aos preços especulativos, impedindo que **agregados** tivessem acesso à terra. Desse modo, a especulação com terras na fronteira é uma barreira garantidora do domínio territorial das elites, e, nas áreas de ocupação antiga, um estímulo à concentração da terra, - duplamente prejudicial, portanto, em termos estruturais. A financeirização dessa riqueza (na medida em que as elites proprietárias de terras conseguem manter intocável a propriedade da terra como forma basilar de propriedade privada e ao mesmo tempo bloqueiam medidas tributárias de taxação desse patrimônio) não promove a democratização do acesso à terra. Sendo um "ativo" de custo de manu-tenção quase nulo, de preço alto face a um estoque crescente nas mãos de poucos, e de segurança elevada, sua atratividade revela-se como um elemento funcional para um perfil patrimonialista das elites, perfil este historicamente consolidado.

A modernização, por ter sido hegemonizada por forças sociais conservadoras, lideradas por elites ávidas e fortes o suficiente para manter seus privilégios, mostra-se **excludente** na medida em que esse processo é marcado por aprofundamento da heterogeneidade estrutural e da desigualdade social. A sociedade brasileira atual é extremamente complexa, e essa complexidade está perpassada por inúmeras realidades dicotômicas interagindo no mesmo espaço geográfico. Entender essa realidade significa necessariamente encontrar elementos que sejam significativos desse universo contraditório e que, como universais, sejam historicamente capazes de explicar o movimento das contradições. Pode-se, portanto, olhar a realidade brasileira por várias faces; em todas elas, a dicotomia é a regra, como produto de um processo de desenvolvimento heterogeneizador, que marca a história nacional. Esse aspecto aparece, tanto quando se observa o

conjunto dos setores, onde alguns ramos se apresentam mais modernizados tecnologicamente que outros, quanto para dentro do mesmo setor, onde as firmas têm níveis diferentes de modernidade. Isso está presente não apenas ao nível da tecnologia, mas também ao da organização empresarial, onde os métodos de gestão são diferenciados, em razão das estruturas terem se processado sem uma linha geral uniforme. De qualquer forma, tem-se a grande empresa moderna, tanto tecnologicamente, quanto em termos de organização empresarial imersa num universo onde parcela preponderante, embora não dominante, é formada de empresas arcaicas.

Mas a questão central está no aspecto social, onde a desigualdade extrema é a marca. No plano macroeconômico, associa-se à participação reduzida e cadente dos salários em relação ao lucro no produto nacional. A grande maioria da população recebe parcela reduzida da riqueza, pois a **fatia do bolo** destinada aos trabalhadores, mesmo tendo crescido pelo fermento do desenvolvimento experimentado, é relativamente cada vez menor para mais gente. Para o conjunto da população, enquanto uma minoria tem, em sentido contrário, participação crescente na renda nacional. Esse perfil de má distribuição de renda cristaliza-se em precárias condições de vida para a maioria da população, o que faz da **iniqüidade** exacerbada o elemento universal persistente no desenvolvimento nacional. A enorme parcela da população não vive a modernidade, por estar excluída do mercado de consumo de massas. Esse fato torna-se ainda mais dramático por ser essa mesma parcela o sustentáculo do aprofundamento das disparidades, na medida em que, por não ter atingido a plena cidadania, submete-se a inúmeros mecanismos autoritários de coerção extra-econômica. Noutras palavras, essa grande parcela da população, ao sujeitar-se ao clientelismo político torna-se massa de manobra das forças conservadoras e, em razão de sua própria miserabilidade, acaba por reforçar a estrutura de dominação vigente, mantendo, assim, os privilégios e o controle sobre a sociedade.

O presente livro, defende a tese de que a persistência da Questão Agrária é fator basilar na determinação da realidade brasileira atual, em que a diferença conforma-se na regra. Nesse intuito, **no primeiro capítulo** procura mostrar que a modernização, tal qual a industrialização, não foi um processo "homogeneizador", em função de determinantes estruturais endógenos. Essa conclusão evidencia, naturalmente, equívoco da idéia de matiz americana, segundo a qual a repetibilidade da história levaria, inexoravelmente, à redução das desigualdades no "processo de desenvolvimento econômico", porque as desigualdades não teriam raízes estruturais, mas seriam, simplesmente, produto do "atraso" das economias periféricas. O equívoco reside no fato de que se, de um lado, a semelhança geral das estruturas econômicas ao nível mundial é forjada pela irradiação do "modelo americano", de outro, os perfis de sociedade revelam heterogeneidades. Estas não são meras disfunções aleatórias ou advindas de um processo incompleto, mas têm resposta numa essência estrutural distinta, em função das diferentes realidades históricas em que os processos desenvolveram-se. É preciso, por essa razão, desvelar o conteúdo da Questão Agrária em cada realidade, por ser ela um elemento definidor da base estrutural.

No segundo capítulo, o livro retoma a discussão da Questão Agrária, a partir da leitura dos clássicos que debateram essa problemática na efervescência das lutas sociais dos anos 60, quando ela constituiu divisor de águas entre as forças políticas contendoras. Não se trata aqui de comparar as distintas soluções propostas pelos vários autores, mas apenas de destacar que a persistência do modelo de desenvolvimento até então adotado configuraria, para os principais

autores progressistas, num aprofundamento das disparidades. Da mesma forma, busca-se mostrar a opção quase dogmática dos conservadores pelo mercado como um caminho de superação de desigualdades estruturais. Era a crença na modernidade como saída para a crise, sem levar em conta a não-neutralidade do progresso, ainda mais partindo de uma realidade já desigualitária. Essa mesma retomada da Questão Agrária prossegue, mediante a leitura de autores também clássicos, mas dos anos 80, quando outra crise assolou a economia brasileira, aí já numa situação em estavam postos os resultados profundamente iníquos da transformação empreendida. Surgia então outro problema: a negação, tanto da Questão Agrária enquanto questão estrutural, como da necessidade de sua redefinição à luz do acontecido.

O terceiro capítulo trata do perfil conservador das elites, que se reproduz e impregna, de alguma forma, todo o tecido social. É uma característica intrínseca da realidade brasileira, não só porque essa elite tem sido, historicamente, capaz de transições sem rupturas no seu poderio econômico e político, mas também porque ela conseguiu impor-se como representação de uma sociedade conservadora no plano político, em função do conformismo conservador no qual moldaram-se as classes subalternas. Essa elite, além disso, mantém uma vinculação umbilical com a propriedade da terra enquanto forma basilar de propriedade privada. Esse perfil patrimonialista condiciona os movimentos das transformações de maneira a manter intacta a propriedade em geral. Disso decorre, historicamente, a postergação da Questão Agrária. Apesar dela ter sido, inclusive, acirrada por um mercado de terras especulativo que conseguiu constituir-se barreira eficaz à entrada de crescente massa de sem terra. Essa situação ocorre num País continental onde, teoricamente, a abertura de fronteiras agrícolas deveria significar, em si, a abertura de oportunidades face à magnitude das áreas a incorporar em cada momento histórico. Ocorreu, no entanto, justamente o contrário, com a reedição de políticas públicas reforçadoras do aprofundamento das iniquidades.

O quarto capítulo retoma a discussão da denominada "solução" da questão agrícola, aventada com as supersafras e a magnitude dos níveis de modernização atingidos. O texto sustenta que a oferta pode estar equacionada, mas apenas quando se toma como parâmetro, como ocorre, uma demanda irreal. Enquanto dada nos modelos de oferta agrícola, essa demanda mede apenas o nível de exigências face a um nível de renda também dado. Se é o nível de renda que determina o acesso ao "mercado", o fato de uma parcela ponderável da população não participar plenamente do "mercado" torna a demanda potencial incomensuravelmente maior que a manifesta. Um processo de elevação da renda média e a melhoria do perfil distributivo, se prolongado e generalizado, desvelaria a fragilidade da estrutura de oferta agrícola frente às necessidades globais da população e mostraria a parcialidade da "solução". **A problemática da demanda está associada a elementos estruturais e não conjunturais, é o elo que liga a questão agrícola à Questão Agrária; ou, em outras palavras, é a face agrária da questão agrícola e, assim, só pode ser estudada e entendida no seu conteúdo estrutural**³. Desse modo, o sucesso na solução da Questão Agrícola não é dado de forma aleatória, nem é resultado do equilíbrio de um mercado "neutro", mas elemento condicionado pelo perfil estrutural da sociedade constituída, e esta característica, afeta à Questão Agrária, só pode ser interpretada

³Além disso, a situação precária da qualidade de produto e da não-generalização de movimentos de sofisticação do consumo é outro indicador de que a renda mal distribuída configura uma demanda qualitativamente inferior ao padrão internacional.

no contexto do seu movimento de constituição histórico.

Em seu todo, no esforço de caracterizar a crônica crise agrária brasileira como determinante de uma sociedade estruturalmente heterogênea, o livro procura mostrar a impropriedade da simples transposição das análises da construção do "modelo americano", na sua situação original para o caso brasileiro, pois pré-condições historicamente distintas forjam diferentes perfis de sociedade. Essas especificidades serão buscadas nos elementos que conformam a predominância de forças políticas conservadoras, no caso brasileiro. Estas são capazes de reproduzir-se historicamente, enquanto facções dominantes que modernizam a estrutura produtiva mantendo características da velha ordem e, com isso, intactos seus interesses de classe. Assim, o objetivo é mostrar a evolução da legislação agrária e a presença persistente da especulação com terras na ocupação das fronteiras agrícolas, que se sucederam como decorrentes desse predomínio conservador, sendo, desse modo, forjadoras de um particular processo de acumulação de riqueza. Nesse contexto, pretende-se apresentar como resultados das transformações, o aumento significativo da oferta agrícola, alterando a composição da produção, sem, contudo, reduzir a desigualdade regional, e sem garantir que parcela significativa da população fosse incorporada ao mercado de consumo. Não se superou, assim, a realidade de fome e miséria, que do campo urbanizaram-se. Dessa maneira, toda a análise é permeada pelo fato de que o sentido iníquo das transformações da agricultura constitui elemento fundante da sociedade das diferenças que se concretiza como a marca da realidade brasileira. A iniquidade, assim, não aparece como resultado natural ou aleatório, detectável *ex-post* às mudanças, mas sim visualizável *ex-ante*, como conformadora da estrutura de sociedade, **pois se o que aí está, é exatamente tal como é, porque foi feito para ficar como está.**

CAPÍTULO I

TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E REPETIBILIDADE HISTÓRICA

O processo de desenvolvimento capitalista, ainda que tenha assumido amplitude mundial, não representa a reprodução em todo tempo e lugar de um mesmo caminho percorrido pelas transformações produtivas, econômicas e sociais. A constituição das forças produtivas especificamente capitalistas, que advém da inserção crescente da indústria como determinadora da dinâmica econômica, não ocorre como se fora uma sucessão linear de fatos e estágios de mudanças (OLIVEIRA, 1985). Se a lógica do capitalismo, decorrente da sua internacionalização, significa condicionamentos principais do movimento transformador, são as pré-condições nacionais que conformam, em última instância, o fundamental dos resultados no tocante aos elementos estruturais. Dessa maneira, não há inexorabilidades da reprodução entre transformações verificadas em distintos espaços geográficos.

Com base na experiência verificada nos Estados Unidos da América, onde os padrões produtivos referentes à 2ª Revolução Industrial conformaram pioneiramente a moderna agricultura, muitos procuram destacar similaridades e, com base nelas, conceber projeções de mudanças inexoráveis que viriam no sentido da constituição das modernas estruturas produtivas. Nessas concepções, o atraso seria a justificativa de todas as "distorções" encontráveis no plano da ineficiência produtiva, das diferenças sociais e do conservadorismo político. A emergência do moderno produziria mudanças tão profundas que essas "disfunções" seriam indelevelmente eliminadas. A teoria do desenvolvimento econômico faz das nações desenvolvidas o espelho que refletiria o futuro das demais que ainda não atingiram aquele estágio.

A história do desenvolvimento capitalista tem sido pródiga em negar peremptoriamente essas inexorabilidades, derrubando um a um os argumentos

da repetibilidade⁴. Em distintos espaços geográficos nacionais e mesmo em diferentes regiões dentro de um mesmo território, se o processo mais geral pode revelar similaridades, a essência da estrutura econômica e social mostra profundas discrepâncias entre realidades. O entendimento do movimento que reordenou tais especificidades para conformar resultantes aparentemente similares constitui-se no desafio da análise dos vários processos de transformação capitalista. Noutras palavras, isso significa desvelar as pré-condições que conformaram o sentido dos diferentes processos de desenvolvimento.

1. - Agricultura e agropecuária: desenvolvimento capitalista e diferenciação⁵

A análise das transformações da agricultura no processo de desenvolvimento econômico tem-se calçado no pressuposto de que agricultura e agropecuária enquanto conceitos exprimiram e exprimem sempre a mesma base concreta, ou seja, de que se refiram a um igual conteúdo empírico. Entretanto, o conteúdo dos conceitos - enquanto formulações históricas e, portanto, sujeitas às vicissitudes das transformações -, altera-se no devir das mudanças. A agricultura pode ser considerada a primeira atividade econômica sedentária do homem como decorrência da evolução da caça, da pesca e do extrativismo vegetal, estando ligada a elementos definidores da sobrevivência. Dessa maneira, da revolução neolítica à revolução agrícola do século XIX, tem-se enormes rupturas em vários momentos históricos, que alteram substancialmente o que se entende por agricultura.

A análise histórica, quando referenciada à última grande ruptura que corresponde à passagem do feudalismo para o capitalismo, mostra bem o sentido que se quer dar à necessidade de diferenciação conceitual entre agropecuária e agricultura. No modo de produção feudal, a agricultura era o principal setor da economia. A maioria da população vivia no campo e a massa trabalhadora era constituída dos servos, que produziam na terra e a ela estavam vinculados. As cidades eram habitadas quase sempre por pessoas consideradas marginais na ordem feudal e suas atividades, à orla dos castelos, eram condicionadas à dinâmica decorrente do domínio senhorial. A população urbana européia nos séculos XII a XV representava em torno de 10% do total, localizando-se o núcleo da sociedade nas comunidades aldeãs imersas no latifúndio feudal. Este possuía uma organização sólida que lhe conferia enorme independência, conformando uma estrutura praticamente autárquica. As lavouras e as criações eram a base da atividade econômica (PIRENNE, 1973).

Nas lavouras e nas criações, realizavam-se atividades que produziam

⁴As distinções são ponderáveis dentro dos países desenvolvidos, como mostram os diferentes processos de industrialização retardatária (OLIVEIRA, 1985). Mesmo fora da comparação entre países desenvolvidos, as diferenças são importantes e dizem respeito a vários aspectos, como o da especificidade brasileira da unidade territorial dentro da América Latina. Como destaca Darcy Ribeiro, "a unidade nacional, viabilizada pela integração econômica sucessiva dos diversos implantes coloniais, foi consolidada, de fato, depois da independência, como objetivo expresso, alcançado através de lutas cruentas e da sabedoria política de muitas gerações. Esse é, sem dúvida, o único mérito indiscutível das velhas classes dirigentes brasileiras. Comparando o bloco unitário resultante da América portuguesa com o mosaico de quadros nacionais diversos a que deu lugar a América hispânica, pode-se avaliar a extraordinária importância desse feito" (RIBEIRO, 1995).

⁵ A formulação aqui apresentada mostra grande similaridade com a concebida por SZMRECSÁNYI (1977), que construiu um esquema amplo para visualizar o processo de transformações da agricultura no desenvolvimento capitalista. Entretanto, as postulações desse autor não foram seguidas de forma rígida.

bens finais quase sempre consumidos nos limites do próprio feudo. A tração era humana; paulatinamente, ganhava espaço a tração animal, que, ainda assim, não rompia com os limites do feudo, pois os animais eram produzidos dentro de seus domínios. Os implementos rústicos eram forjados e aprimorados pela própria comunidade aldeã. As plantas e os animais eram uma contínua reprodução do material genético original disponível, com poucas introduções de novas linhagens. O beneficiamento e o processamento eram realizados pelas próprias comunidades, que supria suas necessidades e as das classes às quais se subordinavam. No geral, a agricultura não recebia *inputs* externos dada, inclusive, a reduzida atividade comercial existente.

Nesse universo, no qual atividade produtiva era somente a agricultura, não existia diferenciação clara entre agricultura e agropecuária. Não é sem razão que as primeiras análises econômicas dos fisiocratas tivessem enorme vinculação com a ordem natural e considerassem apenas o trabalho agrícola como produtivo (QUESNAY, 1983). O produto final era associado diretamente à terra, sendo as demais atividades, tanto as de suporte à sua produção, como as de preparo para o consumo, consideradas partes intrínsecas e indissociáveis do trabalho agrícola. Nesse contexto, era compatível o entendimento de agricultura e agropecuária como conceitos explicitadores do mesmo conteúdo, pois o predomínio das lavouras e criações em todo espaço geográfico não deixava margem para outra compreensão.

A constituição do capitalismo rompe com essa lógica em vários ângulos. O primeiro aspecto a ser destacado é o de que a indústria passa a corresponder ao núcleo produtivo engendrador de dinamismo na economia capitalista, pois incorpora, na plenitude, "as forças produtivas especificamente capitalistas" (OLIVEIRA, 1985). Nesse sentido, a agricultura passa a ser determinada progressivamente pelo movimento do desenvolvimento industrial. A ruptura com o regime servil, constituindo o trabalhador livre, ao mesmo tempo em que a população se urbanizava, transfere do campo para a cidade o *locus* principal da atividade produtiva. Esse processo obriga à expansão e a modificações no processo produtivo, de maneira a propiciar o atendimento das necessidades da massa urbana em expansão, a cujos contornos se denominou Revolução Agrícola.

A 1ª Revolução Industrial incorpora na sua própria concepção uma ruptura entre agropecuária e agricultura. O núcleo dinâmico era a indústria têxtil, correspondendo, portanto, à emancipação da primeira atividade complementar inerente à agricultura em relação à agropecuária. A arte de tecer o algodão dos aldeões feudais passou para o artesanato, depois para a manufatura, até consubstanciar-se numa indústria. A indústria têxtil, com toda a revolução das relações sociais de produção a ela inerentes, e com a profunda modificação da divisão social do trabalho, não deixa de ser uma agroindústria. Entendê-la simplesmente como indústria, no entanto, impede que se visualize as profundas transformações que ela impôs à agropecuária, na medida em que as relações sociais mutantes não foram somente a liberação do servo da gleba para torná-lo, como trabalhador livre, operário. Como demandadora de algodão, produziu a necessidade de uma revolução nos processos produtivos agropecuários, os quais, realizados primordialmente nas terras recém-descobertas da América, conformaram os grandes latifúndios escravocratas.

No início, a expansão da produção de lã a partir da produção da ovinocultura, realizada na própria Inglaterra, chegou a sustentar a oferta de matéria-prima para a manufatura (OLIVEIRA, 1985). Entretanto, foi com o algodão que se concretizaram as condições da expansão em escala da

produção (MANTOUX, 1988), viabilizadas pela grande disponibilidade de terras norte-americanas, próprias ao cultivo, e pela escravização de africanos, numa recriação de práticas de trabalho compulsório feitas, paradoxalmente, para sustentar a expansão do trabalho livre na Inglaterra. A compreensão das transformações relacionadas à indústria têxtil, tendo como base apenas o espaço geográfico inglês, pode impedir a visualização da profunda mudança ocorrida num espaço mais amplo, no qual se inclui as zonas produtoras da matéria-prima e da tração motora dessa produção, bem como das áreas consumidoras dessas mercadorias. Noutras palavras, o processo de produção industrial de têxteis realizado na Inglaterra representou uma diferenciação entre a agropecuária - agora sujeita às exigências da demanda em escala de matéria-prima - e a agricultura, com a separação entre a produção e beneficiamento do algodão e o processamento do tecido.

Nos primórdios desse processo, a tração motora da produção, apesar de humana, não provinha da família camponesa. Era uma mercadoria comprada de um grande conjunto de empresas especializadas em aprisionar, transportar e vender escravos africanos. De qualquer forma, era também um rompimento com a autarquia da agropecuária, que já não produzia a força motriz do processo produtivo dentro da fazenda. A evolução do processo industrial, em razão do avanço da metal-mecânica, aumentava a qualidade e a quantidade de implementos e ferramentas, principalmente nas grandes *plantations*, nas quais a exigência desses instrumentos era ao mesmo tempo grande em volume, e específica quanto à adequação, dando suporte à criação de oficinas para a fabricação dos mesmos. Contudo, seria a 2ª Revolução Industrial, iniciada no final do Século XIX, que propiciaria uma alteração significativa, promovendo a mudança da força motriz para a tração mecanizada. A indústria de máquinas cria o trator agrícola, no início a vapor e depois a diesel, para substituir a tração animal e humana no processo produtivo em escala. Ao mesmo tempo, surge a revolução da química, que gera os fertilizantes, os quais permitem intensificar o uso do solo bem como agregar áreas até então consideradas inaptas à agropecuária.

Dessa época em diante, o sistema de tratamento do solo não se resume mais ao clássico método de separação em campos, pelo qual, enquanto se plantava em uma determinada gleba numa safra, outras estavam em descanso para recuperar sua fertilidade para plantios futuros. A indústria de fertilizantes e corretivos viabilizou a exigência de intensificação do uso do solo em grandes áreas, repondo os nutrientes e corrigindo as deficiências químicas do solo. O produto agropecuário, embora continue produto biológico, não pode ser considerado mais tão natural, pois a terra, antes fonte perfeita da produção, foi corrigida em deficiências - antes consideradas inexistentes - e áreas antes imprestáveis puderam tornar-se celeiros da produção em escala.

A indústria de tratores e implementos, avançando como força motriz do processo produtivo agropecuário, substitui progressivamente a tração humana, possibilitando seu deslocamento para as cidades, nas quais passa a exercer outras atividades exigentes de mão-de-obra. Não é simples a relação comumente apresentada, de que cada homem no campo tem de produzir proporcionalmente mais para atender o homem urbano, pois, mesmo na cidade, é o homem urbano quem produz cada vez mais a força motriz que move o processo produtivo agropecuário. No plano demográfico, a população, antes rural, sofre um intenso processo de êxodo para passar a viver nas cidades (RANGEL, 1954). Do mesmo modo que a força motriz agropecuária provém da cidade, isso ocorre com

as sementes e os reprodutores animais, agora criados em laboratórios de genética e não mais produtos da seleção da própria lavoura em dado ano para plantar no seguinte.

A pesquisa agropecuária, que emergiu da 2ª Revolução Industrial como suporte à ocupação do Meio-Oeste americano (MANN & DICKINSON, 1980), passou a realizar processos intensos de seleção para gerar sementes de variedades mais produtivas das espécies cultivadas (reprodutores e matrizes no caso das criações), ao mesmo tempo em que alargava o número de espécies utilizadas e os cruzamentos interespecíficos. A sofisticação desse processo forjou enormes estruturas geradoras de material genético para a agropecuária, cujos produtos são cada vez mais complexos e progressivamente realizados em ambientes separados da produção comercial final. O mesmo caminho percorreu a indústria de defensivos agropecuários que, com o advento da química, rompeu com o empirismo rudimentar do controle de pragas e doenças, para constituir-se numa atividade estratégica, ou seja, mais um produto do homem urbanizado que move a produção rural.

As transformações até aqui detalhadas envolvem principalmente atividades de suporte à agropecuária. Entretanto, elas ocorreram também naquelas realizadas no pós-colheita. O beneficiamento e processamento avançaram para inúmeros outros produtos, além do caso pioneiro dos têxteis. O açúcar de cana para indústria foi um produto que alargou o mercado quase na mesma época dos têxteis. Seguiu, contudo, um processo menos visível do ponto de vista espacial, pois, ao invés da matéria-prima ir até a indústria, como no caso do algodão, a estrutura industrial veio até o campo, na forma dos engenhos primitivos, que evoluíram para as modernas usinas açucareiras. Na essência, os processos de transformação são semelhantes, verificando-se em outras atividades, como laticínios, óleos vegetais, farináceos e carnes, cuja localização entre rural e urbano, depende da especificidade do produto final.

De qualquer maneira, com a agroindústria processadora reforça-se a separação entre agricultura e agropecuária. A agropecuária, que havia deixado de ser setor "primário" no sentido de ser cada vez mais uma "confeção de produtos biológicos" a partir de sementes, reprodutores, fertilizantes, corretivos, máquinas e implementos, agora deixa de ser setor gerador de "bens finais". A agropecuária, empregando insumos e máquinas, produz bens intermediários para uma atividade de agroprocessamento cada vez mais expressiva. Da mesma forma, a comercialização de produtos agrícolas sofre uma revolução, saindo das feiras das aldeias até constituir-se nos modernos equipamentos de vendas do varejo. O processo de troca alarga-se progressivamente, afastando a relação direta original entre agropecuarista e consumidor, típica dos processos de reprodução simples, para constituir uma relação complexa, inerente aos processos de reprodução ampliada (MARX, 1983).

Numa economia monetária de produção, esse processo se "financeiriza" por meio da inserção do capital financeiro na agricultura (DELGADO, 1986). Portanto, as transformações produtivas da agricultura, ao romperem com o domínio do capital agrário "estrito senso", inserem-na num movimento mais amplo como espaço de reprodução do capital industrial, financeiro e comercial, ou seja, do capital em geral. A mercadoria produzida na agricultura, inserida na divisão social do trabalho típica do capitalismo, é majoritariamente produto do trabalho urbano, uma vez que a quantidade incorporada pelo segmento representado pela agropecuária é minoritária em relação ao total.

Desse modo, mesmo que a agropecuária seja desenvolvida só com o

trabalho familiar, não se tem "produto da propriedade familiar", mas sim produto da agricultura capitalista, produzido preponderantemente por trabalho assalariado, utilizado na produção de insumos e máquinas e no processamento e distribuição. Até mesmo produtos consumidos *in natura*, como frutas frescas (banana e uva) e cereais (arroz e feijão), têm participação majoritária de trabalho assalariado nas fases anteriores e posteriores à agropecuária. Noutras palavras, o produto da agricultura não se confunde mais com produto da agropecuária, distinguindo-se de forma definitiva porque, em termos de valor, rompeu com a contradição da persistência das relações de produção pré-capitalistas na agricultura, ainda que estas subsistam parcialmente na agropecuária.

Nesse sentido, a realidade atual da diferenciação entre agropecuária e agricultura corrobora a formulação de MARX (1983), que, em pleno século XIX, escrevia: " a revolução que a grande indústria provoca na agricultura e nas condições sociais de seus agentes de produção só poderá ser abordada mais tarde ... Na esfera da agricultura, a grande indústria atua de modo mais revolucionário à medida que aniquila o baluarte da velha sociedade, 'o camponês', substituindo-o pelo trabalho assalariado. As necessidades de revolucionamento social e as antíteses do campo são assim, niveladas às da cidade. No lugar da produção mais rotineira e irracional, surge a aplicação consciente, tecnológica da ciência. A ruptura do laço familiar de agricultura e manufatura, que envolvia a configuração infantilmente não desenvolvida de ambas, é completada pelo modo de produção capitalista. Mas ela cria, ao mesmo tempo, os pressupostos materiais de uma síntese nova, mais elevada, da união entre agricultura e indústria com base em suas configurações antiteticamente elaboradas".

2. - Inadequação da abordagem tradicional de agricultura

A análise da agricultura na abordagem tradicional não rompe com os limites da agropecuária. Essa formulação tem como ponto de partida a construção de três setores: primário, secundário e terciário. Dentro dessa ótica, a agricultura seria o setor primário; a indústria, o setor secundário; e o terciário corresponderia ao setor de serviços (CLARK, 1940). De uma situação em que era claramente perceptível essa divisão antes da disseminação da 2ª Revolução Industrial, essa abordagem enfrenta hoje uma clara deficiência para se estudar as chamadas economias industriais integradas, em especial em nações continentais.

A formulação tradicional, na forma expressada por MYINT (1977), confere à agricultura papéis no processo de desenvolvimento econômico que dizem respeito apenas à agropecuária, ou seja, toma a parte como se fosse o todo. Nessa abordagem, as funções realizadas durante o processo de desenvolvimento econômico seriam: a) produzir alimentos e liberar mão-de-obra para o setor industrial; b) ser mercado para os bens manufaturados; c) aumentar a poupança interna; e d) obter divisas pela exportação de produtos agrícolas. Na produção de alimentos, ter-se-iam preços baixos pelo aumento da produtividade e mercado competitivo, resultado também obtido compulsoriamente através de políticas de preços aos consumidores, via tabelamento ou importações. Como mercado para os bens manufaturados, a forma voluntária seria aquela na qual os produtores decidiriam comprar manufaturas numa economia aberta às importações, e compulsória, quando exercessem essa decisão enfrentando políticas de restrição às importações. O aumento da poupança interna poderia ser exercido compulsoriamente por meio da taxação do setor, ou voluntariamente com estímulos ao investimento dos produtores fora da sua atividade (MYINT, 1977).

Trata-se, como se nota, de funções bastante restritas e passivas, enquanto inexoráveis ou indiscutíveis, frente à necessidade do processo de desenvolvimento.

Os modelos de desenvolvimento agrícola seguem o mesmo caminho na busca da explicação para a "dicotomia" agricultura/indústria, ao longo do tempo. ROSTOW (1969) concebe o crescimento econômico mediante de estágios distintos, numa periodização dentro da qual o atrasado se metamorfosearia para o moderno. Nesse enfoque, a agricultura, também encarada como se restringida à agropecuária, teria um papel subordinado. Isso porque suas transformações são essenciais para que a sociedade se alimente sem ter que importar produtos. A modernização desse setor, nesse contexto, produziria mudanças, fazendo-o perder paulatinamente sua importância na economia em expansão, ou seja, atribui-se um sentido negativista ao processo de transformação, ao modernizar-se para deixar de ser relevante.

A análise de RANIS & FEI (1961) alicerça-se nas mesmas bases para construir um modelo de dois setores, destacando a agricultura e a indústria numa economia fechada. Também reproduzindo um conceito de agricultura preso aos limites da agropecuária, põe em destaque o papel da tecnologia, que teria a função de liberar mão-de-obra e garantir o suprimento de alimentos para a indústria. Ainda para RANIS & FEI (1961), as transformações são inerentes a um processo natural de crescimento econômico inexorável, ao fim do qual os países atrasados se tornariam desenvolvidos e modernizariam suas agriculturas.

A abordagem tradicional da agricultura baseia-se na capacidade setorial de dar sustentação à transformação da economia, desde que fossem cumpridas adequadamente suas funções no processo de desenvolvimento. Mantendo similaridade entre agricultura e agropecuária, para JOHNSTON & MELLOR (1961), essas funções seriam: a) produzir alimentos e matérias-primas para toda a economia; b) liberar mão-de-obra para os demais setores; c) criar poupança para inversão em outros setores; d) alavancar a poupança interna via exportações, de forma a propiciar importações; e) abrir mercados para produtos dos demais setores. As diferenças entre os modelos concebidos dentro da abordagem tradicional não são profundas no tocante ao papel da agricultura, que seria sempre igual, independentemente do país, se continental ou de território reduzido.

A rigidez dessa equalização entre agricultura e agropecuária desloca a dicotomia estrutural fundamental da economia para a relação entre agricultura e indústria, ambas concebidas como setores autárquicos. Duas generalizações são estabelecidas a partir dessa concepção: a) o declínio secular da participação da renda agrícola; e b) a redução do emprego agrícola em termos relativos e mesmo absolutos. As explicações para a perda de importância relativa são que a agricultura repassa à indústria atividades que anteriormente lhe eram típicas e, como empregava basicamente trabalho no processo produtivo, ao passar a incorporar insumos produzidos fora do setor, desloca mão-de-obra para a cidade. Paradoxalmente, essa perda de importância relativa era sinal, quanto mais progressiva fosse, da magnitude da sua modernização. Ou seja, trata-se de uma contradição, na medida em que o setor deve desenvolver-se para perder expressão econômica, política e social.

O estudo de JOHNSTON & KILBY (1977) mostra nitidamente essa inadequação inerente à formulação tradicional. Os autores identificam três características comuns a todas economias tradicionais: a) a alta porcentagem da população empregada na agricultura; b) a baixa produtividade dessa numerosa força de trabalho; e c) a predominância dos alimentos amiláceos, menos preferidos

nas sociedades modernas, embora os níveis médios de consumo situem-se acima do patamar de subsistência. As transformações dessa agricultura tradicional produziram a elevação da produtividade do trabalho, liberando mão-de-obra para os demais setores e apesar da participação da renda agrícola cair em termos relativos, a redução populacional seria mais que proporcional, elevando a renda *per capita* rural e melhorando as condições de bem-estar da população rural. Portanto, mantida nos limites da agropecuária, a agricultura deve seguir a trilha da perda de relevância, não só para constituir-se moderna, como para melhorar a qualidade de vida dos que dela dependem.

A concepção tradicional tem sido transportada para o caso brasileiro, sem qualquer questionamento do pressuposto inerente à concepção adotada quanto à setorização da economia. O trabalho de DIAS (1967) é um exemplo esclarecedor dessa prática. Ao discutir o papel da agricultura no desenvolvimento econômico, o autor argumenta que um país de baixo estágio de desenvolvimento é definido como aquele de baixa renda *per capita*, onde grande parte da população se encontra no setor agrícola e a agricultura contribui com a maior parcela da renda interna. A agricultura será de subsistência, com baixo nível técnico e pouco intensiva em capital, apresentando reduzida utilização de fatores de fora do setor agrícola. Mais uma vez, como não visualiza a diferenciação entre agricultura e agropecuária, o estudo não capta um movimento importante que ocorreu na agricultura brasileira no mesmo período, que foi a constituição da agroindústria de processamento. De outro lado, confere à agricultura o papel passivo de perder progressivamente sua importância numa economia como a brasileira, que, caracteristicamente, é uma economia continental.

Mantendo-se preso aos limites de uma conceituação inadequada, DIAS (1967) destaca duas funções básicas da agricultura no processo de desenvolvimento econômico: a) produção de alimentos e matéria-prima para atender as exigências de consumo interno e externo; e b) fornecimento de recursos para si e para os demais setores da economia. O não atendimento das exigências do mercado consumidor, pela insatisfatória disponibilidade de alimentos a preços altos, produziria pressões salariais e diminuição da renda agrícola disponível para aquisição de bens e serviços dos demais setores, constituindo-se em obstáculos ao processo de desenvolvimento econômico. Por outro lado, a modernização da agricultura, tornando-a mais produtiva, propiciaria a transferência de recursos para outros setores econômicos.

A limitação decorrente do caráter a-histórico da concepção utilizada reduz o alcance das medidas propostas. Dentro dessa visão reducionista, segundo DIAS (1967), o impulsionamento do processo de transformação da agricultura brasileira deveria estar baseado em programas destinados a aumentar a produtividade da agropecuária, com a geração e a difusão de tecnologia realizadas por instituições de pesquisa agropecuária e organismos de extensão rural; adoção de um sistema de educação que reduzisse drasticamente o analfabetismo, o qual obstaculiza o emprego de técnicas modernas; e a constituição de uma grande infra-estrutura de apoio. Essa perspectiva não conseguiu sequer captar as transformações estruturais já consolidadas na agricultura paulista, pois, como se sabe, a geração e a difusão de tecnologia ultrapassaram os limites da agropecuária, já em 1962, com a criação do Centro Tropical de Tecnologia de Alimentos, junto ao Instituto Agrônomo, da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.

Semelhante problema pode ser encontrado no clássico estudo da agricultura brasileira realizado por PAIVA; SCHATTAN; FREITAS (1973). Os

autores destacam como objetivos básicos a serem alcançados: a) aumentar a oferta de alimentos e matéria-prima a preços menores; b) elevar a renda líquida do próprio setor abrindo mercado para o consumo de produtos não agrícolas; c) aumentar o número de empregos no setor agrícola e as condições de acesso à terra; d) melhorar a distribuição da renda setorial, com maiores salários e melhores condições de trabalho; e) garantir níveis satisfatórios de qualidade de vida. Destacam dentre esses objetivos, os dois primeiros, que consideram fundamentais pelos efeitos altamente benéficos ao processo de desenvolvimento econômico do País - daí a exigência da modernização. Da mesma maneira que DIAS (1967), os autores não compreendem a magnitude do processo em curso à época ao se restringirem ao estrito conceito de agropecuária, que obscurece a visão da globalidade do movimento.

Essas análises da agricultura brasileira centradas na abordagem tradicional são na verdade tributárias das idéias de Ruy Miller Paiva, desenvolvidas em vários estudos dos anos 40 e 50. Influenciado pelos criadores da denominada "economia agrícola norte-americana", esse autor transformou-se num dos mais importantes ideólogos da modernização da agricultura, concebida como forma de realizar o desenvolvimento nacional. Para tanto, a agricultura brasileira deveria "repetir" o processo visualizado no caso norte-americano, introduzindo insumos e máquinas como parte mais importante de um progresso tecnológico que liberasse grandes contingentes de mão-de-obra, na medida em que elevasse a produtividade do trabalho. Quanto às condicionantes estruturais, como a miséria rural e a concentração da terra, estas de forma alguma se constituiriam em obstáculos à concretização da modernização. Tanto o é que os instrumentos fundamentais a serem empregados deveriam ser os compatíveis com uma "economia de mercado", como preços mínimos e crédito rural "facilitado". As questões sociais então prevalentes eram decorrentes não de determinantes estruturais, mas sim de problemas derivados do "atraso", que, superado, produziria o bem estar social. Em grandes linhas, todo o aprofundamento do processo de modernização da agricultura brasileira, nos anos 60 e 70, segue as proposições de Ruy Miller Paiva nas décadas anteriores (GONÇALVES & VEIGA F.º, 1996).

As formulações teóricas calcadas na abordagem tradicional, de suporte à implementação de um processo de modernização da agricultura brasileira, não vislumbram a perspectiva de que essa transformação estrutural se conforma, espacial e setorialmente, de forma muito mais ampla que essa consensuação permite conceber. O processo provoca uma intensificação extrema da integração intersetorial, diminuindo ou mesmo eliminando os limites e, principalmente, alargando a base produtiva da agricultura. Isso implica uma crescente e profunda diferenciação entre a parte, agropecuária, e o todo representado pela agricultura, que incorpora a indústria de insumos e máquinas e a agroindústria de processamento, bem como um amplo segmento de serviços especializados.

Mesmo para o caso clássico, os Estados Unidos, de acordo com o trabalho de ROY (1967), a abordagem tradicional explicaria apenas 11% dos negócios agrícolas do país, não captando outros 68% do segmento de processamento/distribuição e 21% do setor de insumos agropecuários. Nessa realidade, a tese da **tendência secular à insignificância** revela plenamente sua limitação pois, no critério de agricultura como *agribusiness*, os resultados obtidos da participação setorial na renda e no emprego são radicalmente distintos daqueles previstos pela abordagem tradicional de agricultura. No caso norte-

americano, se as estatísticas não apresentam uma performance de avanço da agricultura, não exibem uma queda relativa tão pronunciada da participação setorial. Desenvolvidos, os Estados Unidos são ainda a maior nação agrícola do mundo e têm nesse setor expressiva fonte da renda e do emprego nacional.

A inadequação da abordagem tradicional de agricultura pode ser verificada por inúmeros aspectos da realidade, sobre os quais não apresenta encaminhamentos explicativos. **O primeiro** a ser citado está no fato de que os países mais desenvolvidos do mundo, os Estados Unidos e o bloco da União Européia (UE), não são apenas as maiores potências industriais, mas também possuem as principais agriculturas. Dessa maneira, **a tendência secular à insignificância** além de não se ter concretizado como realidade, deu-se, ao contrário, colocando, pela sua importância estratégica, a agricultura como ponto fundamental nas disputas comerciais ensejadas recentemente no âmbito da Rodada Uruguaia do General Agreement on Tariffs and Trade (GATT).

Outro ponto está na generalidade implícita nessa formulação, tratando indistintamente as nações e, portanto, ignorando suas particularidades geográficas e históricas. Nesse aspecto, o desenvolvimento da Inglaterra e do Japão, economias insulares, certamente produziu desempenhos e exigiu funções distintas dessas agriculturas. A revolução dos têxteis na Inglaterra só ganhou impulso com a colonização da América do Norte e o descumprimento da função fornecedora de matérias-primas não se constituiu em empecilho à formação da maior potência econômica do mundo no século XIX, com a produção nas colônias norte-americanas, do algodão (incluindo a agroindústria transformadora de caroço em pluma) que substituiu a lã, então produzida no Sudoeste da ilha britânica.

No mesmo sentido, tem-se a função de liberar mão-de-obra, que, na verdade, criou um enorme conjunto de problemas em razão do excedente populacional inglês. Várias foram as medidas tomadas pelos governos ingleses, visando e não conseguindo estancar o êxodo rural, por falta de ocupação produtiva nas cidades. A crise do excedente populacional na Inglaterra, em outros países da Europa e mesmo no Japão foi reduzida com a migração em massa para o continente americano, no qual essa incorporação (e não liberação) de mão-de-obra pela agricultura impulsionou o desenvolvimento econômico.

O terceiro aspecto que merece ser realçado está no fato de que a concepção tradicional, ao não apreender o universo geográfico, leva à incompreensão do papel da agricultura como integradora do mercado nacional. Em países continentais com enormes vazios geográficos a serem preenchidos produtivamente, especialmente no caso brasileiro, com enorme excedente populacional na região nordestina a ser ocupado produtivamente e incorporado ao mercado nacional, torna-se fundamental pensar num processo de transformação que concretize esses objetivos nacionais. No caso da agricultura nordestina, a pequena expressão econômica frente à massa de população regional torna necessário impulsionar pólos de desenvolvimento que elevem a participação da agricultura na renda regional, ampliando as possibilidades de emprego e com isso abrindo espaço para a alavancagem do desenvolvimento local. O processo de desenvolvimento nesse caso passa pelo fortalecimento da agricultura como um objetivo estratégico e não como mero instrumento de sustentação dos demais setores.

O quarto aspecto está no transplante de elementos conceituais desenvolvidos em distintas realidades que, sem se aprofundar nas características sociais e políticas que lhes deram concretude histórica, a abordagem tradicional considera dados. Fundamentalmente, o principal determinante do sentido das transformações, que diz respeito às condições da estrutura de produção e

estrutura social, não pode ser tratado como fato menor. Isso porque exatamente essas pré-condições derivadas do plano econômico, social e político, afetas ao desenvolvimento histórico de cada sociedade de per si, interferem decisivamente no resultado das transformações. Os progressos no processo produtivo não apenas condicionam, mas permanentemente estão condicionados por elementos estruturais, podendo em distintas situações configurarem resultantes antagônicas no plano distributivo. A modernização da agricultura, concebida tão somente como mudança, ainda que profunda, nos métodos de produção, antes de reduzir, pode fortalecer o poder político conservador e perenizar o alargamento das desigualdades sociais. Em sociedades onde as contradições são elevadas no tocante à participação na renda e nas decisões políticas, a modernização, ao invés de romper, contribui para consolidar uma estrutura de dominação.

Finalizando, para compreender e impulsionar o desenvolvimento de economias continentais deve-se eliminar o preconceito, derivado da visualização da agricultura como setor tendente à insignificância, principalmente pelos seus corolários políticos. A perda da importância relativa, prognosticada no plano econômico, deveria ser acompanhada pela redução da força política dos segmentos sociais ligados à agricultura. Entretanto, isso não ocorreu, como pode ser demonstrado pela força dos agricultores franceses, norte-americanos e mesmo brasileiros. **Na verdade, o entrelaçamento de interesses de agroindústrias, comerciantes, banqueiros e trabalhadores conforma na agricultura moderna um enorme bloco político que pode não ser rural, mas não deixa de ser agrícola. Pelos acontecimentos atuais em países desenvolvidos, e mesmo no Brasil, nada indica que esse poder político tenda a se tornar insignificante, embora tenha alterado bastante sua agenda de reivindicações. Por todos esses elementos característicos de sociedades desenvolvidas, a agricultura está longe da insignificância.**

3. - Discussão de abordagens abrangentes da agricultura

A crítica da formulação tradicional exige um esforço de busca de uma alternativa conceitual que apreenda a riqueza das transformações realizadas, bem como permita discutir as implicações dessas mudanças na formulação de políticas públicas setoriais. A diversidade de ângulos de que podem ser visualizadas as mudanças ocorridas têm produzido, do mesmo modo, uma enorme gama de conceitos para caracterizar essa nova realidade. Nesse conjunto de análises, a unanimidade refere-se ao fato de que as antigas perspectivas que abordam cada setor como elemento autônomo, desprovido de subordinação e inter-relação com os demais, perderam poder explicativo.

As concordâncias, contudo, terminam nesse ponto, dado o universo de conceitos que afloram nesse esforço de pensar a nova realidade. DAVIS & GOLDBERG (1957) cunharam para o caso norte-americano a formulação de *agribusiness*, na qual abarcam, num único agregado, a indústria de insumos, a produção agropecuária, a indústria processadora e a estrutura de distribuição de produtos finais oriundos da agricultura. Esse agregado ganha concretude empírica com a utilização da matriz insumo-produto de LEONTIEF (1983). No caso brasileiro, RANGEL (1954, 1962 e 1986) já havia chamado a atenção para o fato de que, no tocante à função de produzir bens, a agricultura moderna deveria ser estudada no contexto das matrizes intersetoriais.

MALASSIS (1969), analisando a agricultura francesa, deu uma dimensão histórica a esse agregado, construindo o conceito de **sistema**

agroalimentar, formado de inúmeras cadeias ou *filières* que produzem o produto final. Nessa visão, a transformação decorrente do desenvolvimento capitalista constituiria o sistema agroalimentar que abarca um amplo conjunto de atividades de produção, distribuição e serviços relacionados com as necessidades de alimentos e matéria-prima de origem agropecuária. Dessa forma, entendendo sua constituição no processo histórico de desenvolvimento capitalista, a formulação de sistema agroalimentar capta a mesma amplitude da de *agribusiness*.

Dessas duas concepções originais, tem-se nos estudos da agricultura brasileira uma grande profusão de conceitos, cada qual ensejando uma amplitude característica. GUIMARÃES (1979), pioneiramente, para a economia brasileira, utilizou o conceito de complexo agroindustrial para mostrar a integração técnico-produtiva entre a agropecuária e as indústrias a montante e a jusante. LAUSCHNER (1975) aplica a formulação de *agribusiness*, para defender que apenas nessa acepção ampla é permitido o entendimento da problemática e o ensejo de uma política consistente de desenvolvimento da agricultura. A análise mais profunda dessa visão é a de MULLER (1981), que estuda em toda amplitude a dinâmica do complexo agroindustrial brasileiro, tanto nos seus aspectos técnico-produtivos, quanto de poder de mercado, ao identificar o núcleo do Complexo Agroindustrial (CAI).

O período recente tem sido marcado por um amplo debate conceitual, com críticas às formulações originais, bem como com a proposição de alternativas. A análise de GOODMAN et al. (1990), por exemplo, afirma que agricultura é tudo aquilo que ainda não virou indústria, sendo que, por um processo de apropriação crescente, embora às vezes ainda parcial e descontínuo, a produção agropecuária transforma-se em indústria de base biológica, na qual o substitucionismo promove até mesmo a indiferenciação da matéria-prima frente a diferentes produtos finais. Para esses autores, não existiria o complexo agroindustrial global que supõe a presença de capitais homogêneos e não contraditórios, o que não encontra respaldo na realidade, além de que, outra limitação desse conceito é a suposição de um processo unificado de produção, também inexistente.

A análise de ZYLBERSZTAJN (1995) contempla a formulação mais próxima da concepção de DAVIS & GOLDBERG (1957), que focaliza o "agronegócio" em toda sua amplitude. Dentro da tradição da nova economia da firma concebida como umnexo de contratos, insere a teoria dos custos de transação como um aprimoramento da percepção neoclássica de eficiência marginal. Dessa maneira, sua contribuição fundamental está em compreender como as empresas estruturam e gerenciam contratos de diversas formas nos vários elos do "agronegócio", o que significa entender como ocorre a governança dentro de cada cadeia produtiva. Assim, enquanto uma nova teoria da firma, essa perspectiva revela-se compatível com a noção de "organização em rede", em que o comportamento individual dos agentes não pode ser dissociado de outros com os quais estabelece interações sistemáticas, com o sistema agroalimentar sendo concebido como um complexo de ligações de firmas em rede (GREEN & SANTOS, 1991b).

A formulação de DELGADO (1986) confronta a tese de que os capitais são diferenciados. Para esse autor, a característica do processo é a integração de capitais, dada uma prévia integração técnico-produtiva. Desse modo, no avanço de uma economia monetária de produção, na qual a órbita financeira ganha posição cada vez mais importante na agricultura, tem-se a existência cada vez mais nítida do capital em geral, descaracterizando os particulares capitais agrários, industriais e comerciais. Tal como qualquer outro ramo, tem-se na

produção agropecuária a aplicação de capitais como uma das esferas do domínio do capital financeiro.

A análise do processo de transformação da agricultura brasileira deu origem a uma visão histórica alternativa, calcada na apreensão da passagem do complexo rural para os complexos agroindustriais. Essa perspectiva é tributária da concepção de RANGEL (1954) que pensa o desenvolvimento econômico brasileiro a partir da desagregação do complexo rural, sendo que cada atividade que se emancipa dos limites da propriedade rural dá origem a um particular ramo industrial. O trabalho de KAGEYAMA et al. (1990) avança enormemente nessa formulação, ao mostrar historicamente como se dão no Brasil, sob os auspícios do Estado, a modernização e a industrialização da agricultura, constituindo os complexos agroindustriais.

De forma bastante original, agregando ao debate as concepções institucionalistas de orquestração de interesses, GRAZIANO DA SILVA (1991), numa abordagem neocorporatista, concebe "os complexos como verdadeiras máquinas de organizar interesses para o processo de elaboração e implementação dessas políticas públicas específicas, um dos elementos centrais na explicação das dinâmicas particulares dos distintos processos". Nota-se nessas concepções a amplitude do debate conceitual contemporâneo, que dá sustentação ao surgimento de um diversificado e amplo conjunto de abordagens, cada qual particularizando uma ótica do processo. A profusão de conceitos tem como marca fundamental a caracterização da profunda alteração na morfologia do processo produtivo.

Entretanto, o debate em torno de conceitos pode tornar-se embate semântico no qual poderá ser perdido o que realmente importa: o conteúdo e as implicações futuras das transformações ocorridas⁶. Para se ter uma idéia do intrincado debate a que isso está afeto basta somente enumerar as principais correntes analíticas. BARROS (1989) enseja o fluxo produtor-consumidor como um processo de produção no qual, a partir da atividade na terra, se tem a incorporação ao produto agrícola de utilidades de lugar (transporte), tempo (armazenagem), forma (processamento/ beneficiamento) e posse (acesso). Dentro dessa concepção tipicamente neoclássica, tem-se a produção e a comercialização de produtos agrícolas em concorrência perfeita, no encadear de diferentes mercados ao fluxo físico produtor-consumidor, que daria base a um fluxo monetário em sentido inverso. Distinta é a concepção de cadeia produtiva de MULLER (1991), na qual não impera a concorrência perfeita, dado o poder de mercado do núcleo do complexo agroindustrial, que consiste "numa determinada capacidade de articulação que provoca impactos generalizados na cadeia e que imprime a ela uma certa duração e dando seus limites".

A abordagem dos complexos agroindustriais, tanto na concepção de KAGEYAMA et al. (1990) quanto na concepção de GRAZIANO DA SILVA (1991), é própria para análises históricas da formação desses complexos, mediados por políticas públicas específicas para cada segmento, podendo até mesmo, na tônica

⁶Isso faz lembrar outro debate inerente às transformações da agricultura brasileira, relativo à caracterização se o setor tinha uma lógica capitalista ou feudal. Ficou-se por demais centrado nessa discussão quando o que realmente importava na década de 60 era a realidade inegável da existência de coerção extra-econômica e de desigualdade distributiva no campo, e que a industrialização com aquela estrutura agrária, conformaria - como acabou acontecendo -, uma sociedade extremamente desigualitária. No debate atual, um problema enfrentado por todas as alternativas de análise que procuram se contrapor à formulada tradicionalmente, diz respeito à insuficiência das bases de dados estatísticos, cuja concepção rigidamente tradicional não permite tabulações mais ricas que possibilitem caracterizar plenamente as mudanças ocorridas.

neocorporativista, ser utilizada para estudos de formação de preços em economias de grande empresa. Por outro lado, tem-se ainda a formulação de "rede agroalimentar", concebida por GREEN & SANTOS (1991a) para destacar a importância da contribuição dos serviços na conformação do fluxo de produtos agroalimentares, constituindo imensas redes multirramificadas, que processam e distribuem essas mercadorias num amplo espaço geográfico.

A grande maioria das análises está associada à noção de agroindústria, tendo como pressuposto a predominância da atividade de processamento como agregadora de valor no fluxo produção/consumo de produtos da agricultura. Entretanto, tal concepção de complexo agroindustrial, não consegue abarcar toda a riqueza de situações resultantes das transformações operadas pelo processo de desenvolvimento. Para mostrar essa limitação, basta considerar dois produtos finais classicamente ligados à agricultura moderna e com presença importante no comércio internacional: o suco de laranja e a banana.

A conformação do complexo citrícola, tanto na região norte-americana da Flórida quanto na brasileira em São Paulo, está associada à posição marcante da agroindústria processadora predominando na cadeia produtiva, na qual a indústria de insumos e máquinas, a agropecuária e as estruturas de distribuição são "organizadas" por inúmeras formas de contratos, visando constituir um produto final agriprocessado⁷. Esse é o caso mais geral, podendo ser identificado numa série de produtos, como o açúcar e o álcool, o frango e os ovos, nos quais não existem atividades autônomas de agropecuária e indústria, mas todo um conjunto delas encadeado segundo normas rígidas de procedimentos. Enfim, tem-se aí na plenitude o que se convencionou denominar "complexo agroindustrial".

Entretanto, na banana para mesa, cujo consumo tem crescido expressivamente no mercado internacional, tem-se as mesmas características sem a presença da agroindústria processadora. O "complexo bananeiro", no tempo histórico, rivaliza-se com os demais, sendo sua origem datada do final do século passado, com o surgimento da United Fruit Co., na América Central. As grandes companhias que dominam o fluxo produção/consumo de banana atuam mediante contrato com bananicultores, ou com produção própria, e procedem a um sofisticado tratamento pós-colheita, bem como organizam completa logística de transporte e distribuição nos vários pontos do mundo, sem o que um produto perecível e altamente depreciativo, quando submetido a choques físicos, dificilmente atenderia às exigências dos consumidores de alta renda dos países desenvolvidos. Por outro lado, a característica diferenciadora de um produto não processado está presente na venda com marcas próprias, numa disputa de mercados oligopólicos. Tem-se aí, todos os elementos básicos definidores da agricultura moderna, na ausência da agroindústria processadora (GONÇALVES; PEREZ; SOUZA, 1994).

A concepção de complexo agroindustrial revela-se assim estreita para

⁷As mudanças recentes na sistemática de contratos utilizada nas transações do complexo de sucos cítricos no Estado de São Paulo vêm reforçar a posição da agroindústria na governança do processo. Anteriormente a 1995, prevaleciam contratos multilaterais entre citricultores e industriais, o que possibilitava alguma forma de pressão conjunta dos produtores de matéria-prima. Com a proibição legal dos contratos multilaterais, a regra vigente tem como base acordos bilaterais entre cada citricultor e cada industrial. A dispersão é maior do lado dos citricultores frente à elevada concentração da agroindústria citrícola, a produção de laranja vinculada à indústria é predominante quando são somadas as frutas dos pomares próprios às frutas "prisioneiras", colhidas em pomares de familiares ou diretores dos controladores dos grupos industriais. A indústria, constituída por oligopólios, fará valer seu maior poder de barganha numa realidade de negociação individualizada com cada agricultor.

compreender toda a magnitude do movimento da agricultura moderna, não podendo ser utilizada como se tivesse o mesmo significado de *agribusiness*, a exemplo do que foi realizado por ARAUJO; WEDEKIN & PINAZZA (1990). Isso vale, tanto para a concepção de complexo agroindustrial, como um todo quanto para a visão de vários complexos agroindustriais. Tal ocorre em razão de que esses conceitos não abarcam um segmento cujo volume de transações se apresenta crescente no comércio internacional e nos mercados internos das economias modernas, como é o caso das frutas *in natura* (SOUZA & GONÇALVES, 1995). A utilização de recorte analítico calcado na diferenciação crescente entre agricultura e agropecuária não apresenta esse inconveniente, podendo mesmo abranger a amplitude do conceito de "negócio agrícola", tal como concebido por DAVIS & GOLDBERG (1957). A agricultura abrangeria todo um complexo de atividades executadas para realizar a constituição de um produto final, dentro dos requisitos de qualidade das economias desenvolvidas, nas quais os produtos diferenciados e compatíveis com as exigências da demanda são a tônica das expansões de mercado. Da mesma forma, a agropecuária caracterizaria um segmento dessa agricultura, crescentemente rivalizado pelo predomínio dos demais segmentos agregadores de valor a esse produto final.

A visão da matriz produtiva da agricultura tem uma horizontalidade marcada pela indústria de insumos e máquinas, agropecuária, agroindústria processadora e estrutura de beneficiamento/distribuição, associada à verticalidade, na qual se visualizam várias cadeias produtivas. Esse aspecto é pouco analisado uma vez que, ainda na situação original na qual a agricultura e a agropecuária embora representasse praticamente a mesma realidade, existiam enormes diferenças internas em razão das distintas culturas. Quando a agropecuária produzia um produto final, tinha-se pouca incorporação de insumos e máquinas, mas ainda assim os processos produtivos das diversas culturas eram extremamente diferenciados produzindo desdobramentos nas regiões nas quais exerciam seu predomínio.

A cana para indústria tem requisitos diferentes do café, este em relação à soja e a outros cereais, e todos eles em relação à pecuária. O elemento articulador que permitia incorporá-los num único conjunto denominado agropecuária era o fato de que exigiam a produção na terra, ou seja, tinham um processo caracteristicamente mediado por influências de cunho biológico. Sob outra ótica, era clara a distinção horizontal no sentido das diferenças entre as culturas e suas inserções geopolíticas e econômicas, que reproduziam verticalizações específicas no fluxo produção/consumo. Com o crescente aprofundamento da diferenciação entre a agricultura e a agropecuária, essas culturas, num alongamento vertical de seus processos produtivos, formaram as cadeias produtivas, às vezes entrelaçando-se entre si. Desse modo, visualiza-se na agricultura, quando olhada verticalmente, uma gama de cadeias produtivas ligadas a um ou vários produtos finais.

Numa sofisticação analítica, para aprimorar o conceito às exigências da agricultura moderna, pode-se incorporar uma diferença entre "seqüência produtiva" e "cadeia produtiva". A constituição de um produto final com alta competitividade no mercado internacional e também nacional, numa situação de economias mais abertas, exige uma harmonização extrema de todos os passos de construção dessa mercadoria, com qualidade elevada para atender ao exigente consumidor dos países desenvolvidos, diferenciando-se dos demais concorrentes.

A realização dessa sistemática por várias empresas independentes só se torna possível com um processo de orquestração de interesses, que reduza as

instabilidades entre elas, levando-as a confluir para um objetivo comum, sem o que a competitividade pode ser comprometida. Quando essa orquestração não ocorre, como no caso dos têxteis no Brasil, tem-se uma mera "seqüência produtiva", desconexa e não competitiva, pois, a despeito da modernidade de alguns segmentos, observa-se um profundo conflito entre os elos produtivos que impede a soldagem de interesses. Contudo, na presença da consensuação, constitui-se uma "cadeia produtiva" na qual, ao invés de cada qual preocupar-se exclusivamente com o seu bem intermediário, existe uma procura pela solidarização na produção de um dado bem final. Essa perspectiva permite incorporar a visão neocorporativista de GRAZIANO DA SILVA (1991) na qual a constituição das diferentes "cadeias produtivas" tem a presença do Estado como elemento importante para a sua concretização, atuando como maestro da orquestração de interesses.

As distintas abordagens abrangentes do processo de transformação da agricultura brasileira têm conformado essa ampla gama de "conceitos", procurando explicá-lo à luz das mudanças. Essa profusão de posições causa alguma perplexidade, por tratar-se da mesma realidade em análise. Entretanto, mais que uma profunda discordância, essa enorme quantidade de conceitos revela a resultante multifacetada do desenvolvimento capitalista da agricultura nacional, levando a que cada analista realce um particular aspecto e, ao inseri-lo na totalidade, às vezes acaba condicionando-a à particularidade que considera mais relevante. A heterogeneidade estrutural resultante do movimento transformador, enquanto profunda diferenciação entre empresas, regiões e ramos de produção, acaba condicionando o surgimento desse "complexo" de perspectivas teóricas. A ordenação de seus aspectos principais possibilita ampliar a visualização do conteúdo das transformações da agricultura brasileira.

O primeiro aspecto diz respeito à perspectiva técnico-produtiva. O sentido das mudanças nesse caso orientou-se para a transformação da base técnica da agropecuária mediante a incorporação de insumos e máquinas, além de técnicas propulsoras do aumento da produtividade da terra e do trabalho. Em linhas gerais, para as diversas atividades, isso representou sensível incremento na escala de produção detectada no crescimento das áreas médias de lavouras. Maiores áreas agricultadas, com maiores produções por unidade, constituíram a maneira de compatibilizar o aumento da renda bruta com preços cadentes. A constituição das indústrias de agroprocessamento, e de beneficiamento e padronização para os produtos "in natura" (além da armazenagem e transporte), promoveu não apenas a integração mas também o "esticamento" da base técnica para frente. Assim, tem-se um complexo técnico-produtivo que adquire especificidade para os distintos produtos, mas que, em linhas gerais, aponta para insumos e máquinas cada vez mais específicos por culturas, que, por sua vez, são, crescentemente, orientadas pelos requisitos de qualidade e época de produção das estruturas de processamento e beneficiamento. Independentemente das diferenciações existentes entre os complexos produtivos dos distintos produtos da agricultura, a regra geral é que a agropecuária deixou de ser produtora de bens finais para ofertar bens intermediários.

O segundo aspecto diz respeito à presença da grande empresa "organizando" o fluxo de produção. As indústrias de insumos e máquinas da agricultura conformaram-se como enormes oligopólios da estrutura produtiva a montante nas diversas cadeias produtivas. Por outro lado, seja pela agroindustrial processadora, seja pelas *tradings companies* de beneficiamento e comercialização, ou pelos conglomerados cooperativos, ou até mesmo pelo capital comercial tradicional, organizaram-se, no centro das cadeias produtivas, portentosos

oligopsônios/oligopólios para compra, preparação e venda de produtos. Nesse núcleo, a modernização ainda não atingiu todas as cadeias produtivas, verificando-se a presença de práticas arcaicas do esquema de comercialização tradicional, agora como negócio de porte maior, em muitos produtos. Na parte final, nota-se a emergência dos supermercados e hipermercados, que também funcionam como oligopsônios/oligopólios, com posições privilegiadas na distribuição varejista.

Desse modo, não há mais espaço para caracterizações desse fluxo de produção como uma sucessão de transações calcadas no princípio da concorrência perfeita. Nem mesmo as transações têm o formato tradicional, em razão da proliferação de um emaranhado de relações contratuais e integrações verticais e horizontais constituindo diferentes e diversos complexos coordenadores das cadeias produtivas, aumentando-lhes a eficiência. A regra da estrutura de mercado das diversas cadeias produtivas está na presença da grande empresa, sendo que, no geral, os conflitos assentam-se na concorrência entre "oligopólios", seja dentro de cada elo (insumos, preparação, varejo), seja entre os elos de produção. À orla dessa grande empresa, surgiram diversas firmas para prestar serviços ou realizar a produção "terceirizada" de uma ou mais operações, conformando as cadeia produtivas como uma gama de empresas diversas, submetidas à lógica do grande capital dominante dessas estruturas produtivas. Essas estruturas de mercado integram-se pela radicalidade da "financeirização" da produção e da riqueza com a presença ativa do capital financeiro nas diversas fases dos processos produtivos, e, por essa razão, a lógica financeira passou a orientar essa "economia monetária de produção", surgindo aí a presença dos grandes bancos no fluxo de produção e distribuição da agricultura.

O terceiro aspecto está relacionado à característica fundamental da economia brasileira. Anteriormente à industrialização pesada, atribuía-se à produção nacional a peculiaridade de "economia primário-exportadora". Notadamente em função dos ciclos do açúcar e do café, a argumentação fundamental procurava demonstrar que toda a estrutura estava voltada para o atendimento da demanda manifestada no mercado internacional de produtos primários. Realizada a industrialização, ainda que tivessem ocorrido mudanças expressivas, em especial no segmento de máquinas e equipamentos e outros produtos da metalmecânica e da mineração brasileiras - que passaram a ocupar fatias importantes do mercado mundial -, parcela significativa das exportações brasileiras continua baseada em produtos da agricultura. A alteração qualitativa mais relevante está em que a maior parte representa produtos com transformação parcial ou total. Essas vendas externas são estratégicas para as várias cadeias produtivas, que dependem delas para sustentar a sua capacidade de produção, tais como sucos cítricos, calçados e mesmo açúcar, café e soja. Em linhas gerais, pode-se afirmar que a economia brasileira transitou da "economia primário-exportadora" para a "economia agroindustrial-exportadora" não tendo constituído um mercado interno capaz de sustentar a valorização de parte preponderante da sua produção.

O quarto aspecto está relacionado ao poder explicativo das análises de política agrícola, concebidas como instrumentos horizontais. A discussão da política agrícola brasileira tem particularizado o crédito rural subsidiado como o elemento fundamental das transformações ocorridas, enfocando-o como o único indutor das mudanças da agropecuária, em particular nas lavouras. Entretanto, ao expandir-se a amplitude da visão, nota-se que se tratou tão somente de parte constituidora de uma política econômica mais ampla, sustentadora da

industrialização brasileira. Nessa concepção, o crédito rural subsidiado configurou-se como indutor da utilização de insumos e máquinas e, por essa razão, alavan-cador da demanda industrial desses produtos. Isso em plena internalização das plantas produtivas de "bens de capital" da agricultura, no contexto da imple-mentação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND)⁸. Mais ainda, como o período áureo coincide com o pico da aplicação de recursos no financiamento da expansão da agroindústria processadora (BELIK, 1992), pode-se afirmar que o mesmo apresenta funcionalidade com a maior demanda de matérias-primas, au-mentando a produtividade da terra e do trabalho e reduzindo custos de produção.

A concomitância de tais períodos áureos certamente não pode ser creditada ao acaso, principalmente quando as mais importantes cadeias produtivas da agricultura brasileira atual consolidaram-se nessa época. Portanto, se o crédito rural subsidiado foi relevante, ele não é o único condicionante das transformações realizadas, e tanto isso é verdade que, na sua ausência nos anos 80, a agricultura persistiu mostrando taxas de crescimento positivas, sustentadas pela capacidade ociosa dos grandes investimentos da década anterior nos seus vários segmentos. A análise das políticas públicas para a agricultura, numa ótica vertical, inserindo as perspectivas das políticas de internalização da base industrial de produtos agropecuários, ganha em conteúdo explicativo e possibilita acrescentar as especificidades das políticas para cadeias particulares, como a sucroalcooleira, moageira de trigo, de produtos de cacau (achocolatados) e de laticínios. A decorrente alteração da dinâmica da economia em geral e da agricultura em particular, tendo passado despercebida ainda hoje por vários analistas, tem propiciado prognoses equivocadas sobre os efeitos das alterações conjunturais de administração dos instrumentos de políticas públicas para a agricultura, em especial no tocante à produção agropecuária.

O quinto aspecto, que de certa forma dá concretude à diversidade de abordagens do processo de transformação verificado, está no fato de que o desenvolvimento capitalista da agricultura brasileira aprofundou as diferenças. As diversas cadeias produtivas experimentaram graus de desenvolvimento distintos e, com isso, profundidades variadas de alteração nas suas dinâmicas específicas. Ainda que internalizando as linhas mestras da expansão capitalista, como resultado da concentração das políticas públicas em segmentos, produtos e regiões, tem-se a amplificação da heterogeneidade da estrutura de produção, o que problematiza transposições de concepções de cadeias produtivas a outras, sem mediações que levem em conta as especificidades envolvidas. Quando se

⁸Esse aspecto foi destacado por GRAZIANO DA SILVA (1981), que de maneira pioneira no início dos anos 80, tratando da expansão do setor de maquinaria da agricultura, escreveu: " Os próprios empresários do setor reconhecem que a elevada capacidade ociosa nesse ramo industrial tem encarecido os produtos brasileiros, a ponto não só de tirar a sua competitividade no mercado externo mas também de assegurar sua aquisição em função do amparo dos financiamentos oficiais. Dessa maneira, o setor depende não apenas de incentivos financeiros aos projetos industriais, como do apoio creditício aos agricultores para a aquisição das unidades produzidas... no caso dos financiamentos de máquinas e equipamentos agrícolas, às vantagens dos juros reais negativos aliam-se as dos prazos de financiamento... É importante ressaltar que esse subsídio à aquisição de máquinas e implementos agrícolas é condição "*sine qua non*" da sua demanda efetiva... Uma conclusão que se delinea de imediato é a de que o crédito rural é um instrumento de política econômica destinado a incentivar a aquisição de produtos industriais por parte da agricultura. Assim, embora pareça apenas um privilégio do setor agrícola, não deixa de ser também um crédito ao consumidor, como tantos outros financiamentos existentes no País: o governo paga para que a agricultura ajude a indústria. Mas não a indústria em geral e sim a grande indústria, o grande capital" (GRAZIANO DA SILVA, 1981).

agrega a esse quadro a desigualdade social produzida, reproduzida e ampliada nesse processo, o quadro exibe complexidade ainda maior. Dentre as várias cadeias produtivas, e mesmo entre elos de uma mesma cadeia, verifica-se realidades sociais radicalmente diferentes.

Fruto dessa pseudomorfose, em que as transformações produtivas se realizam com o aprofundamento das desigualdades e da heterogeneidade estrutural, a agricultura brasileira configura-se como um mosaico, constituído de um emaranhado de situações, onde a regra é representada pela elevação persistente da exploração da força de trabalho, seja do trabalho livre, seja mesmo pela recriação ou estímulo à expansão de relações de produção arcaicas, chegando mesmo aos múltiplos mecanismos de trabalho compulsório. Mantendo-se a tendência atual, isso tende a agravar-se pois "as desigualdades sociais não se reduzem, ao contrário reiteram-se ou agravam-se... (numa) história que revela a escassa 'modernização' alcançada em determinadas esferas da economia onde tudo parece muito próspero, diversificado e moderno. A mesma fábrica do progresso fabrica a questão social" (IANNI, 1991).

4. - Agricultura no desenvolvimento de economias continentais

A compreensão do papel da agricultura no desenvolvimento de economias continentais exige que sejam rompidas as visões setorialistas de caráter autárquico. Duas posições extremas, defendidas por segmentos específicos de ana-listas da economia brasileira, são enormemente problemáticas no sentido da capa-cidade de entendimento do processo experimentado na realidade nacional. **A pri-meira** corresponde ao que se pode denominar "**visão para dentro da porteira**", típica do ruralismo extremado e que, com base na velha teoria das vantagens com-parativas - que destaca a existência de recursos naturais abundantes -, propugna que a agricultura constitui a única saída para o crescimento sustentado brasileiro.

A segunda, tão perniciosa quanto a primeira, está relacionada à "**visão para dentro das paredes da fábrica**", típica de um industrialismo que, supervalorizando as operações de transformação sem ter em conta o caráter continental da economia brasileira, pretende negar a importância econômica e social da agricultura, tendo uma postura arcaicamente preconceituosa em relação a esse setor, associando-a inexoravelmente ao atraso. A radicalidade dessas concepções, que permeiam várias abordagens da economia brasileira, tem contribuído muito pouco para o debate das questões nacionais. A proliferação dessas posturas revela na verdade uma profunda incompreensão do que significa o desenvolvimento capitalista - e no seu contexto o processo de industrialização - levado a efeito em economias continentais como a brasileira. Na primeira metade da década de 50, RANGEL (1954) já argumentava, pioneiramente, de forma conceitualmente ampla, ao referir-se ao processo de industrialização. Para ele, numa divisão do trabalho primitiva, onde persiste a agricultura tradicional, cada parte podia ser pensada separada do todo. Entretanto, com o desenvolvimento da economia, as partes tornam-se tão interdependentes que não podem ser pensadas em separado. Nas economias mais desenvolvidas, à época isso já ocorria, e a formulação estatística que permitia visualizar tal interdependência "é a matriz insumo-produto devida ao trabalho do economista W. Leontief. Seu valor para o economista moderno sustenta-se no fato de que, nas estruturas sociais desenvolvidas, o equilíbrio funcional das distintas indústrias não se restabelece - quando é rompido - por um esforço isolado das indústrias diretamente inte-

ressadas, mas impõe um esforço coordenado de todo organismo" (RANGEL, 1954).

Mais que essa propositura metodológica para o entendimento das transformações econômicas, numa perspectiva multissetorial, a análise rangeliana ultrapassa a percepção simplista de modernização da agricultura como mera incorporação de insumos modernos e adoção de novas práticas. Isso porque, "como ocorre nos países não desenvolvidos, não é comum que essa população (rural) dedique todo seu tempo e recursos a produzir bens agrícolas, mas também elabora diretamente parte de tais bens e os consome. Quando essas atividades são transferidas para fora do setor agrícola, o qual por conseqüência muda radicalmente as condições tecnológicas, de produção, se diz que o país se industrializa, e como se faz em condições de aumento da produtividade social, se diz que se desenvolve ... As tarefas de elaboração dos produtos primários são realizadas em unidades especializadas (fábricas) o que implica em criar um setor novo, fora da agropecuária mas dentro do país. Esse setor é a manufatura ou no sentido corrente a indústria. É a criação desse setor que muda toda dinâmica da economia" (RANGEL, 1954).

A partir dessa concepção de industrialização, pode-se rediscutir o processo de internalização do padrão produtivo da 2ª Revolução Industrial no Brasil. O Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek (1957-61) representaria assim um primeiro movimento nesse sentido, ainda que decisivo e com implicações econômicas irrefutáveis. Isso porque significou a constituição da indústria pesada no Brasil, sem que houvesse uma mudança profunda na agropecuária e nem mesmo que as indústrias de "bens de capital" da agricultura tivessem sido instaladas. As metas para a produção de várias mercadorias agropecuárias, como o trigo, não apenas eram tímidas como não foram alcançadas. Também os demais segmentos da agricultura, como a indústria de tratores e a de fertilizantes e o setor de armazenagem, foram contemplados com metas acanhadas e na maioria das vezes não concretizadas (LESSA, 1975). Dessa maneira, do ponto de vista de alterar espacialmente a dinâmica da economia continental brasileira, o Plano de Metas produziu efeitos bastante reduzidos.

Os impactos mais significativos decorreram da implementação do processo de industrialização (que incluiu a modernização da agropecuária com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural- SNCR), deslançado na metade dos anos 60. A década de 70 correspondeu ao período áureo dessa política econômica, no qual: a) o crédito rural subsidiado administrado por "pacotes tecnológicos", modernizava as técnicas de produção das principais atividades agropecuárias, aumentando a produtividade da terra e do trabalho no campo (GATTI, VIEIRA e SILVA, 1993); b) era implementado o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) que internalizaria as modernas plantas industriais de fertilizantes, defensivos agrícolas e de tratores, ou seja, "os bens de capital para a agricultura" (KAGEYAMA et al., 1990); c) a indústria de agroprocessamento estimulada por crédito estatal aumentava consideravelmente sua capacidade de transformação (BELIK, 1992); e d) a estrutura varejista das grandes metrópoles sofria verdadeira revolução, com a emergência dos supermercados, que evoluíram para os modernos hipermercados, ampliando ainda mais a concentração vajerista (CYRILLO, 1986).

Portanto, foi no final dos anos 70 que estavam plenamente assentadas, internamente à economia brasileira, as plantas produtivas e a base técnica da 2ª Revolução Industrial⁹. Desse modo, a dinâmica econômica ganhou

⁹O Prof. Wilson Cano realiza a síntese histórica do processo de industrialização retardatário

outra característica principalmente no Sul-Sudeste, movimento este ampliado para o Centro-Oeste nos anos 80 e para zonas específicas da região Nordeste. Forma-se na grande região Centro-Sul, que agrega o Sul do Maranhão e o Oeste da Bahia, a área de agricultura relevante, concentrando a produção dos principais produtos agropecuários, associada a corredores de exportação visando atingir o mercado externo, em especial de soja, sucos cítricos, café e açúcar. A indústria de agroprocessamento deslocou-se para as áreas de produção de matéria-prima e com isso ocorreu a interiorização do desenvolvimento, ou seja, a nova dinâmica econômica abrangeu um espaço geográfico consideravelmente ampliado.

Essas transformações da agricultura brasileira produziram profundas reordenações no espaço produtivo rural. As cadeias produtivas, altamente integradas, são a tônica da maioria dos produtos mais importantes, não havendo como promover uma delimitação de onde começa a agropecuária e onde termina a indústria de insumos e, também, onde é o processamento. Nessas cadeias produtivas indivisíveis, tem-se a presença de três tipos fundamentais de empresas dominando o núcleo das mesmas e, com isso, organizando e operando todo o processo. A diferenciação decorre do tipo de capital predominante, ou seja, tem-se: a) a agroindústria de uma sociedade anônima controlada pelo capital industrial; b) a cooperativa de agricultores como resultado da integração para frente do capital agrário; e c) as empresas de comércio montadas pelo capital comercial. As relações contratuais entre cada tipo de organização empresarial e os agricultores têm grande distinção decorrente, na essência, de perspectivas diferentes quanto ao objetivo do "negócio" envolvido¹⁰.

A agroindústria é uma unidade processadora com elevado investimento de capital fixo em face dos demais segmentos da cadeia produtiva e, nesse sentido, determina a dinâmica de todo o processo produtivo, constituindo-se no núcleo indutor do progresso tecnológico ao procurar reduzir riscos e garantir fluxos de produção regulares de matéria-prima, além de um nível de qualidade compatível com elevada produtividade e homogeneidade do produto final. Esse conjunto de atividades, representado pela produção agropecuária e pela transformação industrial, traz também agregada a realização, senão de toda, pelo menos de parcela importante dos insumos e, às vezes, de máquinas e equipamentos, além de incorporar estruturas avantajadas de serviços e manutenção de equipamentos e de armazenamento da produção. Os principais segmentos da agricultura brasileira ou já atingiram um nível elevado de integração, como o avícola e o sucroalcooleiro, ou caminham para a constituição dessas estruturas, com a execução de integrações em fase intermediária, como a soja e óleos vegetais, a produção de sucos cítricos, de leite e laticínios e do trigo e farináceos. A divisibilidade desses processos, para atender à abordagem tradicio-

brasileiro, mostrando que os diversos movimentos de industrialização têm sido completados com defasagens temporais de 100 anos em relação às nações pioneiras. A 1ª Revolução Industrial maturou em 1820 na Inglaterra, enquanto que no Brasil ela foi iniciada em 1880 e consolidada em 1930, ou seja tardia em 100 anos. A 2ª Revolução Industrial estava plenamente estabelecida nos Estados Unidos em 1880, mas no Brasil começou em 1930 e completou-se em 1980, mais uma vez tardia em 100 anos. Na 3ª Revolução Industrial, nas nações desenvolvidas avança desde 1970 enquanto a economia brasileira enfrenta vários constrangimentos para sua implementação desde a década perdida de 1980-89 (CANO, 1993).

¹⁰Uma discussão detalhada sobre a diferenciação entre esses três tipos básicos de empresas que detêm a hegemonia sobre o núcleo das cadeias produtivas da agricultura pode ser encontrada em GONÇALVES & VEGRO (1994). Entretanto no trabalho citado não foi incorporada a diferenciação entre *tradings* modernas e empresas do capital comercial tradicional, aqui realizada para incorporar as cadeias produtivas de frutas frescas.

nal, faz-se cada vez mais com o aumento das arbitrariedades quanto aos limites.

A análise, partindo da concepção da agroindústria - enquanto empresa associada a um capitalista industrial na sua relação com uma gama de agricultores que fornecem a matéria-prima -, pode ser problematizada quando se inclui as cooperativas, nas quais a complexidade torna-se ainda maior, pois os agricultores são proprietários da cooperativa. As grandes cooperativas têm suas próprias estruturas de transformação, que recebem a matéria-prima, e para o conjunto dos agricultores que nelas centralizam seu capital produzem um produto final indivisível. Isso tanto no ramo de leites e laticínios, no qual tem grande participação no mercado consumidor paulista, o maior do País, e em segmentos dos hortigranjeiros. Muitos são os segmentos nos quais a presença dos conglomerados cooperativos é predominante, como os do trigo, da soja e do café, sendo crescente a tendência a comporem suas próprias estruturas de transformação.

As cooperativas não apenas organizam os agricultores para atuar como pólos difusores de tecnologia na produção agropecuária, mas também processam, padronizam e até mesmo distribuem os produtos finais. Conjuntos de cooperativas têm suas próprias estruturas produtoras de insumos e de fornecimento de máquinas e equipamentos e, há poucos anos, se uniram para formar uma grande *trading* para atuar no comércio exterior. Recentemente têm avançado também a constituição de seu próprio sistema de crédito, com a difusão das cooperativas de crédito. Muitos analistas, por desconhecimento do formato jurídico, tratam um conglomerado cooperativo como uma empresa frente a um universo de agricultores e não como uma empresa de agricultores frente à realidade oligopolizada do mercado nacional. A rentabilidade não pode ser vista pela renda líquida da fazenda, mas pela incorporação das distribuições de "sobras líquidas" relativas a cada agricultor.

As empresas de capital comercial apresentam duas conformações básicas em função do tipo de "compromisso" que têm com a produção¹¹. Um **primeiro tipo** são as empresas de o capital comercial tradicional, que atuam em operações rotineiras de compra e venda, sem organizar ou operar a cadeia produtiva, e, por essa razão, sem compromisso com a qualidade do produto e com o progresso tecnológico. O tipo característico dessa formação empresarial refere-se àquele predominante no fluxo de comercialização de feijão, cuja lógica reside em "comprar barato e vender caro", sempre promovendo o ajuste para trás, com o ônus recaindo sobre o agricultor.

O **segundo tipo** são as modernas *tradings companies* que organizam e operam uma ampla estrutura logística para tratamento pós-colheita, acondicionamento, transporte e distribuição de perecíveis muito sensíveis como são as frutas frescas. No mercado brasileiro, a formação característica encontra-se na maçã e na uva, principalmente destinadas à exportação. Do ponto de vista técnico-produtivo, essas *tradings* têm um comportamento assemelhado ao da agroindústria processadora, pois as *packing houses*, as câmaras frigorificadas para armazenamento, os *containers* frigorificados para transporte e as estruturas

¹¹ Essa diferenciação sustenta-se nas distintas constituições históricas de cada tipo de empresa. Como coloca PEREIRA (1989), "os conceitos de capital mercantil e capital industrial não são conceitos físicos, mas econômicos e históricos. Há empresas industriais que se identificam com o capital mercantil na medida em que são incapazes de incorporar progresso técnico e realizar mais valia relativa, baseando seu processo de acumulação em subsídios do Estado e em outras formas de acumulação primitiva. Em contrapartida, existem empresas comerciais que já fazem parte do capital industrial, porque adotam práticas modernas de gestão, porque realizam lucro principalmente na medida em que aumentam a produtividade baixando custos".

portuárias representam um investimento vultoso em capital fixo. Por outro lado, o compromisso com a qualidade intrínseca do produto final exige uma atenção com a tecnologia de produção, forjando relações contratuais sólidas com os agricultores.

Nesse processo, não se tem mais uma lógica restrita ao capital agrário. Este se converte crescentemente em capital industrial, avança no sistema de distribuição, como capital comercial, e abre as portas para atuar como capital financeiro, buscando o crédito de custeio e imobilizando recursos para investimento. Por outro lado, um conjunto expressivo de agricultores urbanos, produzindo na terra e residindo na cidade, obtêm parcela importante de seus lucros na forma de lucros não operacionais, provenientes de aplicações financeiras¹². Assim, o capital torna-se cada vez mais capital em geral, num nível de solidarização avançada, rompendo com o bucolismo da agricultura, característico da abordagem tradicional.

A abordagem tradicional da agricultura não dá conta da compreensão desse processo, ao apegar-se a uma tese da tendência secular à insignificância que apenas reforça a perspectiva de uma importância marginal para o setor. A especialização regional também não tem explicação nos limites restritos da abordagem tradicional da agricultura, como também o dinamismo não tem seu núcleo gerador na agropecuária, pois sua participação na renda setorial é decrescente frente ao valor adicionado dos demais segmentos. Aos agricultores não sobra outra opção para participar de maior parcela da renda gerada que não se integrar a complexos cooperativos e/ou agroindustriais (LAUSCHNER, 1979). Ademais, como no complexo de frutas de mesa - com participação crescente no mercado internacional -, assume posição estratégica o esquema logístico montado por grandes empresas, com enormes e sofisticadas estruturas de pós-colheita, transporte e distribuição, mostrando com isso que as transformações vão além dos produtos agriprocessados.

A comprovação da insuficiência da abordagem tradicional, para apreender e explicar a riqueza das transformações da agricultura no processo de desenvolvimento, torna também inaplicáveis os papéis por ela desempenhados nesse movimento. A redefinição da concepção de setor torna fundamental a rediscussão das funções a serem cumpridas pela agricultura, numa perspectiva radicalmente distinta, quais sejam: a) impulsionar a geração de riqueza nacional enquanto departamento produtor de bens de consumo salário e com isso alavancar a demanda de bens intermediários, bens de capital e serviços; b) interiorizar o processo de desenvolvimento, incorporando novas regiões ao avanço capitalista e com isso alastrando espacialmente o movimento expansivo, integrando todo o espaço territorial ao processo de desenvolvimento e, com isso, reduzindo as disparidades inter-regionais; c) incrementar a especialização produtiva em torno de cadeias de produção de mercadorias de maior valor agregado e melhor qualidade, na escala compatível com o aumento da competitividade e atendimento de um consumidor cada vez mais exigente; e d)

¹²Outras formas de romper com os limites da atuação como mero capital agrário estão nos mecanismos de aluguel de capacidade industrial ("*toll processing*") ou realização do processamento do produto primário com a contratação de serviços. Acessível a grandes lavradores isolados, ou em "*pool*", essa prática permite a participação no valor adicionado ao menos da primeira transformação, ou seja, em vez de produto primário esses agropecuaristas passam a produzir semimanufaturados. NEVES & ZYLBERSZTAJN (1995) mostram a importância e os mecanismos envolvendo as práticas de "*toll processing*" na indústria paulista de sucos cítricos. Já a contratação de serviços tem crescido em importância para os cotonicultores que, em vez de comercializarem algodão em caroço, compram serviços de beneficiamento e passam a vender algodão em pluma.

acrescentar progressiva diferenciação entre a agricultura e a agropecuária alargando a transformação do produto primário nacional e a base geradora de empregos.

Em síntese, a agricultura atualmente não tem função marginal nem passiva no desenvolvimento econômico. Ao contrário, trata-se de setor estratégico nesse processo em economias continentais como amplificador da acumulação capitalista num espaço geográfico mais amplo. A transformação da agricultura deve ser colocada no universo de medidas de elevação do valor agregado, não apenas como instrumento de crescimento da renda *per capita*, mas, fundamentalmente, ensejando medidas que levem a uma distribuição menos desigualitária da renda nacional entre a população de um País e de regiões dentro dele. **O desenvolvimento capitalista da agricultura, entretanto, não se realiza calcado apenas em medidas "rurais", ao contrário, como uma indústria de base biológica, os instrumentos fundamentais na determinação do dinamismo são elementos da política industrial verticalizada.**

CAPÍTULO II

CRÍTICA À IDEOLOGIA DA MODERNIZAÇÃO HOMOGENEIZADORA

As transformações da agricultura brasileira têm na Questão Agrária seu elemento constituidor perene. Essa característica configura a condicionante estrutural fundamental que conduziu à concretização de um processo de desenvolvimento capitalista, o qual aprofundou as contradições relativas à heterogeneidade estrutural e à desigualdade social. A radicalidade dessa Questão Agrária não resolvida manifesta-se em toda a plenitude nas crises. A essência do conflito distributivo permanece atuante no processo de transformação ocorrido entre as crises do início da década de 60 e dos anos 80. O resgate dos elementos fundamentais definidores da Questão Agrária, tal como foi apreendida nessas últimas duas crises brasileiras, constitui tarefa importante para compreender o desenrolar das transformações operadas na economia e sociedade nacionais.

A crise dos anos 60 mostra-se como aquela em que o comportamento da agricultura não havia acompanhado a transformação da economia como um todo, por meio da alteração da sua dinâmica com a indústria pesada. O fraco desempenho da agricultura levou, assim, muitos analistas a relacionarem-no a causas estruturais, embora esse problema produtivo tivesse alternativa de solução dentro do modelo estrutural vigente, mesmo que essa solução aprofundasse as disparidades. Já a crise da década de 80, quando a agricultura revelou taxas de crescimento positivas e maiores que os outros setores, destaca com maior clareza o papel da condicionante estrutural na definição do perfil de sociedade resultante. A análise da Questão Agrária, nas duas crises de conformações tão distintas quanto ao desempenho da agricultura, permite que sejam realçados seus pontos permanentes. Grosso modo, pode-se mesmo afirmar que a década de 80 apresentou a resultante do aprofundamento da Questão Agrária dos anos 60, na

sua face mais dramática de violência, miséria e fome.

Essa realidade persistente de miséria e fome no campo e na cidade, a despeito das transformações ocorridas, vem ao encontro de postulações do debate prévio à industrialização brasileira que argumentavam que as disparidades não decorriam do atraso tecnológico nem seriam diminuídas com eles. Sobre a fome já havia escrito Josué de Castro nos anos 60: "O homem dispõe hoje de conhecimentos tecnológicos que racionalmente aplicados, permitiriam à humanidade dispor de alimentos em quantidade suficiente e nas diversas qualidades indispensáveis ao equilíbrio alimentar da população mundial ainda por longos anos, ... as dificuldades de vencer, ao contrário do que afirma a tese malthusiana, não são de ordem técnica, são dificuldades de natureza política, de uma complexidade bem maior" (CASTRO, 1983a). Assim, a modernização da agricultura e a própria industrialização, ao manterem intacto o perfil concentrador de riqueza, não contribuiriam para a eliminação da fome, criando a miséria na abundância.

Nesse contexto os teóricos do desenvolvimento econômico equivocaram-se ao postular o transplante das experiências dos países desenvolvidos para as demais nações. Isso porque, no próprio decorrer dessas transformações no final dos anos 60, "todos parecem concordar quanto ao malogro da estratégia de desenvolvimento utilizada nas regiões menos desenvolvidas. Tornou-se evidente que essa estratégia foi estabelecida com base em princípios e sistemas de pensamento que estavam longe de conduzir à eficácia ... O maior de todos esses erros foi considerar o processo de desenvolvimento em toda parte como semelhante ao desenvolvimento dos países ricos do Ocidente. Uma espécie de etnocentrismo conduziu os teóricos do desenvolvimento a assentar suas idéias e estabelecer os seus sistemas de pensamento com base em concepções da economia clássica que ignoravam quase totalmente a realidade sócio-econômica das regiões de economia de dependência" (CASTRO, 1983b). Daí ser extremamente revelador retomar o debate para compreender os equívocos e acertos das várias postulações.

1. - A questão agrária no debate dos anos 60: progressistas vérsus conservadores

A Questão Agrária esteve presente como tema central nos debates da economia nacional nos anos 60, notadamente à medida que se aprofundava a crise que eclodiu no contexto da maturação do bloco de investimentos, representado pelo Plano de Metas, levado a efeito no período 1957/61. A internalização da indústria pesada trazia à tona não só a necessidade de reordenamento institucional para alavancar novo ciclo expansivo. Preconizava, também, a urgência de um processo que modernizasse a agricultura, face à miséria e ao "atraso" do campo. A análise dual, tradicional e moderna, nas suas variantes distintas, ganhou corpo para dar conta de uma realidade de contradições latentes em movimento. A eliminação dessa "dualidade" trazia como necessidade o desenvolvimento capitalista (o que unificava as preocupações), o qual deveria impulsionar a modernidade em todo o espaço geográfico e em diferentes segmentos sociais.

Os caminhos propostos, no entanto, eram diversos: uma opção era pela posteriormente chamada "modernização conservadora", que preconizava a expansão do moderno, eliminando o tradicional; a outra era pela "modernização estruturalista" que buscava o avanço do moderno, modernizando o tradicional. Essa classificação, mesmo podendo ser simplista, permite caracterizar os dois

blocos fundamentais das forças políticas envolvidas no embate da época. Para os conservadores, a Questão Agrária não era fundamental à modernização, e a exclusão social proveniente de não enfrentá-la seria solucionada pelas novas oportunidades fora da agropecuária. Já para os progressistas, ao não se solucionar essa questão, não só se estaria perpetuando, mas também acirrando, uma realidade política e social excludente. A saída conservadora, consubstanciada pelo golpe militar, impôs-se pela força no plano político, desdobrando-se num amplo arco de intervenções governamentais de modernização do campo e numa concomitante repressão policial.

No plano das idéias, as forças derrotadas passaram a enfrentar, e até hoje enfrentam, o embate de uma avalanche de estudos "comprovando" as formulações vencedoras, alguns destacando o caráter "anacrônico" daquelas postulações. A avalanche incorporou até mesmo segmentos outrora "críticos"; não conseguiu, contudo, soterrar definitivamente seus oponentes, o que comprova a força de suas idéias. Para compreender essa "força", é preciso fugir do triunfalismo da "modernidade capitalista" e compreender a profundidade da contribuição dos clássicos, resgatando o ponto considerado mais "anacrônico" pelas lides conservadoras: a Questão Agrária. Para tanto, é preciso visualizá-la, à luz da história, na sua essência, rica em elementos estruturais contraditórios que ainda permeiam a realidade brasileira. Esta é muito mais ampla e profunda que sua aparência revela, uma pura e simples redistribuição patrimonial. É a sua essência que move o processo, determinando uma sociedade tão desigual que sua própria aparência faz transbordar, em intermináveis rachaduras, essas desigualdades latentes, mesmo com uma "pintura nova" de modernidade que tenta encobri-la¹³.

A crítica conservadora, às vezes centrando-se nas questões teóricas, pretende descartar a realidade que lhes deu origem. Em vez de discutir a teoria a partir de sua relação com o concreto, falseia o concreto, ao descartar pura e simplesmente a teoria. Afinal, para quem não enxerga uma dada realidade inexorável, bater-se contra teorizações da mesma é um caminho profícuo. Esse caminho é antigo. Na década de 60, muitos (não todos) negaram o "feudalismo", não para discordar dessa concepção, mas para negar a realidade de existência da coerção extra-econômica, cuja revelação derrubaria a máscara "democrática" da oligarquia dominante. No período recente, nega-se a existência do latifúndio, não por impropriedade do conceito, mas pelo fato de que agora seriam modernos, pois se procura mascarar a essência do debate em torno da concentração de poder e de renda que a grande propriedade confere à classe proprietária de terras¹⁴.

1.1 - Alberto Passos Guimarães: latifúndio feudal e dominação

¹³É com esse conjunto de preocupações que se procura discutir a Questão Agrária nos clássicos dos anos sessenta, estudando quatro de seus principais autores progressistas: ALBERTO PASSOS GUIMARÃES, CAIO PRADO Jr., CELSO FURTADO e IGNÁCIO RANGEL. Para efeito de contraponto, é apresentada a formulação conservadora, na visão da obra de um de seus mais respeitados autores: RUY MILLER PAIVA.

¹⁴O caminho aqui proposto é o oposto, pois, a partir da seleção de pontos considerados fundamentais nos autores escolhidos, busca-se caracterizar - com base na seleção inicial quase literal de suas postulações -, a convergência de idéias ou as visões distintas de uma mesma realidade que, de forma semelhante, captavam-na como contraditória. Desde logo, não se trata de uma análise exaustiva da rica contribuição de cada autor, mas de destacar dois pontos considerados centrais em todos eles no tocante a Questão Agrária: a coerção extra-econômica e a face perversa da sociedade que existia e se aprofundaria dentro da "ordem". Certamente, não haverá nada de "inovador" no sentido acadêmico, mas isso não é demérito frente a uma realidade que também insiste em manter-se contraditória, apesar de alguns dos "inovadores" procurarem negá-la nesse aspecto.

A análise de Alberto Passos Guimarães, datada do início da década de 60, é relevante também pelo fato de representar de forma completa a visão de parcela importante da esquerda brasileira, alinhada com a luta pela reforma agrária, objetivando destruir os resquícios "feudais" ainda prevalentes no campo brasileiro. O trabalho clássico de Guimarães, de 1963, preconiza a determinante feudal da colonização brasileira. Para o autor, "a despeito do importante papel desempenhado pelo capital comercial na colonização de nosso país, ele não pode desfrutar aqui da mesma posição influente, ou mesmo dominante, que havia assumido na metrópole, não conseguiu impor à sociedade colonial as características fundamentais da economia mercantil e teve de submeter-se e amoldar-se à estrutura tipicamente nobiliárquica e ao poder feudal instituídos" (GUIMARÃES, 1982).

Para Guimarães, "o básico num regime econômico é o sistema de produção, isto é, o modo pelo qual, numa determinada formação social, os homens obtêm os meios de existência". Assim, é o modo como os homens produzem os bens materiais de que necessitam para viver que determina todos os demais processos econômicos e sociais, inclusive os processos de distribuição ou circulação desses bens. A partir dessa constatação, o autor assinala que, "no sistema de plantação, como aliás no conjunto da economia pré-capitalista do Brasil-Colônia, o elemento fundamental, a característica dominante à qual estavam subordinadas todas as demais relações econômicas, é a propriedade agrária feudal, sendo a terra o principal e mais importante meio de produção. O fato de se destinarem ao mercado exterior, sob o controle da metrópole, os produtos obtidos através desse mesmo sistema, só contribuiu para juntar um novo elemento à condição colonial" (GUIMARÃES, 1982).

Guimarães procura demonstrar que "o fato de ser a terra o meio de produção fundamental na agricultura indica um estágio inferior da produção agrícola peculiar às condições históricas pré-capitalistas..." e, sendo predominante o papel da terra no conjunto de meios de produção da agricultura brasileira, o autor se insurge contra aqueles que apregoam um desenvolvimento sem reformas, "acrescentando-se à atual estrutura agrária alguns ingredientes: mais adubação, mais mecanização, numa palavra mais capital, alcançaríamos a forma milagrosa para acelerar o progresso agrícola em geral, sem precisarmos apelar para qualquer reforma de base" (GUIMARÃES, 1982). Para comprovar sua tese, o autor elenca o fracasso do Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek no tocante à agricultura, ao alterar quase nada a dinâmica setorial.

Não somente esse aspecto, o monopólio da terra, é central na análise de Alberto Passos Guimarães, mas principalmente o poder extra-econômico que dele decorre. Para o autor, "o poder extra-econômico é uma característica e uma sobrevivência do feudalismo. Ele se exerce, ainda nos nossos dias, através do 'governo' das coisas e das pessoas dentro e em torno dos latifúndios... Graças a esses tipos de relações coercitivas entre os latifundiários e seus 'moradores', 'agregados', 'meeiros', 'colonos', 'camaradas' e mesmo assalariados estendendo-se também aos vizinhos de pequenos e médios recursos, alguns milhões de trabalhadores brasileiros vivem, inteiramente ou quase inteiramente, à margem de quaisquer garantias legais ou constitucionais e sujeitos à jurisdição civil ou criminal e ao arbítrio dos senhores de terras" (GUIMARÃES, 1982).

Desse modo, o elemento central para Guimarães não é um mero redistributivismo das terras do latifúndio enquanto extensão territorial, mas o latifúndio enquanto instituição. Portanto, não é uma pura e simples questão

social, mas o rompimento com uma estrutura de dominação. Para ele, "uma reforma agrária democrática tem um alcance muito maior: seu objetivo fundamental é destruir pela base um duplo sistema espoliativo e opressivo; romper e extirpar, simultaneamente, as relações semicoloniais de dependência ao imperialismo e os vínculos semifeudais de subordinação ao poder extra-econômico, político e "jurídico" da classe latifundiária" (GUIMARÃES, 1982). A essência do latifúndio, por conseguinte, não é sua grande produção, mas as relações sociais a ela inerentes. Elas possibilitam elevado nível de exploração de imensa legião de trabalhadores, pelo fato de que, mesmo após a abolição da escravatura, se reorganizou, com base no monopólio da terra, uma sólida estrutura de dominação dos senhores sobre os demais viventes do campo.

1.2. - Caio Prado Jr.: A Questão Agrária e a revolução brasileira

A análise de Caio Prado Jr., datada da metade da década de 60, tem como debatedores as correntes de esquerda que viam no latifúndio um "resquício feudal" que obstaculizava o desenvolvimento capitalista. PRADO Jr. (1966) critica a concepção de revolução agrária para superar os restos feudais, pois "o Brasil não apresenta nada que legitimamente possa conceituar como restos feudais... aquilo que é essencial e fundamentalmente forma esta nossa economia agrária, no passado como ainda no presente, é a grande exploração rural em que se conjugam em sistema, a grande propriedade fundiária com o trabalho coletivo e em cooperação e conjunto de numerosos trabalhadores... não existindo lugar para a revolução antifeudal com a superação das relações semifeudais de produção em particular e diretamente pela destruição do latifúndio" (PRADO Jr. 1966).

Ao posicionar-se contra as análises que viam no latifúndio formas de subordinação semelhantes às antigas submissões de servos aos senhores da terra no feudalismo europeu, o autor não pretende negar a situação de pauperidade do trabalhador rural brasileiro e sua submissão ao "dono" da terra, mas tão-somente marcar uma perspectiva teórica distinta, dada à impropriedade histórica de aplicar-se, no Brasil, categorias teóricas extemporâneas e exógenas. Para PRADO Jr. (1966), "segundo essas interpretações, o latifúndio constituiria uma sobrevivência 'arcaica' de natureza feudal ou semifeudal, hoje inteiramente obsoleta e ultrapassada pelas exigências do desenvolvimento econômico... No caso da economia açucareira, que constitui sem dúvida um dos principais setores da agricultura brasileira, é certamente aquele em que se concentra a maior concentração fundiária. Observa-se sem margem de dúvidas que essa concentração tem por estímulos fatores de natureza essencialmente capitalistas, mas ainda proporcionou e foi mesmo condição necessária do aumento verificado de produtividade e do desenvolvimento econômico resultante".

Deixa marcada, portanto, o autor sua posição de que a extensão de terras das propriedades não representaria um obstáculo ao desenvolvimento capitalista. Ao contrário, no seu veio mais evoluído, a agricultura industrializada avançava a passos largos, modernizando grandes propriedades açucareiras. Não havia, portanto, limitação técnica e estrutural ao "latifúndio" para seu progresso técnico e também "não seria por uma hipotética superação 'capitalista' dos remanescentes do passado nas relações de trabalho, que se realizará efetivamente a grande tarefa... de elevação dos padrões materiais e culturais dos trabalhadores do campo sob os quais ainda pesa de forma tão brutal a velha tradição escravista... no Nordeste, o trabalhador rural vive hoje em piores condições que no passado. E o fato diretamente responsável por isso foi precisamente o

desenvolvimento e a apuração das relações capitalistas de produção e trabalho" (PRADO Jr., 1966).

Destacam-se aí duas circunstâncias fundamentais ao entendimento da problemática agrária. **De um lado**, o fato de que o avanço do capitalismo, numa realidade tão brutalmente desigual, lança condições para o acirramento das contradições com a maior exploração do trabalhador. Desse modo, o campo não precisava de mais capitalismo, mas do rompimento de uma estrutura de dominação que, perpetuando um processo capitalista, o faz com mais elevados níveis de desigualdade. **De outro lado**, o autor define a historicidade dessa estrutura de dominação como um "resquício" escravista-colonial. Pois "é também certo que a abolição não eliminou desde logo, pelo menos em alguns lugares, acentuados traços escravistas, que permanecem, de fato, e à margem do regime legal de trabalho livre. Mas essas sobrevivências escravistas, longe de constituírem obstáculos ao progresso e desenvolvimento do capitalismo, lhes têm sido altamente favoráveis, pois contribuem para a compressão da remuneração dos trabalhadores, ampliando com isso a parte da mais valia e favorecendo por conseguinte a acumulação capitalista" (PRADO Jr., 1966).

Nesse reconhecimento da raiz escravista colonial da Questão Agrária, PRADO Jr. (1966) mostra a preocupação com um perfil exportador da economia brasileira e o tipo de relações de produção que faz do trabalhador na agropecuária vivente em condições morais e materiais críticas. Nesse sentido, o "resquício" escravista-colonial determina um perfil de desenvolvimento capitalista profundamente excludente. Para ele, "o antigo sistema colonial em que se constituiu e evoluiu a economia brasileira, apesar de todo progresso e as transformações realizadas, fundamentalmente se manteve, embora modificado e adotando formas diferentes. E o processo de integração da economia nacional, embora se apresente moderno para sua completa e definitiva eclosão, se mostra incapaz de chegar a termo e se debate em contradições que não consegue superar".

Apesar de contraditória, essa realidade não encontra suporte num antagonismo camponato/senhores de terra, estando, portanto, segundo PRADO Jr. (1966), equivocadas as forças políticas que viam nesse antagonismo uma realidade crítica da qual eclodiria a revolução brasileira. Pela visão do autor, "o que sobretudo explica essa debilidade e falta de projeção da luta pela terra no Brasil, apesar da grande concentração da propriedade fundiária rural, é o argumento, de fato único, daqueles que colocam aquela luta pela terra no centro da reforma ou revolução agrária. É que a luta pela terra não tem no Brasil, na sua origem e base, um forte e generalizado movimento de massas rurais, efetivo ou potencial, impulsionado por uma economia camponesa tolhida ou limitada em seu progresso, ou contido em sua expansão pelo obstáculo e persistência que oferece a concentração da propriedade fundiária rural" (PRADO Jr. 1966).

Assim, na visão de PRADO Jr. (1966), o problema central não era a grande propriedade em si pelo seu aspecto tamanho, mas pelo fato de que, historicamente, ela propícia a manutenção de um nível de exploração elevado de enorme massa trabalhadora. Daí que a contradição fundamental está entre trabalhadores e grandes agricultores e não camponeses "sem terra" e latifundiários. A resolução dessa questão passava, na visão do autor, pela generalização de lutas por direitos trabalhistas, pois "uma parte seguramente apreciável da grande exploração se mantém graças unicamente ao baixo custo da mão-de-obra empregada, baixo custo fruto da exploração intensiva do trabalhador, inclusive através de formas semi-escravistas. A acentuação e o

desenvolvimento da luta reivindicatória por melhores condições de trabalho e emprego tenderá assim a eliminar empresas que não tiveram condições para se adaptarem, pelo aumento da produtividade, à nova situação criada pelas exigências dos trabalhadores. A solução será então o desmembramento da propriedade" (PRADO Jr. 1966).

1.3. - Celso Furtado: Questão Agrária e subdesenvolvimento

A análise de Celso Furtado, datada do início da década de 70, tem como debatedores os ideólogos da modernização da agricultura, para quem o progresso técnico inexoravelmente eliminaria não só o atraso como a miséria rural. Como ponto de partida, FURTADO (1972) define que "o Brasil é o único país das Américas criado, desde o início, pelo capitalismo comercial sob a forma de empresa agrícola". Para o autor, "a instalação da empresa agromercantil dependia principalmente de capacidade financeira. Explica-se, assim, que as primeiras concessões de terras hajam sido feitas a homens que dispunham de recursos para empreender a instalação de tais empresas. Dessa forma, a classe dirigente é, desde o início, formada por homens economicamente poderosos... Contudo, é no controle da propriedade da terra que essa classe dirigente encontrará o instrumento poderoso que lhe permitirá conservar o monopólio do poder. Os homens livres que che-garam ao país como artesãos, soldados ou simples aventureiros foram de uma ou outra forma transformados em dependentes da classe de grandes proprietários".

Ainda contextualizando o desenvolvimento da agricultura brasileira, FURTADO (1972) argumenta que "foi graças à escravidão que a empresa agromercantil pôde dominar tão completamente a vida rural brasileira, imprimindo-lhe o perfil de autoritarismo que a caracteriza até o presente. A essa dominação se deve atribuir o fato de que o Brasil, país por excelência de abundância de terras, se haja caracterizado por tão difícil acesso à propriedade da terra, a qual permanece sempre nas mãos de uma pequena minoria... Coube à escravidão o papel de matriz do processo pois deu à grande empresa agromercantil os meios de frustrar qualquer outra forma de organização agrícola. Mas foi o monopólio da propriedade da terra que permitiu consolidar as posições ganhas com base na escravidão".

Na visão de Celso Furtado, pela manutenção de formas de coerção extra-econômica que constituem um sistema de dominação exercido sobre os trabalhadores e suas famílias residentes no interior das propriedades, "o latifundismo brasileiro tem sido qualificado em publicações de órgãos internacionais de sistema de poder. Com efeito, ele constitui um meio de assegurar a uma minoria uma oferta elástica de mão-de-obra e de impor à população um certo esquema de distribuição de renda. Se ignora que o latifundismo é primeiramente um fenômeno político, que permitiu preservar o quadro de privilégios surgidos com a escravidão, não será fácil explicar certos paradoxos da organização da agricultura brasileira. Assim, do ponto de vista da empresa agromercantil, a mão-de-obra é simultaneamente escassa e barata" (FURTADO, 1972).

Contrapondo-se às teorias de desenvolvimento da agricultura, pelas quais eram desnecessárias reformas estruturais - pois o desenvolvimento era por si só um processo inexorável de superação das iniquidades -, FURTADO (1972) argumenta que "o modelo clássico de desenvolvimento agrícola das economias capitalistas baseia-se na hipótese de que crescimento da demanda de excedentes

agrícolas e forte absorção de mão-de-obra rural pelas zonas urbanas em níveis mais altos de salários são dois processos que ocorrem paralelamente. A elevação do custo da mão-de-obra e a redução relativa dos custos dos insumos agrícolas induzem o empresário agrícola à capitalização, abrindo-lhe a via do progresso técnico. O caso brasileiro diverge duplamente desse modelo, pois as terras continuam a ser abundantes e a oferta de mão-de-obra permanece elástica no que respeita ao conjunto do setor agrícola. Em face a essa abundância de recursos, a extrema concentração da propriedade da terra permite à empresa agromercantil impor à população rural salário inferior... como a estagnação do nível de vida da massa rural contribui para deprimir os salários urbanos e são estes que determinam a evolução da demanda de produtos agrícolas, tampouco por este lado surgem possibilidades de ruptura do impasse atual" (FURTADO, 1972).

O elemento central da análise de FURTADO (1972) é que a não-solução da Questão Agrária levaria à constituição no Brasil de uma sociedade com níveis crescentes de exclusão social. Essa é a crítica fundamental que o autor faz aos teóricos clássicos do desenvolvimento econômico. Essa teoria de desenvolvimento da agricultura foi formulada tendo como parâmetro a realidade norte-americana. Nos Estados Unidos, a modernização da agricultura, a formação e avanço da agroindústria e o próprio processo de industrialização foram realizados, do final do século XIX em diante, tendo por base uma estrutura fundiária de pequenos e médios estabelecimentos. A colonização do Sudoeste e a conquista do Meio Oeste dos Estados Unidos tiveram como elemento consolidador o Homeestead Act de 1862, que institucionalizou uma estrutura agrária melhor distribuída que a brasileira. Para FURTADO (1972), dada a distribuição desigual da propriedade da terra, não se repetiriam no Brasil os preceitos da Teoria Clássica de Desenvolvimento Econômico - que correspondem ao ocorrido nos Estados Unidos -, segundo os quais a mão-de-obra liberada encontrava empregos no meio urbano com salários satisfatórios. No Brasil, os "agregados" da grande propriedade seriam "desagregados" e ofertariam sua força de trabalho por qualquer preço.

Finalizando, FURTADO (1972) afirma na organização da agricultura brasileira "um elemento invariante, que é o sistema de privilégios concedidos à empresa agromercantil... Esse sistema de privilégios, que se apoiava inicialmente na escravidão, pode sobreviver em um país de terras abundantes e clima tropical graças ao controle da propriedade da terra... e é uma das causas principais da extrema concentração da renda nacional... Sem um tratamento de fundo desse problema, dificilmente desenvolvimento significará no Brasil mais do que modernização de uma fachada, à margem da qual permanece a grande massa da população do país".

1.4. - Ignácio Rangel: Questão Agrária e industrialização

A análise de Ignácio Rangel, datada do início da década de 60, trata primordialmente do processo de industrialização levado a efeito numa sociedade agrária inadequadamente estruturada, que, sendo implementado sem uma reforma agrária, não possibilitava a superação dos gargalos estruturais, que iriam configurar-se em problemas crônicos no movimento subsequente. RANGEL (1962) argumentava que "a crise agrária brasileira atual exprime-se por um excedente concomitante de bens agrícolas e de mão-de-obra liberada pelo setor agrícola, com a peculiaridade de que o excedente agrícola produz-se essencialmente no Sul, enquanto que o excedente de mão-de-obra manifesta-se essencialmente no

Nordeste e Minas Gerais". Assim, o núcleo do problema agrário brasileiro tem para RANGEL (1962), dois problemas próprios: superpopulação e superprodução.

A superpopulação designa uma realidade na qual a população rural mostra-se expressiva, submetida ao domínio das grandes propriedades e que, com o processo de industrialização, tenderia às cidades, onde a geração de empregos industriais não seria capaz de absorvê-las. De seu lado, a superprodução coloca permanentemente um problema de mercado, uma vez que a agricultura nacional teria um ciclo colado nos altos e baixos do movimento do mercado internacional. A resolução desses problemas seria crucial para que a industrialização não se realizasse de forma anômala, sem reformas estruturais, aprofundando diferenças (RANGEL, 1962). A superpopulação do campo no processo de industrialização converteria-se-ia em êxodo rural e como a indústria implantada é poupadora de mão-de-obra, teria-se-ia apenas o transporte espacial do problema para a cidade, pois a exigüidade do emprego urbano criaria grande número de desempregados ou subempregados sem solucionar a desigualdade estrutural. O paradoxo dessa situação de excedente de força de trabalho é que a própria agricultura moderna teria carência sazonal de mão-de-obra, o que poderia ser um limite à sua expansão. A superprodução forma excedentes globais de bens agrícolas, fato derivado de uma oferta agrícola com determinantes exógenos na formação de preços, dada a incapacidade de absorvê-la no mercado interno por problemas de renda, fruto da elevada taxa de exploração que induz uma baixa propensão a consumir (RANGEL, 1963).

Além desses dois problemas próprios, destacados pelo autor, acrescenta-se aqui um terceiro problema, que deriva da forma como a superpopulação e a superprodução se manifestam na realidade: o problema regional. Isso tem a ver com a construção da nação e dá contornos mais graves à Questão Agrária. A disparidade regional, com o aprofundamento do processo de industrialização, produziria como consequência um aprofundamento dos desequilíbrios regionais, que, com os níveis de renda já concentrados e díspares ganhariam contornos extremos de gravidade (RANGEL, 1962). O elemento central para Ignácio Rangel, tal como FURTADO (1972), é que a industrialização sem reforma agrária produz uma sociedade excludente, calcada numa economia de baixos salários. O autor entende que "o capitalismo brasileiro recruta sua mão-de-obra num mercado convulsionado por todas essas manifestações da crise agrária, isto é, do processo de desagregação da velha estrutura agrária (feudal) e de sua nova estrutura agrária (capitalista),... isto importa na formação de uma oferta excessiva de mão-de-obra, a qual deprime o poder de barganha das massas trabalhadoras do setor capitalista" (RANGEL, 1986a). Esse processo de solução pelo "mercado" seria portanto perverso socialmente. A correção plena dos problemas próprios exige "não a simples promulgação de alguns textos legislativos ou alguns decretos executivos, mas uma revolução social que mudasse o conteúdo social do próprio Estado. Ora não há no interior da sociedade brasileira coisa alguma que faça prever tal revolução..." (RANGEL, 1962).

1.5. - Ruy Miller Paiva: dualismo tecnológico e modernização conservadora

A análise de Ruy Miller Paiva, datada do final da década de 60, é uma das mais consistentes na defesa da modernização da agricultura brasileira, conceituada tal como foi formulada pelos clássicos da teoria do desenvolvimento econômico, tendo como pressuposto a industrialização com a função homogeneizadora das condições estruturais. PAIVA (1968) tinha uma visão clara da realidade

desigual da agricultura brasileira. Dizia ele: "Constata-se que nos países subdesenvolvidos a melhoria da técnica agrícola não alcança um grande número de agricultores. Nunca se encontra nesses países aquelas paisagens típicas dos países desenvolvidos... onde a agricultura mostra-se uniformemente eficiente, com altas percentagens dos agricultores empregando modernas e uniformes técnicas. Nos países subdesenvolvidos, o que se constata é uma situação de dualidade tecnológica em que apenas uma pequena porcentagem de agricultores faz agricultura moderna, ao lado de uma grande maioria que mantém suas técnicas tradicionais" (PAIVA, 1968). Nessa visão, a limitação básica a ser vencida é o dualismo tecnológico, impulsionando um processo de modernização da agricultura.

O dualismo tecnológico não tinha como causa, na visão de PAIVA (1968), apenas aspectos inerentes à insuficiência de assistência técnica e a baixa capacidade financeira. Estes estavam presentes e podiam ser solucionados com extensão rural e crédito, mas existiam elementos estruturais consubstanciados no excesso de população. O Brasil tinha um excedente populacional rural que havia deixado de ser necessário. Define-se aí um dos conceitos fundamentais de sua análise: o mecanismo de autocontrole da expansão da modernização. Segundo ele, "existe outro elemento que é a porcentagem da população no setor agrícola e que determina a expansão que a melhoria da técnica pode alcançar entre os agricultores. Aliás, nos países em crescimento desenvolve-se um **mecanismo de autocontrole** que funciona através das flutuações de preços de produtos e dos fatores, e que impede essa expansão, isto é, que tira os incentivos financeiros para que os agricultores desejem essa melhoria" (PAIVA, 1968). A modernização aumenta a oferta de produtos a preços cadentes e, com isso, ocorre a queda nos preços dos fatores (terra e trabalho), que torna a agricultura tradicional menos desvantajosa.

Dessa forma, é fundamental para que a modernização agrícola avance, que a população excedente deixe o setor agrícola. Tal como coloca o autor, "a expansão das melhores técnicas para que possa ocorrer em grande escala, abrangendo grande número de agricultores, terá que depender de uma transferência acentuada de mão-de-obra do setor agrícola para o setor não agrícola, pois, somente assim, pode-se evitar a falta de mercado consumidor, os excessos de produção e as quedas de preços que retiram o incentivo para que se amplie a melhoria técnica. Ou então, terá de depender do mercado externo, de uma ampliação constante desse mercado, que possa absorver os acréscimos de produção sem queda de preços" (PAIVA, 1968). A absorção de volumes crescentes de produção e de mão-de-obra do campo pelo setor não agrícola é uma necessidade para a melhoria da produtividade na agricultura.

Ao centrar sua análise no dualismo tecnológico, PAIVA (1968), embora tenha claro, desconsidera a problemática estrutural. Segundo o autor, "a divisão das propriedades agrícolas no Brasil é muito irregular... existiu e ainda existe uma distribuição desigual das propriedades quanto às áreas... Entretanto, essa referência ao tamanho das propriedades, no país, economicamente não é de importância fundamental... Com essa distribuição desigual de propriedades agrícolas compreende-se que a população de agricultores não proprietários se mostre elevada" (PAIVA, 1968). A partir desse diagnóstico de uma desigualdade estrutural, o autor toma posição frente à pobreza dela decorrente, ao afirmar que "a posição do trabalhador rural no Brasil, principalmente dos não proprietários, mostra-se em geral muito difícil. As rendas e os salários são baixos e por isso são pequenas as perspectivas de poder amealhar o suficiente para adquirir a sua terra própria, ou ampliar a que já possui. E as condições de vida são em geral muito

precárias" (PAIVA, 1968). As colocações de PAIVA (1968) desconsideram os aspectos históricos da constituição da agricultura e os elementos políticos porventura componentes explicativos da realidade; daí a sua explicação obedecer a preceitos "técnicos". Tal fica patente quando diz: "É verdade que dificilmente se encontra no Brasil a dependência servil do pequeno produtor ao dono da terra, da forma descrita e dramatizada por muitos ... A raiz desse mal se encontra principalmente na baixa produtividade da agricultura. A agricultura sendo economicamente pouco produtiva é difícil conseguir-se melhor salário e maior renda para os pequenos agricultores" (PAIVA, 1968).

1.6. - Núcleo da Questão Agrária nos anos 60: predomínio das forças conservadoras e constituição de uma sociedade excludente

A atual realidade brasileira é marcada por enorme conjunto de contradições. No plano produtivo, prevalece a heterogeneidade estrutural, dado que, sendo economia industrial desenvolvida, persistem firmas "atrasadas" convivendo com "modernas", tanto no aspecto gerencial como tecnológico. Mas esse não é o aspecto mais dramático do fato de que o desenvolvimento econômico no Brasil não apresentou um resultado homogeneizador. No contexto social, a marca é a desigualdade, tendo sido aprofundada a concentração de renda e poder. Isso faz contrastar elevados padrões de vida de uma parcela da população com uma maioria vivendo abaixo da linha da pobreza. Essa sociedade excludente e fragmentada, que foi produzida no processo de desenvolvimento econômico, exige, para compreendê-la, um resgate do debate das questões estruturais, as chamadas **questões de base**, presente no cenário político da década de 60. Desse conjunto, destaca-se, aqui, a Questão Agrária.

A Questão Agrária nos clássicos não está presa a uma pura e simples redistribuição da propriedade. Esse fato, por confrontar interesses patrimoniais de uma poderosa oligarquia rural, acabou sendo tomado como o ponto central dessa problemática no período que culminou na crise brasileira do início da década de 60. Ao reduzir a Questão Agrária principalmente ao tamanho das propriedades, procurou-se encobrir os elementos essenciais do debate. Os motivos ideológicos são óbvios, pois, ao centralizar a atenção na propriedade privada situa-se a luta entre duas alternativas excludentes: **expropriar a grande propriedade** para então conformar uma nova estrutura fundiária - mesmo que fazendo ressurgir a propriedade privada, em tamanho menor -, ou **manter a propriedade intacta**, tal como historicamente se constituiu. As elucubrações sobre os corolários disso no desenvolvimento capitalista, medidos em termos de oferta agrícola e modernização, apenas adornam o ponto central que não poderia ser colocado em dúvida: a propriedade da terra como síntese da propriedade privada.

A discussão se colocada pura e simplesmente como um problema de tamanho de propriedade, fragiliza enormemente propugnações de cunho mais profundo, que envolvem as relações de produção no campo, ficando na superfície do sistema de produção no sentido técnico-agronômico. Não foi sem outra razão que esse último aspecto tenha se convertido no elemento basilar da argumentação conservadora. Essa posição está bastante explícita nas próprias categorias analíticas elaboradas e defendidas por Ruy Miller Paiva. O dualismo é tecnológico, envolvendo uma dicotomia de técnicas de produção que condicionam todo o entorno do processo. O mecanismo de **autocontrole** é definido no mercado **auto-regulável** pelos preços relativos. A economia natural é, portanto, um elemento central num processo de modernização que resgataria a massa de "não

proprietários" do campo da condição de miséria.

O fundamental a destacar é que a apreensão da realidade foi idêntica, tanto para os teóricos conservadores (os mais brilhantes, é claro), quanto para os progressistas da primeira metade da década de 60: a grande propriedade, a pequena parcela de modernos frente a uma maioria arcaica, as condições de vida deploráveis do trabalhador rural e o fato dos não-proprietários constituírem a maioria. A diferença essencial entre eles está no entendimento da significação dessa realidade e de qual caminho propõem para superar esse diagnóstico das contradições. As opções sustentam-se em argumentações totalmente antagônicas em função dos distintos enfoques de leitura do processo. Os conservadores, aqui representados por PAIVA (1968), apregoam uma história por fases inexoráveis, na qual, de uma situação originária arcaica, todos caminham indelevelmente para a modernidade, não importando as condições econômicas e sociais. Os países em desenvolvimento estariam apenas em estágio atrasado em relação aos desenvolvidos. As condições sociais não determinam o ritmo e o perfil do processo de desenvolvimento, mas sim são sua decorrência. Noutras palavras, é esse processo que determina as relações de classe e não as relações de classe que determinam o processo. A visão progressista, representada pelos outros quatro autores, com base na história, contra-argumenta negando o processo como sendo uma sucessão de fases inexoravelmente pré-estabelecidas e colocando as relações de classe como motor das transformações.

Tendo como base a constatação de que a terra não era previamente concentrada nos Estados Unidos, berço da moderna agricultura, procuram mostrar que esse fato é determinante dos desdobramentos das transformações naquele país, conformando uma estrutura típica de sociedade. Ocorre, entretanto, que isso não seria inexorável no caso brasileiro por duas razões básicas: a coerção extra-econômica e o excedente populacional, que em conjunto definem uma economia de distribuição desigualitária da renda. Todos os clássicos progressistas tinham clara essa questão política fundamental afeta à coerção extra-econômica. Uma nação - cuja oligarquia rural havia conseguido fazer a transição da escravatura para o trabalho livre num processo gradual e controlado, minimizando perdas patrimoniais - funda sua agricultura na submissão de um grande conjunto de agregados ao grande proprietário de terras.

A raiz explicativa distinta dentre os progressistas tinha portanto a mesma percepção da realidade. Para GUIMARÃES (1982), o estatuto era o da servidão, numa reprodução do feudalismo europeu que entravaria o desenvolvimento das forças produtivas. Daí a radicalidade de sua posição de defesa do extirpamento da grande propriedade territorial. Já RANGEL (1962), apesar de também utilizar a caracterização de feudal para designar a situação vigente, captava o movimento das transformações, o que estaria constituindo um segmento de empresários capitalistas na agricultura. Logo, não era um entrave mas uma condicionante da formação de uma burguesia de perfil extremamente conservador. De qualquer forma, ambos, ao utilizarem o estatuto da servidão para a caracterização da coerção extra-econômica, chamavam a atenção para o fato de que não havia como erguer-se na plenitude uma sociedade consciente das idéias burguesas de igualdade e fraternidade, nem a democracia burguesa plena, uma vez que parcela preponderante da população estava submetida à dominação econômica e política.

As opções de encaminhamento contudo eram diferentes, uma vez que RANGEL (1962), tal como PRADO Jr. (1966), reconhecendo o poderio político das forças agrárias conservadoras, propugnava por uma aliança com segmentos

urbanos e rurais de capitalistas de caráter transformador, enquanto GUIMARÃES (1982) propunha o enfrentamento geral de todas as forças, não reconhecendo o núcleo capitalista moderno do campo. Para RANGEL (1962), era difícil confrontar a grande propriedade, e existiam caminhos alternativos de avanço. Para GUIMARÃES (1982), era necessário colocar a propriedade em xeque. A defesa de uma transição não traumática como sendo própria das transformações brasileiras era a tônica dos conservadores, que simplesmente não reconheciam a coerção extra-econômica. PAIVA (1968) aduzia que os trabalhadores eram livres para procurar melhores oportunidades de emprego na agricultura, sem atentar para o fato de que tal emprego só se consubstanciaria em iguais precárias condições. A questão política é simplesmente descartada dentro de uma visão liberal/capitalista, que - não contemplando os atores sociais -, não tinha porque considerar a democracia como valor imprescindível, pois submetia a liberdade à economia, negando o próprio estatuto teórico do liberalismo neoclássico, no qual a liberdade conduz à economia.

Nesse aspecto, as posições de PRADO Jr. (1966) e de FURTADO (1972), embora diferenciadas conceitualmente, aproximam-se bastante da de RANGEL (1962). A coerção extra-econômica era para esses autores produto dos resquícios coloniais-escravistas; sendo que FURTADO (1972), particularmente, é enfático ao caracterizar a empreitada colonizadora como realizada sob a égide da empresa agromercantil. Já PRADO Jr. (1966), dentro de sua argumentação nos marcos da concepção marxista da história, mostra - no mesmo quadro teórico utilizado por GUIMARÃES (1982) -, a impropriedade do conceito de resto feudal para designar a coerção extra-econômica a que estavam submetidos os trabalhadores rurais. Ambos, PRADO Jr. (1966) e FURTADO (1972), tendo clara a existência da coerção extra-econômica, buscaram na capacidade da classe dominante de engendrar transições minimizadoras de perdas políticas e econômicas a explicação para a sua persistência, daí aparecerem os resquícios coloniais-escravistas com o produto de uma transição conservadora. Nesse sentido, são concepções semelhantes à de RANGEL (1962), podendo mesmo afirmar que as distinções são quase semânticas, de designação do objeto, pois as soluções políticas sugeridas caminham na mesma direção - de aliança com segmentos capitalistas progressistas para engendrar transformações institucionais modernizadoras. Isso não só alavancaria a liberdade, como também desaguaria na formação de uma coalizão dominante não apegada a instrumentos arcaicos de submissão.

Assim, o perfil conservador seria perenizado na sociedade brasileira caso não fossem gestadas condições de engendramento de um processo que, descolando a formação da burguesia industrial a partir da oligarquia rural, impedisse a gestação de uma nova geração da elite dominante tão conservadora quanto seus antecessores em termos da forma de dominação da força de trabalho. Esse conservadorismo é reproduzido no conjunto das classes subalternas, mantidas compromissadas com esse ideário pela sofisticação progressiva de instrumentos de alienação. O encaminhamento de um processo de "pseudomorfose" (transformações sem ruptura) perenizaria o perfil de dominação, sofisticando seus mecanismos numa modernização econômica com manutenção do poder político secular - a "modernização conservadora". Entretanto, na visão dos progressistas, esse não é o único aspecto da persistência do poder conservador; outro é o de que não seria produzida a propalada oportunidade para todos, declamada pelas forças conservadoras. Noutras palavras, em vez de uma industrialização incorporadora do excedente populacional rural, conformando uma "economia de altos salários"

como no país originário (os Estados Unidos), seria constituída uma "economia de baixos salários", com desmesurado exército de reserva, que obstaculizaria um movimento de modernização com distribuição de renda.

Outro ponto fundamental das análises progressistas é que a agricultura deveria funcionar como reguladora do mercado de trabalho, para propiciar uma oferta de mão-de-obra não desmesuradamente maior que a demanda. Isso ocorre principalmente em RANGEL (1986a) e FURTADO (1972), que tratam da capacidade de incorporação do processo de industrialização e dos impactos da modernização agrícola. Para os conservadores, notadamente aqueles com viés setorialista, como PAIVA (1968), a agricultura tinha um excedente populacional que inexoravelmente deveria ser absorvido pelo setor urbano. Assim, a modernização teria como resultado o êxodo rural, que fortaleceria a demanda por produtos agrícolas, sendo, portanto, duplamente benéfica ao setor agrícola, pois, ao mesmo tempo em que promoveria a melhoria das condições dos trabalhadores que ficassem no campo pelo aumento dos salários, os que migrassem para as cidades obtendo também salários superiores, provocariam o aumento da demanda por produtos da agricultura.

FURTADO (1972) mostra que esse prognóstico conservador era falacioso, pois nem todo excedente populacional rural seria absorvido, como também a capacidade de incorporação industrial não seria capaz de abrir oportunidades para todo o fluxo do êxodo rural. RANGEL (1986a) já havia argumentado na mesma direção, ao mostrar que a economia brasileira tinha uma baixa propensão a consumir, decorrente de uma alta taxa de exploração. Para esse autor, a modernização do campo e a industrialização, ambas com elevada produtividade do trabalho, são paradoxalmente escasseadoras de emprego, numa realidade de excedente populacional. Por outro lado, sazonalmente, a agricultura moderna tem escassez de mão-de-obra face à sua estrutura monocultora. Todo esse problema era causado pela não regulação do mercado de trabalho.

RANGEL (1962), como outros autores, é crítico da teoria do desenvolvimento econômico na forma proposta pelos "defensores da modernização da agricultura". Para estes últimos, a miséria rural seria problema do atraso, que, eliminado, daria lugar a uma economia de "altos salários" e, para tanto, a experiência dos países avançados repetiria-se-ia. Nesse sentido, a concentração da propriedade da terra não seria um empecilho, mas uma virtude da realidade brasileira (NICHOLLS, 1971). Os teóricos da "modernização conservadora" tinham clara a pobreza rural, que era um dado inegável da realidade objetiva. Para eles, contudo, havia um excesso de população no campo, como deixa claro um dos mais conceituados teóricos brasileiros dessa abordagem, Paiva, ao aduzir que a generalização do moderno "terá de depender de uma transferência acentuada de mão-de-obra do setor agrícola para o setor não agrícola" (PAIVA, 1968). Isso perpetuaria a baixa produtividade e a pobreza, com o autor reconhecendo que "a posição do trabalhador rural no Brasil, principalmente dos não proprietários, mostra-se em geral muito difícil. As rendas e os salários são baixos ... e as condições de vida são em geral muito precárias ... A raiz desse mal encontra-se principalmente na baixa produtividade da agricultura" (PAIVA, 1968). Nessa concepção, portanto, a modernização da agricultura, ao elevar a produtividade e liberar o excedente de mão-de-obra, realizaria uma função homogeneizadora, gerando maior renda para os que ficassem, tal como nos países avançados, e reduzindo a pobreza.

Para RANGEL (1962) e GUIMARÃES (1986), tanto quanto para PRADO Jr. (1966) e FURTADO (1972), não ocorreria uma economia de "altos

salários" na situação brasileira, porque a base estrutural era literalmente distinta da norte-americana, onde a estrutura agrária do Leste deu os contornos de um tipo específico de inserção da população no mercado de trabalho, bem como a conquista da fronteira do Meio-Oeste não ocorreu com a grande propriedade, tal como os latifúndios escravistas que existiam no Sul e que inclusive perderam a Guerra de Secessão, tendo sido obrigados a libertar os escravos. Dois instrumentos legais, o "Homestead Act", de 1862, e o "Reclamation Act", de 1902, consolidaram uma estrutura agrária calcada em pequenas e médias propriedades, num processo de desenvolvimento sustentado e regulado pela ação estatal (MANN E DICKINSON, 1980). A construção de um padrão de consumo e de um padrão de industrialização, cujo perfil da indústria de bens de consumo era calcado na agroindústria, com todos os corolários espaciais em termos geográficos de um mercado continental costa a costa, forjou uma economia que HOBSON (1983) determinou como sendo de "altos salários".

GUIMARÃES (1982) mostra de forma clara que, enquanto o Homestead Act, de 1862, constituiu a pequena e média propriedade americana, a Lei de Terras, de 1850, criava barreiras à sua implantação no campo brasileiro, consolidando o latifúndio. Comprova-se, portanto, que no caso brasileiro não se aplica a inexorabilidade da concepção conservadora de industrialização com generalização social dos benefícios. No país de origem, esse processo ocorreu com os proprietários migrando para as cidades em ritmo e condições radicalmente distintos dos agregados dos latifúndios brasileiros. A demanda por bens agrícolas não cresceu com o mesmo vigor nos centros urbanos, dado que a massa salarial cresceu vegetativamente, decorrente do aumento do número de trabalhadores mais que compensando os salários médios cadentes.

No Brasil, constituiria-se-ia uma economia de baixos salários, que se explicaria pela persistência de duas condições, as quais deprimiriam os ganhos dos trabalhadores. De um lado, estava uma sociedade conservadora, hegemônica por uma elite conservadora, que, reformulando os mecanismos de coerção extra-econômica e de alienação das classes subalternas, mantinha esse conservadorismo como característica fundamental. De outro lado, a demanda de mão-de-obra criada, tanto urbana quanto rural, era sempre inferior à oferta gerada e, com isso, um exército de reserva fragilizaria a classe trabalhadora nas lutas salariais. A resultante, portanto, da análise progressista da década de 60, apontava para a construção - mantida a velha ordem -, de uma modernidade com aprofundamento das iniquidades.

2. - A Questão Agrária no debate recente: problema econômico ou problema social

O período recente mostra-se marcado por paradoxos que, sendo produto de especificidades inerentes ao capitalismo tardio brasileiro, demarcam as trilhas sobre as quais serão construídos os caminhos para a sociedade brasileira nos anos vindouros. Resultantes de um processo aprofundador de disparidades, esses paradoxos colocam em xeque, a todo instante, o conteúdo das transformações realizadas pela economia brasileira. Um deles está na coexistência de supersafras e fome, ou seja, mesmo com a valorização de parte importante dos produtos da agricultura no mercado internacional, a exigüidade do mercado interno não o permite absorver a oferta realizada, por insuficiência de renda de um contingente da população, mantida à margem dos benefícios do

desenvolvimento no campo e na cidade. Além dessa, muitas outras visualizações da realidade brasileira mostram a cada ângulo um particular desenho de enormes iniquidades.

Nesse contexto, o desempenho positivo da agricultura, ao consolidar o moderno padrão agrário e as transformações produtivas relativas a esse processo, desloca as posições produtivistas do seio do debate estrutural. Noutras palavras, como produzir não é um problema, a questão configura-se em como constituir uma sociedade cujo perfil garanta o acesso da grande massa aos benefícios do desenvolvimento alcançado. Em certa medida, isso significa também criar condições para permitir as taxas sustentáveis de crescimento da oferta, ou seja, criar demanda para valorar volumes cada vez maiores de produtos, o que em última instância representa um retorno à antiga discussão sobre a necessidade de ampliação do mercado interno.

Tolhida no plano internacional, face às imensas barreiras protecionistas erguidas pelos países desenvolvidos, em especial os Estados Unidos (novo gendarme do liberalismo entre as nações) e a União Européia, a agricultura brasileira enfrenta o desafio da continuidade das transformações que levaram o Brasil à privilegiada posição mundial de fazer parte dos New Agricultural Countries (NACs) - o grupo de países de agricultura moderna e competitiva. Quais seriam os caminhos? Certamente os tradicionais modelos de oferta não apresentarão resposta satisfatória, já que a solução da face oferta da questão agrícola os fez superados. Se o tamanho e o perfil da demanda é que deverão ser ampliados, para isso deve-se compatibilizar a continuidade do processo de transformações produtivas com mecanismos redistributivos da renda, de tal forma que alarguem o mercado interno e o levem à sofisticação do consumo. Mas há como fazer isso sem executar reformas estruturais, ou seja, sem discutir o perfil aprofundador de disparidades do desenvolvimento realizado?

Na agricultura, essa temática tem propiciado vários posicionamentos referentes a diferentes formas de compreensão histórica da Questão Agrária¹⁵. Há os que acreditam que a solução do lado oferta da questão agrícola tornou irrelevante o problema fundiário e, nesse sentido, a concentração da propriedade da terra. Outros tentam mostrar que o desenvolvimento da agricultura das nações capitalistas hegemônicas ocorreu com base na propriedade familiar, e que a estrutura de sociedade, decorrente nesse caso, propiciou o crescimento sustentado dessas economias. Também alguns enxergam o processo ainda em curso, indicando um aprofundamento do antagonismo das classes próprias do capitalismo, burgueses e proletários, e que o desenrolar dessa luta de classes produzirá os contornos do futuro da agricultura brasileira.

Essas são algumas das posições referentes a reflexões sobre a realidade da agricultura brasileira atual, calcadas em distintos aportes teóricos¹⁶.

¹⁵Buscou-se nesta parte do trabalho discutir algumas das principais postulações explicativas da realidade da agricultura brasileira, tanto na compreensão das transformações ocorridas, quanto no tocante aos desafios que os novos tempos lhe impõem. Selecionou-se, para tanto, um universo de contribuições que, se acredita, incluam as posições mais distintas no estudo da realidade da agricultura brasileira. Certamente, muitos outros estudiosos poderiam ser incluídos. Como era preciso, contudo, limitar o conjunto dos estudos abordados, escolheu-se textos de CLAUD MAGNO GERMER, RICARDO ABRAMOVAY e JOSÉ ELI DA VEIGA, FRANCISCO GRAZIANO NETO, GERALDO MÜLLER e JOSÉ GRAZIANO DA SILVA, para caracterizar o debate recente sobre a Questão Agrária brasileira. Não se trata, naturalmente, de estudo exaustivo da obra dos autores escolhidos, mas da seleção quase literal dos pontos reputados como principais, com vistas a construir um arco explicativo sobre o tema proposto, ainda que incompleto.

¹⁶Desde logo, é importante frisar que se trata de uma questão do presente, e que se busca estudar

Entretanto, ainda que a realidade permita essa ampla gama de posições, a compreensão do movimento transformador exige o conhecimento dos elementos determinantes do mesmo, encarando a tarefa de cotejar, à luz do processo histórico, as distintas postulações com as mudanças da realidade concreta. Em grande medida, isso significa desvelar a pertinência do conteúdo da Questão Agrária das diferentes postulações para discutir a pertinência dos caminhos que os vários analistas propõem como desdobramento das transformações.

2.1. - Claus Magno Germer: A Questão Agrária como questão política e luta de classes

A análise de Claus Magno Germer insere-se na tradição marxista de predominância do trabalho assalariado com o desenvolvimento capitalista da agricultura. A agricultura brasileira teria as seguintes características gerais: "a) sofreu e ainda sofre um profundo processo de transformação capitalista e portanto de formação do capitalismo no seu interior; b) o desenvolvimento capitalista da agricultura brasileira deu-se sem a realização prévia de uma reforma agrária, baseou-se portanto na estrutura latifundiária amplamente dominante desde a colonização e a acentuou, ... seguiu a chamada via prussiana¹⁷; c) já é ... um conjunto de ramos de produção plenamente submetidos às leis econômicas do capitalismo. Ela está integrada aos fluxos de capitais e de mercadorias, o que se traduz pela afirmação de que a agricultura estabeleceu relações intersetoriais plenas com os demais setores da economia. Através do conjunto destas relações constituiu-se o chamado complexo agroindustrial" (GERMER, 1994).

Na concepção de Claus Germer, se existe um certo consenso na aceitação dessas teses genéricas, inúmeras distinções surgem quando se trata de definir seus conteúdos. Uma delas, fundamental segundo o autor, redundaria do fato de que "o conteúdo da transformação da agricultura costuma ser interpretado de um modo predominantemente economicista, ou seja, dando-se excessiva ênfase nos aspectos econômicos e tecnológicos. Há pouca preocupação em examinar mais profundamente o aspecto essencial do desenvolvimento capitalista, que é a transformação da estrutura de classes, e em identificar a nova estrutura de classes, que é o que efetivamente constitui a transformação capitalista"

um processo em que o autor foi personagem do mesmo - ainda que grão de areia no oceano. De forma alguma esse estudo redundará numa conclusão neutra. A discussão descambará inevitavelmente para uma explicação particular do processo, ou seja, para uma forma particular de encarar a Questão Agrária brasileira. Num tema tão candente, não há como fugir. É um erro descul-pável, na medida em que até Eric Hobsbawn, um dos maiores historiadores deste século, escreveu: "meu tempo de vida coincide com a maior parte da época de que trata este livro e durante a maior parte de meu tempo de vida - do início da adolescência até hoje - tenho consciência dos assuntos públicos, ou seja acumulei opiniões e preconceitos sobre a época, mais como contemporâneo que como estudioso... Os historiadores, cujo ofício é lembrar o que os outros esque-cem, tornam-se mais importante que nunca no fim do segundo milênio... A principal tarefa do historiador não é julgar, mas compreender, mesmo o que temos mais dificuldade para compreender. O que dificulta a compreensão, no entanto, não são apenas nossas convicções apaixonadas, mas também a experiência histórica que as formou... De toda forma, não é provável que uma pessoa que tenha vivido este século extraordinário se abstenha de julgar. O difícil é compreender" (HOBSBAWN, 1995).

¹⁷De acordo com a explicação do próprio autor, no tocante à designação de via prussiana, " não interessa tanto a denominação, mas o que ela expressa. Na via prussiana, a transformação capitalista não 'revoluciona' a realidade agrária preexistente, mas promove uma evolução ou adaptação dela ao capitalismo: por um lado, transforma paulatinamente o latifundiário em capitalista (ou seja, promove uma 'modernização' em termos econômicos e técnicos, mas raramente em termos político-ideológicos) e os diversos tipos de pequenos agricultores, dependentes ou agregados, em trabalhadores assalariados" (GERMER, 1994).

(GERMER, 1994).

Assim, prossegue o autor, "as particularidades muitas vezes complexas da formação do proletariado agrícola conduzem por vezes à própria negação da predominância do trabalho assalariado na agricultura capitalista e, em seqüência quase lógica, ao esforço de 'provar' que a agricultura possui particularidades que a tornam imune à transformação capitalista ... Desse modo, por exemplo, a sobrevivência da 'produção camponesa' ou 'produção familiar' passa a ser explicada a partir de características exclusivamente econômicas, deformando-se por completo a realidade da agricultura sob o capitalismo dando origem a esdrúxulas teorias do 'desenvolvimento não-capitalista da agricultura sob o capitalismo'. Com este procedimento deixa-se de avançar no que seria fundamental: a compreensão das causas básicas das lutas sociais agrárias e da sua evolução, que são os conflitos de interesses entre as diferentes classes sociais presentes na agricultura¹⁸" (GERMER, 1994).

Outro ponto que autor considera que as concepções sobre o conteúdo são distintas estaria no fato de que, "embora a agricultura brasileira já seja, em sua essência, capitalista, isto não quer dizer que ela seja capitalista em toda sua extensão ou que já seja puramente capitalista. Embora as leis econômicas do capitalismo já sejam dominantes, há entretanto um processo de formação capitalista ainda em curso, ou de transformação ainda não concluída da realidade agrária anterior em uma agricultura capitalista... Uma destas particularidades da agricultura brasileira são os diversos tipos de pequenos agricultores autônomos e principalmente os semi-assalariados e o papel revolucionário da sua proposta de reforma agrária... (assim), fica claro que há, não só uma realidade de tipo capitalista já estabelecida, na agricultura, mas também um processo de transformação ainda em curso, no sentido capitalista, da realidade agrária herdada do passado" (GERMER, 1994).

Na evolução histórica recente da agricultura capitalista brasileira, devem ser destacados alguns aspectos fundamentais: a) o papel dirigente, econômico e também político, de uma camada formada recentemente de grandes empresários agrários - a grande burguesia agrária -, estreitamente vinculados à estrutura agro-industrial e ao mundo empresarial em geral; b) " a estrutura agroindustrial, cujo papel dominante sobre a produção agrícola cresce cada vez mais, devendo também ampliar-se e consolidar-se...; no Brasil, verifica-se um processo crescente de implantação de empresas agroindustriais processadoras... (com) novos procedimentos tecnológicos na produção agrícola, no sentido de padronizar e unificar a matéria-prima produzida¹⁹; c) durante a década de 80, a agricultura foi o setor que mais cresceu na economia brasileira. Não a agricultura como um todo mas seu segmento empresarial ... Como parte... é destinada à exportação, ... tem tido, inclusive, em certos momentos decisivos, efeitos anticíclicos significativos" (GERMER, 1994).

¹⁸Segundo Claus Germer, "há uma urgente necessidade de que o conceito de 'agricultura capitalista' englobe aquilo que lhe é essencial: a estrutura de classes e as contradições ou conflitos de classes próprias das sociedades capitalistas" (GERMER, 1994).

¹⁹Nesses sistemas, surge a expansão do mecanismo de contratos, com vários avanços e recuos. Segundo o autor, "um ponto de controvérsia, hoje, é a extensão que poderá atingir este processo de contratualização... A ênfase e a esperança exageradas neste fenômeno podem dar origem a deformações de interpretação, o que atualmente já começou a ocorrer, ..., através da superestimação de contratualização, ... (pois) a contratualização na realidade não constitui uma alternativa econômica real para a maioria dos pequenos agricultores, que deverá prosseguir na sua rota de empobrecimento e proletarianização (ou semiproletarianização)" (GERMER, 1994).

²¹É importante ressaltar que, "do ponto de vista político-ideológico, não há burguesia moderna na

Na visualização da estrutura de classes da agricultura brasileira, "o fato mais importante a apontar é o de que ela apresenta a característica essencial das estruturas de classes capitalistas: uma nítida polarização no plano econômico, entre a burguesia, detentora da maioria dos meios de produção em caráter concentrado, e a força de trabalho assalariada plenamente proletarizada. Entretanto, constata-se facilmente que o processo está adiantado mas não concluído, pois existe uma significativa camada de trabalhadores semi-assalariados, ou semi-proletarizados que constitui... uma ampla força de trabalho a serviço do capital em seu processo de expansão". Essa transformação incompleta leva a que "não sejam ainda as classes-pólo próprias do capitalismo que ocupem o centro das lutas sociais agrárias, de modo explícito. Ou seja, atualmente o centro da luta de classes no campo não está localizado nas tensões estabelecidas entre a burguesia e o proletariado, embora as influenciem de modo crescente e ...constituem as classes polarizadoras apenas potencialmente" (GERMER, 1994).

Desse modo, "a explicitação da contradição burguesia-proletariado depende principalmente do amadurecimento político-ideológico do proletariado do campo, para que ele possa identificar-se a si mesmo, como proletariado, e assumir plenamente, no plano político, o espaço que já possui no plano econômico. A este respeito é importante destacar o fato de que a classe-pólo dominante - a burguesia, especialmente a burguesia agrária - já completou a sua auto-identificação, no plano político-ideológico, enquanto classe dos capitalistas, ou dos empresários rurais, portanto ...se identifica não como possuidora de títulos de nobreza ou de atributos dinásticos, mas simplesmente como possuidora de terras e de recursos produtivos como capital produtor de lucros... No extremo oposto da estrutura de classes, o grande bloco da força de trabalho rural constitui um conjunto heterogêneo, ainda com diferenciações significativas e sem uniformidade política²¹" (GERMER, 1994).

Nesse contexto, "a situação no campo da classe trabalhadora rural (aí incluído tanto o proletariado quando os segmentos de pequenos produtores não capitalistas) ao invés de convergir para um processo de unificação organizativa e programática (de direção política) desenvolvia-se no sentido de uma diversificação nestes terrenos". Das entidades mais importantes, destaca-se a presença do Movimento dos Sem-Terra (MST), que "tem a sua base social predominantemente no semiproletariado agrário, isto é, entre os pequenos agricultores semi-autônomos cuja área total é menor que 20 hectares e que ou não tem terra própria, ou não tem sequer equipamentos de tração animal para o seu trabalho, ou não possuem ambos. Este é o segmento em que as contradições com o desenvolvimento capitalista da agricultura são mais acentuadas, o que origina uma postura mais contundente de contestação ao sistema estabelecido". Por seu lado, "o sindicalismo de trabalhadores rurais, ao contrário, possui uma base social essencialmente heterogênea. Atualmente, delinea-se, com clareza, a existência de dois grandes campos de atuação dos sindicatos de trabalhadores rurais: os pequenos agricultores autônomos (em seus diversos segmentos) e os assalariados rurais puros, ou seja o proletariado do campo" (GERMER, 1994).

Essa heterogeneidade conforma pautas diferenciadas de lutas reivindicatórias, que muitas vezes forjam conflitos internos ao campo dos trabalhadores rurais. Assim, segundo Claus Germer, "levado pela emergência

agricultura brasileira. Esta é uma consequência necessária da via prussiana de desenvolvimento do capitalismo" (GERMER, 1994).

evidente dos desafios de curto prazo, pela necessidade de dar respostas a problemas do momento e mostrar resultados imediatos, parece porém que o movimento sindical não tem conseguido articular e subordinar as lutas imediatas ao objetivo estratégico da luta anticapitalista. Em vez de enfrentar o difícil desafio desta articulação, o que se faz é jogar o objetivo estratégico para o futuro indefinido do longo prazo" (GERMER, 1994).

Essas perspectivas distintas acabam-se refletindo "nas lutas da classe trabalhadora rural através da idéia, bastante difundida, de que a reforma agrária é uma bandeira de luta superada, e que o avanço político-ideológico mais significativo, entre os trabalhadores do campo, é o estabelecimento recente do sindicalismo reivindicatório, cujas bandeiras são de tipo exclusivamente trabalhista (maiores salários, carteira assinada, assistência média, etc.)... Dois equívocos graves caracterizam essa tese: o primeiro é a suposição de que a reforma agrária esteja superada como bandeira de luta da classe trabalhadora brasileira, e o segundo é o de que o proletariado rural não teria interesse na reforma agrária. Ambos os equívocos decorrem, não da análise concreta da realidade, mas da concepção ideológica, arbitrária, de que uma mudança estrutural, que revolucione a realidade atual pela raiz, só será possível num futuro indefinido" (GERMER, 1994).

Assim, na visão de Claus Germer, o panorama atual da estrutura de classes do campo brasileiro mostra que se encontra a "classe trabalhadora agrária diante de diversos e graves impasses, tanto no plano organizacional, quanto no que diz respeito à definição de seu projeto político global, do seu objetivo estratégico e da articulação das lutas imediatas a ele. A superioridade das classes dominantes agrárias, embora neste momento nítida, é momentânea, em parte, possibilitada pelos impasses organizativos e político-ideológicos que a classe trabalhadora enfrenta e ainda não resolveu... Parece evidente que o avanço das lutas dos trabalhadores na agricultura depende fortemente do rompimento da distância que hoje separa o proletariado do semiproletariado. É preciso aproximá-los para que seus processos de lutas sejam interligados... Entretanto, uma tal mudança organizativa exige uma reformulação das atuais concepções político-ideológicas expostas acima, imperantes no sindicalismo brasileiro²²" (GERMER, 1994).

2.2. - Ricardo Abramovay e José Eli da Veiga: agricultura familiar e modernização

As contribuições de Ricardo Abramovay e José Eli da Veiga representam a defesa da concepção de que as transformações da agricultura no contexto do desenvolvimento capitalista em vez de significar a supremacia da grande propriedade capitalista, mostram na verdade o fortalecimento e a consolidação da propriedade familiar. Nesse sentido, o trabalho assalariado não seria prevacente na agropecuária, mas sim a produção que preponderantemente utilizaria mão-de-obra familiar. Essa realidade, observável nas agropecuárias européia e norte-americana, deveria ser a base para as mudanças a serem

²²Segundo GERMER (1994), "com esta mudança de concepções, seria possível a organização e as lutas dos pequenos produtores de mercadorias, começando por eliminar a crença de que seja possível salvá-los de desaparecimento sob o capitalismo. Esta crença é hoje um dos maiores causadores do conformismo e da rotinização das lutas dos pequenos agricultores, pois para sobreviver dentro do sistema é preciso saber conformar-se e adaptar-se às suas regras. O pior é que estas lutas, quando baseadas na crença de que é possível sobreviver dentro da estrutura atual são inglórias e frustrantes, porque a possibilidade de sucesso é pequena".

operadas na realidade brasileira, caracterizada por profundas desigualdades, com vistas a constituir o desenvolvimento sustentado.

Ricardo Abramovay, na sua análise, argumenta que "o desenvolvimento da agricultura nos países capitalistas centrais vai contradizer aspectos essenciais daquilo que se caracterizou como modernização da nossa agricultura". A análise histórica dos casos norte-americano, britânico e europeu ocidental mostra que "o peso da agricultura familiar foi decisivo no próprio processo de modernização". Entretanto, "o peso da agricultura familiar não quer dizer que não tenha havido concentração. Houve sim e em dois sentidos: primeiro, ... com o uso cada vez mais intensivo de máquinas e insumos. A agricultura é cada vez menos importante... Em segundo lugar, no sentido de que o patamar mínimo para o funcionamento da atividade vai aumentando em todos os países capitalistas... O interessante é que este aumento de patamar não fez com que fosse necessário recorrer a mais trabalhadores assalariados, mas a menos" (ABRAMOVAY, 1994).

Quanto às características dessa produção agropecuária familiar, Ricardo Abramovay frisa que "não se trata de pequena produção, nem de campesinato: Em primeiro lugar, pela base técnica do processo produtivo, a mão-de-obra na agricultura é cada vez menos importante. Além disso, o tipo de mercado é totalmente diferente daquele característico de sociedades camponesas... Os preços são decididos em esferas públicas e universais, como, por exemplo, as negociações de Bruxelas. Isso não quer dizer que exista simplesmente livre mercado: ao contrário, os mercados são organizados institucionalmente" (ABRAMOVAY, 1994).

Ainda destacando as agropecuárias dos países desenvolvidos, prossegue Abramovay dizendo que "outra característica importante da agricultura familiar nos países capitalistas centrais é a passagem da agricultura familiar para a agricultura individual (ou de responsabilidade pessoal)... Não se trata de estratégias que tenham a manutenção da família rural como eixo, mesmo porque existe cada vez menos algo que se aproxime de uma família rural. Hoje, são muitas as unidades produtivas em que o chefe da família é agricultor e os outros membros exercem profissões urbanas... Mais um elemento deve ser posto em destaque: é a importância do Estado na determinação da renda, nas políticas de estrutura, nas políticas sociais. (E conclui), se é verdade que a modernização foi baseada na agricultura familiar, não se trata, porém, de pequena produção. Mais que isso, existe um verdadeiro abismo social entre a agricultura familiar moderna e aquilo que, entre nós, habitualmente se entende por pequena produção" (ABRAMOVAY, 1994).

Sustentando-se nessa concepção para defender a reforma agrária, José Eli da Veiga diz que na "discussão sobre o papel que pode desempenhar a reforma agrária no desenvolvimento capitalista brasileiro, a primeira pergunta que deve ser feita é a seguinte: será correto afirmar que a distribuição da riqueza não é condição necessária para a retomada do crescimento econômico? Se a resposta for positiva, isto é, se o país puder avançar no seu desenvolvimento sem que haja distribuição, a reforma agrária não tem mesmo sentido econômico. No entanto, se a tese inversa for aceita e a redistribuição for vista como uma exigência do processo, então será forçoso admitir o papel crucial desse tipo de programa, pois são poucas as políticas públicas com impactos comparáveis na distribuição da riqueza" (VEIGA, 1994).

Face à constatação de que o desenvolvimento capitalista representou também a urbanização, Veiga afirma que "a questão distributiva se coloca hoje muito mais fora do setor agropecuário do que dentro, visto que sua importância

sócio-econômica se torna cada vez mais residual. Seria necessário, portanto, examinar o papel que a agricultura desempenha no processo geral de desenvolvimento e, principalmente, o impacto redistributivo que ela pode provocar fora de suas fronteiras, isto é, entre a população urbana". Buscando tal resposta, o autor argumenta que a produção científica mais recente sobre o desenvolvimento econômico (regulacionistas, equidesenvolvimentistas e neomarxistas) converge para o mesmo ponto: "a desconcentração da riqueza é o alicerce do desenvolvimento sustentado" (VEIGA, 1994).

Prosseguindo na sua análise, Veiga sustenta que "a questão chave que decorre desses estudos é a passagem de um padrão fundamentalmente extensivo de crescimento, baseado na expansão da economia para novos setores e novas áreas, sem grandes alterações nos níveis de produtividade e nos padrões de consumo, para um padrão intensivo, no qual o rápido aumento da produtividade e a produção em massa engendraram substanciais mudanças nos padrões de consumo e nos modos de vida, tornando o poder aquisitivo do salário o componente central da demanda... A acumulação predominantemente intensiva implica que os próprios trabalhadores consumam uma parte considerável dos novos produtos" (VEIGA, 1994).

E visualizando o Brasil, o autor completa afirmando que "tudo indica que a economia brasileira dava os primeiros sinais de estar ingressando em sua fase intensiva, lá pelo final dos anos 70, mas a formação de seu mercado de consumo de massa foi atropelada durante a década de 80. Terá sido mera coincidência? Talvez não. E a suspeita de que não se trata de uma coincidência fica mais forte quando se pensa em duas características básicas das sociedades capitalistas que mais se desenvolveram: sua opção pela agricultura familiar e seu modelo de administração dos mercados agrícolas" (VEIGA, 1994). A partir desse ponto, Veiga procura demonstrar a afirmação da agricultura familiar nos processos de desenvolvimento das nações capitalistas desenvolvidas.

Prosseguindo, Veiga sustenta que, ao contrário das prospecções dos economistas do século XIX, neste século a agricultura familiar foi fortalecida e não exterminada pelo desenvolvimento capitalista e "o que está a exigir uma análise mais aprofundada dos economistas é a razão dessa consolidação da agricultura familiar durante a intensificação do capitalismo industrial americano, europeu e japonês, etc. Não existe nenhuma superioridade intrínseca de uma forma específica de produção que pudesse estar ligada à especificidade do processo de trabalho na agricultura... Ao contrário ...as duas formas fundamentais de produção - a patronal e a familiar - se equivalem em termos de eficiência técnica" (VEIGA, 1994).

Essa equivalência técnica decorre das condicionantes da rentabilidade das distintas formas de produção e "o maior ou menor predomínio da agricultura familiar durante a expansão do capitalismo industrial, neste século, está diretamente ligado às características de intervenção do Estado nos mercados agrícolas... As principais condicionantes dessa intervenção tenderam a reduzir bastante a rentabilidade corrente das atividades agropecuárias e, por isso mesmo, inibiram a expansão da agricultura patronal... e deixou um grande espaço para o florescimento da agricultura familiar moderna" (VEIGA, 1994).

Concluindo, Veiga afirma que, "com base na experiência histórica dos países do Primeiro Mundo, deve-se pensar que a passagem da economia brasileira para uma fase socialmente articulada de desenvolvimento dificilmente poderá prescindir de um conjunto de políticas públicas que venha a fortalecer, aqui também, a agricultura familiar... E esse é o objetivo estratégico que dá sentido econômico à reforma agrária. Precisamos de uma reforma agrária que desafogue

os minifundistas, oferecendo-lhes a oportunidade de se tornarem agricultores familiares viáveis, uma reforma agrária que transforme arrendatários em proprietários, uma reforma agrária cuja diretriz central seja o fomento e o apoio a nossa agricultura familiar. Isto só será possível, evidentemente, se a política agrícola deixar de favorecer escandalosamente o segmento patronal da agropecuária brasileira, que ganhou muita força nos últimos vinte anos devido ao apego de nossas elites ao modelo pré-fordista de crescimento" (VEIGA, 1994).

2.3. - Francisco Graziano Neto: modernização do latifúndio e os limites do distributivismo agrário

A análise de Francisco Graziano Neto procura trazer para o primeiro plano das discussões as profundas transformações derivadas da modernização agropecuária. Nesse contexto, o autor procura relativizar os impactos estruturais que seriam obtidos com a reforma agrária distributivista. Numa realidade como a agricultura brasileira momento atual, "para enfrentar a Questão Agrária dos anos 90 é preciso compreender que o dominante não é mais o latifúndio. Há que se descobrir o dinamismo do setor agrícola no contexto de uma economia industrializada e multinacionalizada, para aí buscar as soluções para enfrentar a miséria ... Enfim não se equaciona a Questão Agrária dos anos 90 com paradigma elaborado nos anos 60. Para prometer cidadania aos homens do campo não basta desapropriar os latifúndios improdutivos, embora isso seja necessário. É urgente implementar uma política que redistribua, em favor dos trabalhadores rurais, a riqueza gerada na agricultura empresarial ... O distributivismo agrário pouco significará na melhoria das condições de vida dos trabalhadores do campo, salvo em regiões atrasadas da agricultura" (GRAZIANO NETO, 1990).

As transformações econômicas alteraram profundamente a agropecuária, pois "séculos de sociedade agrária tradicional desmorraram num curto espaço de tempo, enquanto a modernização tecnológica revolucionava a forma de produção no campo...Essa radical mudança, aliada às características de país continental, com enormes distâncias e grande diversidade nos ecossistemas naturais e nas relações sociais de produção, resultou numa heterogeneidade sócio-econômica que exige esforço redobrado para ser compreendida corretamente. E essa dificuldade de compreensão aumenta quando se considera que as variadas formas de produção na agricultura não permaneceram isoladas, mas sim foram se subordinando à dinâmica do capitalismo que se expandia no campo e ia estabelecendo sua lógica de reprodução por toda a economia" (GRAZIANO NETO, 1996).

A partir da realização de um "vigoroso processo de modernização tecnológica ocorrido a partir dos anos 60, impulsionado pela expansão do capitalismo no campo, não pode mais haver dúvidas de que a agricultura brasileira perdeu seu caráter latifundiário... Após séculos de dominância, o sistema oligárquico de produção, assim como seu carro-chefe, o latifúndio, perdeu o comando na dinâmica da agricultura. Quem comanda agora é a grande empresa rural, capitalista, vinculada ao complexo agroindustrial que determina a forma de produção no campo... Nesse contexto, o latifúndio ainda existente, assim como a pequena produção tradicional, ficam subjugados à lógica de funcionamento dessa estrutura produtiva, que é fortemente capitalista... Essa fazenda moderna não pode ser confundida com o latifúndio. São coisas muito diferentes... Hoje, o latifúndio serve apenas à especulação de terras, enquanto que a empresa rural representa a agricultura profissionalizada. São muitas as diferenças, mas há uma

semelhança básica: ambas significam a grande propriedade, que permanece ainda dominando o campo, agora sob nova dinâmica" (GRAZIANO NETO, 1996).

Entretanto, Graziano Neto ressalta o caráter iníquo das transformações ao questionar: "desapareceram os problemas? É óbvio que não. Pelo contrário, em certos aspectos os problemas se agravaram, como se percebe no drama do desemprego tecnológico rural. Mas é fundamental entender que a origem dos problemas agrários mudou. Se, antes, eles advinham do sistema latifundiário, da falta de produção, agora eles advêm preponderantemente da própria produção capitalista que se instalou no campo... Cresceu a produção agropecuária mas, regra geral, não melhorou a vida dos homens que trabalham no campo. Formaram-se algumas vezes 'ilhas' de pobreza em meio aos modernos campos tratorizados. A opulência convivendo com a miséria. Os mais fracos, inclusive a natureza, desprotegidos das políticas governamentais, pagaram o preço da modernização agropecuária" (GRAZIANO NETO, 1996).

No plano político, "não é a oligarquia tradicional que está comandando esse desempenho, mas sim modernos empresários rurais, profissionais, tecnologicamente avançados, articulados com as grandes empresas do setor agroindustrial". Essa transformação revela-se relativa, pois "parte importante dos empresários rurais é, ao mesmo tempo, detentor de grandes extensões de terra usadas como reserva de valor... Nesse caso, o capitalista é, também, latifundiário, numa estranha simbiose que conspira contra a evolução". Assim, "a agricultura brasileira já não é a mesma da época dos coronéis. Mudou, e felizmente mudou para melhor. Mas essa mudança foi incapaz de trazer benefícios sociais generalizados, restando contingentes populacionais à margem do processo de transformação. Isso tem que ser corrigido" (GRAZIANO NETO, 1996).

Graziano Neto destaca que "o desenvolvimento brasileiro pressupõe a redução das desigualdades sociais, para a construção de uma nação melhor, sem miséria. Dentre as reformas necessárias, uma certamente se destaca: a reforma agrária. Sem democratizar a posse da terra e alterar o modelo agrícola baseado na grande propriedade, o país continuará em dívida com seus cidadãos. Toda a economia brasileira cresceu vigorosamente, urbanizando-se e industrializando-se, sem necessitar democratizar a posse da terra, nem precisar do mercado interno rural... O projeto de reforma agrária foi, assim, esquecido... Permaneceu o problema clássico: muita terra na mão de pouca gente, muita gente com pouca terra... A questão agora é outra: é inaceitável que existam latifúndios, e conseqüentemente terras improdutivas, enquanto milhões de famílias passam fome" (GRAZIANO NETO, 1996).

Entretanto, para Graziano Neto essa perspectiva do "distributivismo agrário" seria insuficiente. Coloca o autor que "a desapropriação das terras ociosas e suas distribuição aos trabalhadores é uma necessidade inquestionável para a construção de uma sociedade mais justa. Mas esse modelo de reforma agrária não pode ser entendido como panacéia para os problemas da agricultura. Muito menos, ainda, para os problemas maiores da sociedade... Certo, a desapropriação dos chamados latifúndios deve ser defendida ao mesmo tempo em que se deve buscar outros mecanismos de ação pública que possam contribuir para a democratização da posse da terra e para a melhoria das condições de vida, seja dos homens do campo, seja daqueles que dependem de sua produção básica, dos alimentos... Nessa busca de soluções mais amplas é decisivo entender que a agricultura brasileira se apresenta com enorme diversidade, tanto econômica quanto espacialmente, exigindo medidas adequadas e pertinentes para cada situação em foco. É um terrível equívoco propor a mesma política para as várias

partes do país, como se houvesse homogeneidade de situações no campo" (GRAZIANO NETO, 1996).

Relevante é o fato de que, "no Brasil, o ITR sempre foi inócuo, pois a legislação existente nunca gravou fortemente a grande propriedade e a propriedade improdutiva... Assim, na prática, a pequena e a média propriedade sempre pagaram, proporcionalmente à sua área, mais imposto do que a grande. O que é um absurdo... A baixa arrecadação do ITR é o exemplo mais flagrante da necessidade de sua revisão... É preciso aprimorar a sistemática de seu recolhimento e, principalmente, alterar as alíquotas do imposto sobre a terra, elevando-as não só para as propriedades improdutivas mas também para as grandes propriedades rurais em geral... Os recursos arrecadados, ou parte deles, poderiam constituir um fundo agrário, destinado a viabilizar a aquisição de terras por parte de filhos de pequenos agricultores, técnicos agrícolas e outros trabalhadores rurais, impulsionando uma espécie de negócio para o qual inexistente financiamento na atualidade. O fundo agrário se alimentaria do imposto das grandes propriedades, junto com demais fontes de recursos, para auxiliar na democratização da posse da terra" (GRAZIANO NETO, 1996).

Outras medidas poderiam ser tomadas no campo da política fundiária:

- a) "as políticas de regularização fundiária, quer dizer, de titulação de terras ocupadas, e também a colonização de terras públicas, nas fronteiras, são outras políticas governamentais importantes para democratizar o acesso à terra no país";
- b) "a despeito do direito de usucapião e de toda a legislação pertinente, o Brasil talvez precise novamente de algo semelhante à lei de terras de 1850, porém com sinal contrário, para equacionar os conflitos existentes nas fronteiras agrícola";
- c) "Hoje, exige-se uma verdadeira cruzada contra a grilagem de terras, em defesa dos posseiros legítimos, para que se garanta inequivocamente o direito daqueles que vivem e produzem na terra há anos";
- d) "Nas regiões de fronteira, mas não apenas nelas, há um estoque considerável de terras públicas da União e de terras devolutas dos estados que também precisa ser considerado no processo de reestruturação fundiária do país" (GRAZIANO NETO, 1996).

Assim, "em resumo, a ocupação e a colonização de terras públicas carecem de maior atenção no contexto da Questão Agrária, exigindo a mobilização das forças políticas em geral, visando alargar as possibilidades de se promover a democratização da terra no país... Há várias outras ações governamentais, de políticas fundiárias, que precisam complementar a política chamada de 'reforma agrária', entendida esta no sentido restrito da desapropriação de terras com posterior divisão e conseqüente distribuição em lotes aos trabalhadores rurais... Essas outras políticas - o imposto sobre a propriedade, a legislação trabalhista, a urbanização da zona rural, a regularização fundiária, a colonização, o assentamento em terras públicas, o arrendamento - junto com a redistribuição de terras poderão, aí sim, modificar a estrutura agrária, contribuindo para a redução das desigualdades no meio rural... Essa reforma agrária ampliada - uma nova reforma agrária - teria, certamente, um efeito macroeconômico positivo, aumentando o emprego e a produção de alimentos, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida seja daqueles que recebem um pedaço de terra seja também dos demais trabalhadores da sociedade" (GRAZIANO NETO, 1996).

Desse modo, para Graziano Neto, "as várias políticas fundiárias precisam ser utilizadas, conjuntamente, para promover a democratização da terra no país. Entretanto, isso ainda é pouco para enfrentar a miséria no Brasil. Transformar trabalhadores "sem-terra" em agricultores e promover a democratização da posse da terra, quebrando o poder dos grandes proprietários

rurais, é objetivo imperioso de uma política governamental interessada em mudar o modelo agrícola concentrador de riqueza... Mas, na luta contra as desigualdades sociais, na busca da superação da pobreza, um outro objetivo pode assumir relevância ainda maior: trata-se do apoio e do fortalecimento dos pequenos produtores rurais, chamados de agricultores 'familiares'... Uma política de apoio aos pequenos agricultores pode significar uma ação mais eficiente que a desapropriação de terras na luta contra a pobreza, melhorando o panorama da miséria do país. Entender isso é fundamental para a evolução do pensamento agrarista e, importante, para canalizar os esforços na luta contra as desigualdades sociais no país" (GRAZIANO NETO, 1996).

Finalizando, o autor realiza a defesa da argumentação de que "a reforma agrária distributivista é uma boa receita para reduzir a violência e para atender à demanda por trabalho de milhares de famílias que não conseguem ocupação no mercado capitalista e que perambulam pelo campo. Mas essa reforma agrária, necessária para atender a esse público e a essa população, apresenta limites que não podem ser ultrapassados, sob pena de se transformar numa falácia... Quanto aos beneficiários do distributivismo da terra, torna-se necessário atender não apenas aos "sem-terra" afiliados às organizações políticas, que gritam por justiça, mas incorporar também outros segmentos rurais, notadamente os filhos de pequenos agricultores, cujo anseio pela terra ecoa silencioso. Oferecer terras a esses contingentes majoritários deve ser uma marca da reforma agrária planejada" (GRAZIANO NETO, 1996).

2.4. - Geraldo Müller: complexo agroindustrial e produção "independizada" da terra

A análise de Geraldo Müller insere-se na perspectiva mais ampla de constituição do ele que denomina complexo agroindustrial brasileiro. Nesse universo, diz o autor, "a produção agrária não se acha apenas na dependência das solicitações do comércio mas também de um conjunto de indústrias que tem nas atividades agrárias seus mercados. A dupla dependência destas atividades implica a mudança de padrão agrário. O que configura uma situação distinta daquela em que a agricultura encontrava-se na dependência da circulação em geral, ainda que o comércio e as comunicações tenham sido transformados pela acumulação de capital no âmbito da economia nacional. Assim o padrão agrário moderno ...é distinto do padrão agrário latifúndio-minifúndio que predominou por cerca de um século no país" (MULLER, 1989).

No conjunto de toda a sociedade brasileira, essas transformações aprofundaram as disparidades econômicas e sociais, pois "do ângulo da organização agrária anterior, esta criou uma nova estrutura produtiva e distributiva que se constituiu em barreira a entrada para a grande maioria dos produtores e trabalhadores. Das gigantescas massas rurais, remanescentes das igualmente gigantescas massas migratórias que foram para os centros urbanos, a maioria não foi incorporada à dinâmica dos novos negócios agrários: exceto como trabalhadores, segundo a demanda por braços produtivos. A desintegração social rural foi devastadora, sem que se dispusessem, no âmbito da sociedade, dispositivos de reintegração" (MULLER, 1994).

No processo de desenvolvimento capitalista da agricultura, "o Brasil passou de um conglomerado de plantações para um expressivo parque industrial e de serviços. Passou do campo para as cidades. Das oligarquias rurais para novos grupos, categorias e classes sociais, e uma classe média afluente. Mas passou

também a ser o país com maior concentração de pobres do mundo". E com a crise dos anos 80, "com rapidez e voluptuosidade ímpar vem à tona a face mais cruel do modelo que se esgotara: as imensas massas sociais de pobres e miseráveis. Agora, convidados pela democracia infante a exercerem seus direitos sociais, a participarem com os demais grupos sociais da cidadania, ... o velho dilema entre acumulação e distribuição reaparece numa situação de profunda crise nacional e grandes mudanças técnico-produtivo-comerciais e socio-político-culturais também no âmbito internacional" (MULLER, 1993).

Esses desafios apresentam-se numa realidade da agricultura como a do Brasil, marcada por enorme concentração na distribuição do poder econômico, social e político, dada "a combinação que hoje marca a estrutura agrária moderna: concentração creditícia, concentração de meios modernos de produção e de comercialização e concentração fundiária. Esta última apresenta, na dinâmica da modernização agrária, desenhos diversos em virtude das ligações entre pequenos produtores familiares com as agroindústrias e cooperativas". Desse modo, a "não integração da esmagadora maioria dos estabelecimentos do País à produção moderna está ligada ao estilo de incorporação posto em prática". Entretanto, isso não quer dizer que "os produtores excluídos" compõem um mundo à parte, pois, "do ângulo do modo predominante de produzir, a incorporação das atividades agrárias em geral foi total. Não dá mais para produzir, a não ser sob a forma moderna" (MULLER, FALEIROS e SANTONIERI, 1990).

Desse modo, a evolução histórica da agropecuária brasileira mostra que "a modernização agrária não dissolveu as questões agrárias como problemas resolvidos. Na verdade, o padrão moderno recoloca essas questões: repõe a questão da propriedade territorial, a concentração fundiária, a especulação com terras, a reforma agrária, o crédito, a estocagem, as estradas e comunicações, o cooperativismo e o sindicalismo. E as repõe em vários níveis: nacional, regional e local; produtos, tecnologias e formação de preços, impostos e incentivos. As repõe, no entanto, no patamar da modernização. Nesse sentido, não se trata de ser a favor ou contra a reforma agrária, mas cabe indagar: qual reforma agrária? A dos anos 50 e 60, que praticamente se repete, enquanto reivindicação, nos anos 70 e 80?" (MULLER, FALEIROS e SANTONIERI, 1990).

O debate recente da reforma agrária, em uma realidade de conflitos, estaria ancorado em premissas falsas. Isso decorre de que: a) persiste "uma visão da terra que é incapaz de ultrapassar os limites de vê-la sob a ótica produtiva. A terra tem que produzir. E na base de sua propriedade pode-se obter emprego e renda para viver. Na verdade, há uma dificuldade de aceitar que a produção agrária moderna se independizou consideravelmente das condições naturais e que esta produção tem, no conjunto da economia, taxas de crescimento negativas no que diz respeito ao emprego"; b) "há uma expectativa difusa na sociedade de que o crescimento conjunto das atividades econômicas não propicia emprego e renda (haja vista as favelas) condizentes; são pouco seguros os empregos urbanos. Esse temor ... induz a uma revalorização da terra agrária na organização social brasileira: possuir e trabalhar em terra própria ainda é um porto mais seguro do que trabalhar no meio urbano" (MULLER, FALEIROS e SANTONIERI, 1990).

Nesse contexto estrutural, há que se ter nítido que, "a reivindicação

por reforma agrária pode ser entendida como uma reivindicação geral por emprego e renda, por melhores condições de vida. A terra, assim, é encarada corretamente como uma coisa social, pública, coletiva, que deve cumprir uma função social: dar emprego e renda". No entanto, essa visão na atualidade mostra-se simplista pois não leva em conta que "a produção moderna prescinde de braços para obter mais produção e de melhor qualidade. A reforma agrária tradicional, tal como é desejada por organizações e partidos políticos, está descolada do tempo econômico e político. O descolamento reside na não-inserção da questão no contexto agrário... A terra não mais é, atualmente, um meio para resolver a tragédia ou a maldição acarretada pela modernização agrária para milhões de pessoas. Somente o desenvolvimento industrial, comercial e de serviços poderia redirecionar o destino dessa gente - o que passa pela sua capacidade de organização social e política" (MULLER, FALEIROS e SANTONIERI, 1990).

Isso em decorrência de que, "o espaço rural não pode mais ser definido apenas em termos de suas relações produtivas ou de seus outros constituintes: como o uso da terra. Mais que isto, há um crescimento potencial das combinações entre a produção gerada externamente ao meio rural e as novas formas de consumo, capazes de conferir novos valores aos espaços rurais ... (que) não mais se reduz à produção apenas e que se pode admitir uma gestão multipropósito deste território" (MULLER, 1994). Em tais circunstâncias, "a reforma agrária tradicional, que mantém um profundo apelo na psicologia social de um povo recém-emancipado da terra, cabe ser interpretada como um desejo de repensar o padrão de desenvolvimento nacional. E não há dúvida, a partir daí cabe ser resposta à questão fundiária, o destino social da terra brasileira. Pode-se pensá-la como reserva ecológica, como moradia com infra-estrutura urbana ... como centros de prestação de serviços econômicos e sociais locais, como áreas de turismo e assim por diante. E essas atividades como gerando emprego e renda"(MULLER, FALEIROS e SANTONIERI, 1990).

2.5. - José Graziano da Silva: A Questão Agrária numa realidade heterogênea e desigual

A contribuição de José Graziano da Silva situa as transformações da agricultura brasileira dentro do que denomina constituição dos complexos agroindustriais (CAIs). Realiza isso não apenas elencando seu inegável dinamismo produtivo, mas também mostrando esse processo como acirrador das contradições, ao construir uma realidade presente marcada pela heterogeneidade e desigualdade. Segundo o autor, "muito se tem falado e escrito sobre o 'notável' desempenho do ponto de vista produtivo da agropecuária brasileira, nas décadas passadas, especialmente na crise dos anos 80. Mas pouco se fala sobre o resultado do ponto de vista social desse modelo de crescimento agroindustrial excludente: aumentou drasticamente a concentração da renda no campo, a proporção de pobres cresceu e os pobres se tornaram relativamente mais pobres. E quase nada se tem escrito sobre o que fazer com os que já foram excluídos, os 'barrados no baile', ou os descamisados, ou os pobres do campo ou qualquer outro nome que se dê a essa verdadeira população sobrando, marginal do ponto de vista das necessidades internas de acumulação do sistema" (GRAZIANO DA SILVA, 1993).

A agricultura brasileira tem características fundamentais a serem consideradas na busca de resposta à indagação sobre a possibilidade de "integração produtiva/social dos excluídos pela modernização conservadora com a

reestruturação da agropecuária" que se desenha até o final do século. Essas características seriam: a) "a agricultura já é hoje - e será ainda mais até o final do século - uma estrutura complexa, heterogênea e multideterminada"; b) "a idéia de uma 'burguesia agrária' como fração distinta e (muitas vezes com) interesses opostos a uma 'burguesia nacional' perde qualquer sentido relevante ..., ou seja, os grandes capitais passaram a ter também uma face agrária na medida em que o mercado de terras tornou-se uma aplicação alternativa para sua valorização"; c) "o Estado não tem mais elementos comuns suficientes para impor uma regulação geral a esses distintos segmentos produtivos do campo somente através de políticas macroeconômicas ...necessitando por isso cada vez mais de políticas específicas para cada complexo agroindustrial" (GRAZIANO DA SILVA, 1993).

Nesse contexto, a tendência em relação à estrutura produtiva sinaliza para níveis ainda maiores de concentração e centralização de capitais na agropecuária nacional. "Uma característica da modernização agropecuária em nosso país (é) seu caráter excludente quer se considere o tamanho dos produtores (médios e grandes), quer se considere a região do país (Centro-Sul) ... Nada indica que a concentração produtiva em nível dos CAIs venha a se alterar. Pelo contrário, as tendências mais recentes apontam no sentido de uma centralização ainda maior, ou seja, pelo crescimento da escala mínima viável em vários ramos da atividade agropecuária". Outro aspecto produtivo a destacar está na "crescente integração dos segmentos modernos da agropecuária com a indústria fornecedora de insumos, máquinas e equipamentos, constituindo-se assim 'soldagens específicas para trás' dando origem aos CAIs completos" (GRAZIANO DA SILVA, 1993).

No tocante às relações sociais: a) "a nível do processo de proletarianização, espera-se primeiro a continuidade da purificação das relações de trabalho assalariadas através da expropriação dos trabalhadores semi-assalariados que ainda mantêm um vínculo empregatício com a terra. Em segundo, um crescimento relativo do contingente de assalariados permanentes em relação aos temporários²⁴"; b) "no espectro de diferenciação do campesinato, desenha-se uma polarização crescente: de um lado, uma perda gradativa do papel produtivo dos segmentos mais pobres de pequenos produtores ...de outro, uma tecnificação crescente dos produtores familiares integrados aos complexos agroindustriais, aliando um patrimônio imobilizado cada vez maior a menores níveis de autonomia"; c) "no segmento dos empresários rurais, ... elevação da escala mínima de capital necessário para permanecer em determinadas atividades ... e crescente integração intersectorial... Em resumo, uma tendência crescente à concentração de capitais dentro dos ramos de atividades agropecuárias, em seu sentido estrito, e uma centralização intersectorial dos grandes capitais oligopólicos" (GRAZIANO DA SILVA, 1993).

Outra tendência relevante diz respeito à distribuição da população entre o campo e a cidade. Espera-se "a aceleração da urbanização da população brasileira e uma redução ainda maior nos níveis de emprego - inclusive com queda nos níveis absolutos na região Centro-Sul do país. Assim, é provável uma desaceleração do êxodo rural em termos relativos dada a ampliação da atual base urbana, mas em níveis absolutos o esvaziamento dos campos continuará sendo um elemento muito significativo... A tendência de aumento dos assalariados

²⁴Isso, em "razão de: a) crescentes requerimentos de treinamento e qualificação exigidos pelos segmentos mais modernos do campo em relação a seus operários; b) crescimento das atividades administrativas e de prestação de serviços por parte de profissionais liberais; c) redução da sazonalidade do trabalho naquelas atividades que logrem maiores índices de mecanização da colheita" (GRAZIANO DA SILVA, 1993).

permanentes não tende a reverter a crescente urbanização da população economicamente ativa. Os próprios empresários rurais agora se interessam em urbanizar seus trabalhadores, evitando custos (elevados) de mantê-los nas suas propriedades e transferindo ao poder público seus ônus". O acesso a infra-estrutura e serviços urbanos e o crescimento do trabalho agrícola em tempo parcial ("*part-time*") reforçam a realidade de urbanização do trabalhador rural²⁵ (GRAZIANO DA SILVA, 1993).

O panorama visualizado por José Graziano da Silva indica que "o final do século mostraria assim a nossa agropecuária - que não seria mais apenas rural, dada a urbanização de inúmeros ramos de atividades e do próprio trabalho no campo - segmentada não mais em grandes ou pequenos produtores. Mas sim em produtores integrados ou não aos CAIs ... Mas a grande maioria dos produtores não integrados aos CAIs - em particular os pequenos localizados nas regiões Norte e Nordeste - estarão condenados à produção para autoconsumo, ou quando muito para fornecimento direto às populações locais com um nível tecnológico rudimentar" (GRAZIANO DA SILVA, 1993). A construção de alternativas para a redução da exclusão social - numa realidade multifacetada como a brasileira, onde as tendências indicam um aprofundamento ainda maior das disparidades com redução das oportunidades de emprego nos segmentos dinâmicos da economia nacional -, revela-se complexa.

A proposição de José Graziano da Silva vai no sentido de que, ao se reconhecer as particularidades dos distintos grupos sociais de "excluídos", seja considerada a execução de políticas específicas: a) aos inúmeros posseiros das áreas de fronteira seria necessária a regularização da propriedade das suas terras; b) aos minifundistas do Sul, é necessário o aumento da ocupação urbana dessa força de trabalho, com investimentos em infra-estrutura nas cidades de pequeno porte e de agrovilas nas periferias das cidades, que permitam combinar ocupações domésticas com empregos rurais e urbanos; c) aos pequenos rendeiros que têm acesso precário à terra mediante pagamento de renda em produto ou dinheiro, exige-se uma redefinição do aparato legal sobre parceria e arrendamento para facilitar o acesso dos mesmos a mecanismos estáveis de obtenção da terra para plantio; d) para o "lumpesinato", excluído pela modernização conservadora das atividades agropecuárias e que hoje está entre os segmentos mais pobres e marginalizados do país, a solução é mais complexa, devendo advir de complementos de sua renda por serviços não rurais (GRAZIANO DA SILVA, 1993).

Quanto aos principais instrumentos de política agrária para executar uma transformação diminuidora da exclusão na agropecuária brasileira, segundo José Graziano da Silva, tem-se: a) reforma agrária - "não há dúvidas que as possibilidades de uma reforma agrária no sentido de uma intervenção ampla e massiva sobre a estrutura fundiária têm que ser repensada hoje para algumas 'regiões especiais' do País"; b) imposto territorial rural - recuperá-lo do ponto de vista da equidade social, pois, embora não sirva como indutor de transformação no uso e posse da terra, tem importância fiscal. "O proprietário rural, grande ou pequeno, não paga tributos hoje para o País"; deve-se portanto reorientar o sistema tributário, desonerando o produto - em especial da cesta básica - e gravando o patrimônio; c) nova lei de arrendamento e parceria, a partir da revisão

²⁵Urbanização esta já estimulada por um quadro em que "as evidências empíricas disponíveis, no caso brasileiro, indicam que as melhores condições de vida e trabalho das populações rurais parecem estar muito mais relacionadas com o 'nível de urbanização' que com o grau de desenvolvimento tecnológico alcançado pelas atividades agropecuárias de uma região" (GRAZIANO DA SILVA, 1993).

do Estatuto da Terra, não como "alternativas a programas de reforma agrária, mas como formas de permitir o acesso à terra por parte do campesinato mais pobre com base num diploma legal que lhe permita maior estabilidade"; d) reorientação da política de colonização para eliminar fraudes e, para isso, "há necessidade de um processo de discriminação e regularização ativo", revendo as doações de terras da fronteira agrícola amazônica; e) "implantação de um código de uso do solo, águas e outros recursos naturais... (que é) um espaço privilegiado para inserir as preocupações ambientais e procurar compatibilizar as demandas dos trabalhadores"; f) reorientação da previdência rural - não apenas com a equalização dos direitos dos trabalhadores rurais aos urbanos, "mas jogando papel ativo na reinserção produtiva dos camponeses sem terra"; g) políticas sociais compensatórias para o campo, não apenas como políticas agrícolas diferenciadas para os pequenos, "mas também constituindo um rol de políticas específicas para determinados segmentos sociais regionais" (GRAZIANO DA SILVA, 1993).

2.6. - Núcleo da Questão Agrária no debate recente: o desafio do rompimento com o aprofundamento das desigualdades

A discussão da Questão Agrária brasileira no período recente caracteriza-se por uma enorme amplitude de concepções, o que, em certa medida, decorre da própria realidade heterogênea e desigual que - consubstanciando-se de diversos paradoxos, de certa forma, nos seus aspectos aparentes -, acaba chancelando aspectos específicos das várias postulações. A tentativa de mapear os elementos fundamentais da definição dos contornos da Questão Agrária, nesse quadro, torna necessário um posicionamento sobre os pontos mais controversos. O primeiro certamente está ligado à pertinência ou não da questão na situação atual de desenvolvimento capitalista da agricultura brasileira. Noutras palavras, trata-se de definir o conteúdo da crise agrária atual.

2.6.1 - Capitalismo e persistência da propriedade familiar

Um ponto controverso está na discussão em torno da persistência da propriedade familiar na agricultura e, até mais que isso, na defesa dessa propriedade familiar moderna como opção de desenvolvimento setorial com menor concentração de renda. Visualizando o desenvolvimento da agricultura nas economias capitalistas desenvolvidas, ABRAMOVAY (1994) e VEIGA (1994) argumentam que as transformações ocorridas, ao invés de representarem a supremacia da propriedade empresarial, constituíram-se na preservação da propriedade familiar. Nessa concepção, a propriedade familiar, ao incorporar-se ao movimento da expansão capitalista, equipara-se em eficiência à propriedade empresarial. Isso seria resultado de políticas públicas que, rompendo com a idéia de livre mercado, moldaram um mercado institucionalizado, capaz de possibilitar a sobrevivência da propriedade familiar competitiva.

Essa realidade significaria a negação da tendência à polarização entre burguesia e proletariado, preconizada por teóricos do final do século passado. Nesse caso, ABRAMOVAY (1994) e VEIGA (1994) investem contra a análise de Lênin, que, em 1915, refletindo sobre o desenvolvimento do capitalismo na agricultura norte-americana, escreveu que "o indicador essencial do capitalismo na agricultura é o trabalho assalariado. É possível constatar o desenvolvimento do trabalho assalariado, bem como o aumento do emprego de máquinas, em todas as regiões do país e em todos os ramos da agricultura... A eliminação da pequena

pro-dução pela grande avança na agricultura... O capitalismo não se expande apenas pela aceleração do desenvolvimento das explorações de grande extensão nas regiões de agricultura extensiva, mas também pela criação de explorações maiores quanto ao volume de sua produção, de caráter capitalista mais acentuado em lotes de menor dimensão, nas regiões de agricultura intensiva. Em suma, a concentra-ção da produção nas grandes explorações é efetivamente mais forte" (LENIN, 1980).

Estudiosos norte-americanos no período recente têm, ao contrário da proposição de ABRAMOVAY (1994) e VEIGA (1994), reafirmado a tese leninista. VOGELER (1982) argumenta que o mito da propriedade familiar tem dificultado a compreensão do domínio da lógica do agronegócio e das causas básicas dos problemas rurais. Para esse autor, os proprietários familiares norte-americanos praticamente deixaram de existir como produtores autônomos e têm crescentemente se tornado trabalhadores fora da propriedade, embora, na maioria, continuem a acreditar que são empresários independentes. Assim, a ilusão de que as propriedades familiares predominam na agricultura norte-americana, e de que a competição é a característica desse setor, obscurece o fato de que as grandes corporações e as políticas governamentais têm concentrado o grosso da produção nas mãos de agropecuaristas de larga escala, enquanto os proprietários familiares estão se destruindo numa competição cerrada. Na mesma direção argumenta MOONEY (1988). Ele entende que a agricultura norte-americana realizou uma dramática transformação nas 4 décadas posteriores ao fim da 2ª Guerra Mundial, e que as características desse movimento contestam a noção de que o coração da agricultura norte-americana seja um sistema de propriedades familiares imune à penetração capitalista.

A questão central da crítica às concepções da prevalência da propriedade familiar na agricultura deve basear-se na amplitude que se dá ao conceito de agricultura²⁶. Ou seja, adota-se o velho paradigma de agricultura tradicional, ao invés da concepção de agricultura moderna, como um amplo conjunto de cadeias produtivas, nas quais a produção intrapropriedade rural constitui parcela minoritária. Noutras palavras, se o trabalho necessário incorporado na produção de dada mercadoria da agricultura representa o valor dessa mercadoria, essas duas realidades são profundamente diferentes. Um proprietário familiar, num universo em que vige a agricultura tradicional - qual seja onde prevalece a agropecuária - incorpora nas mercadorias ofertadas pela sua atuação quase autárquica, a quase totalidade do trabalho necessário à confecção das mesmas. Numa realidade em que a operação na terra representa apenas parte (ainda que estratégica para o conjunto), da confecção de um produto final, não há como falar em prevalência do trabalho familiar na agricultura.

Na realidade do novo padrão agrário, a agricultura, ao ampliar seu horizonte produtivo, representa a preponderância de atividades extrapropriedade rural na fabricação das suas mercadorias. A análise de LAUSCHNER (1975) para a agricultura norte-americana revela informações interessantes nesse aspecto. Os provedores de insumos e serviços aos agropecuaristas eram responsáveis por 6

²⁶ A crítica sobre a pertinência da utilização do conceito de propriedade familiar pode ser feita, do ponto de vista teórico, por inúmeros ângulos. Escolheu-se aqui abordar rapidamente esse tema, apontando o fato de que a defesa da propriedade familiar vem sendo feita dentro dos limites da concepção tradicional de agricultura. Exemplo de crítica teórica profunda, pode ser encontrada em GERMER (1996), que apresenta uma crítica teórica, procurando mostrar a irrelevância prática do conceito para o emprego. Esse e outros estudos aprofundam-se na questão e, portanto, deveriam ser consultados no caso de maior base teórica.

milhões de empregos em 1954 (25,3%), 6,6 milhões em 1965 (27,5%) e 7,5 milhões em 1975 (31,0%) num universo de 23,7 milhões, 24 milhões e 24,2 milhões do emprego total da agricultura para os mesmos anos. Os agropecuaristas forneciam 7,4 milhões (31,2%), 6,1 milhões (25,4%) e 3,9 milhões (16,1%), enquanto que as ocupações em órgãos governamentais e do processamento e distribuição da agricultura totalizavam 10,3 milhões (43,4%), 11,3 milhões (47,1%) e 12,8 milhões (52,9%), respectivamente. Esse quadro permite inferir que o trabalho rural perde importância absoluta e relativa na formação do valor das mercadorias da agricultura norte-americana, enquanto esses mesmos indicadores se mostram crescentes para os demais segmentos da produção setorial.

A produção familiar, embora proporcionalmente signifique a maior parcela do emprego agropecuário, tem importância relativa e absoluta reduzida e decrescente na formação do valor das mercadorias da agricultura. Como o trabalho assalariado prepondera e avança nos outros segmentos que são majoritários em termos de renda e emprego na agricultura moderna, a bipolarização burgueses-proletários constitui a característica definidora das relações de classe da agricultura norte-americana. A mecanização intensiva pode até ter viabilizado as grandes lavouras e criações familiares, extremamente intensivas nessa realidade, mas isso de maneira alguma reverte a tendência clara de constituição das "forças produtivas especificamente capitalistas" (OLIVEIRA, 1985) na construção, consolidação e expansão setorial.

A persistência minoritária da produção familiar rural pode até mesmo ser funcional como fornecedora de bens intermediários, à orla dos grandes conglomerados de processamento e beneficiamento e espremida entre as enormes empresas de insumos e máquinas, do capital financeiro e de distribuição varejista. Isso sem levar em conta a relevância do emprego urbano para a renda dos inúmeros proprietários rurais em regime de tempo parcial e outros movimentos da transformação do mercado de trabalho no período mais recente. Aos proprietários familiares eminentemente rurais aplica-se na plenitude a característica de "trabalhador a domicílio", ao elaborarem, com base em insumos e máquinas industriais, matérias-primas nas quantidades e qualidades exigidas pela grande indústria de processamento (ou estruturas de beneficiamento e/ou de padronização das "tradings" no caso dos perecíveis). Agindo com base em técnicas e padrões sobre os quais não tem poder de determinação, esse proprietário familiar converte-se num apêndice da grande empresa que exerce a governança da cadeia produtiva da qual participa.

Mas essa posição secundária da propriedade familiar não invalida o papel histórico que o melhor perfil distributivo da terra desempenhou na constituição da "economia de altos salários" dos países desenvolvidos, em especial no caso norte-americano. As políticas públicas, que, em muito, decorrem do poder político da massa de agropecuaristas norte-americanos desde a década de 20 deste século, certamente contribuíram, em muito, para o ritmo do processo de redução absoluta e relativa da propriedade familiar nesse caso. Entretanto, não estancaram o processo de transformação capitalista que incorporou todo o espaço econômico dessa economia continental à sua lógica. De qualquer maneira, há de se considerar que o ritmo mais lento da fagocitose da propriedade familiar, e a forma com que os agropecuaristas deixaram o campo na agricultura norte-americana, foram diametralmente distintos da situação vivida por agregados e parceiros expulsos das grandes propriedades na transformação da agricultura brasileira.

Quando se visualiza o quadro da agropecuária da região mais desenvolvida do Brasil, também chega-se à conclusão de que predomina a propriedade empresarial. Esse é o resultado de ABRAMOVAY et al. (1996), ao constatar que, na agropecuária paulista, a estrutura social "oferece um quadro oposto ao que prevalece nos países capitalistas centrais: o trabalho assalariado tem peso predominante e as unidades produtivas que nele fundamentalmente se apoiam, embora representem parcela minoritária dos imóveis, contribuem para a formação da maior parte do valor da produção (67,16%), da quantidade de trabalho usada no setor (60,24%) e da área explorada (66,24%)". Numa realidade em que as políticas públicas direcionam estímulos à concentração da propriedade e da produção, tanto pelo acesso aos instrumentos por parte dos maiores agropecuaristas, quanto pela composição de culturas centrada naquelas favoráveis à mecanização intensiva, não havia como esperar outro perfil da produção agropecuária.

Entretanto, ainda que aceita a tese contrária de que essas mudanças não pouparam a propriedade familiar, um aspecto essencial da análise de ABRAMOVAY (1994) e VEIGA (1994), referente aos países desenvolvidos, continua válido: não há dúvida de que essa peculiar estrutura agrária, calcada na pequena propriedade, conduziu o desenvolvimento capitalista, no sentido de forjar uma sociedade onde os desníveis sociais, se grandes, são menores que os observados em realidades onde as condições prévias eram estruturalmente distintas. Se a propriedade familiar foi ou continua sendo uma opção para realidades como a brasileira - onde a disparidade já se assentava na origem do processo -, é a questão a ser decifrada. Noutras palavras, no tempo histórico, isso ainda revela-se possível? Qualquer que seja a resposta, ela está associada à pertinência ou não da reforma agrária, que necessariamente deve significar mais que distribuição de terras. A execução de um programa de reforma agrária, para ter sucesso, precisa preconizar uma ampla política vertical, incluindo o processamento, o beneficiamento e a estrutura de serviços associada à agropecuária. Isso significa que a família pode até ser a base da produção agropecuária dos "reformados", mas não de todo o processo produtivo da sua agricultura.

2.6.2 - Desafio da superação da tendência aprofundadora das disparidades

Na percepção dos vários analistas, surgem perspectivas distintas para superar o extremado nível de disparidades forjado pelo desenvolvimento capitalista brasileiro. A heterogeneidade estrutural, que distancia agricultores, regiões e ramos de atividades, constituiu um mosaico de situações, cada qual com especificidades decorrentes das particulares inserções na realidade²⁷. Um contexto

²⁷Isso para ficar no campo reformista, pois a formulação de Ruy Miller Paiva - um dos principais defensores no campo dos teóricos conservadores da modernização da agricultura brasileira -, dá sustentação a postulações quanto à desnecessidade da reforma agrária. Reforçando argumentos que desenvolveu desde os anos 40, discutindo o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) na metade dos anos 80, Paiva escreveu que a aceitação geral da reforma agrária no meio rural e urbano, no Brasil ou nos países desenvolvidos, está relacionada ao equívoco dos que "consideram todos os latifúndios, mesmo os produtivos, como responsáveis pelo atraso econômico e social". Destacando vários argumentos, o autor refuta essa aceitação ao afirmar que "a idéia de reforma agrária, o apelo de ter sua própria gleba para trabalhar, foi válida no passado, quando a posse da terra era uma garantia de sobrevivência. Sómente com a posse de sua gleba de terra é que o homem se sentia seguro. Hoje não ocorre mais isso, o agricultor quer renda para poder comprar e pode até mesmo ficar na agricultura como pequeno empresário em sua gleba, se essa lhe trouxer renda, mas certamente dará preferência a um emprego ou atividade na cidade. É o que tem caracterizado a

social caracterizado por profundas desigualdades de renda e de oportunidades em geral, permeia tudo isso. A **iniquidade** exacerbada como marca preponderante e universal da realidade brasileira - e dentro dela da agricultura -, cria constrangimentos decisivos às soluções genéricas da crise agrária nacional. As imensas diferenças problematizam políticas gerais e, nesse contexto, cada caso localizado exige a construção de um dado desenho de intervenção. Assim, dentre os variados instrumentos, uns podem ser aplicáveis numa experiência concreta e inaceitáveis em outras. Noutras palavras, não existe regra geral a ser seguida no complexo de diferenças do emaranhado de disparidades da agricultura brasileira.

Ao destacar os elementos mais gerais da realidade da agricultura brasileira, um tópico relaciona-se com a polarização das lutas em função do binômio burgueses-proletários, que diz respeito ao que GERMER (1994) denomina projeto político global capaz de construir a unidade de luta da classe trabalhadora. Entretanto, as diferenciações encontráveis nesse meio são muito mais amplas que os conjuntos detectados por aquele autor, que reúne os grupos sociais em proletários, semiproletários e pequenos produtores. Dentre os proletários, as distâncias são grandes e, para tanto, basta verificar as principais cadeias produtivas e nelas notar-se os conflitos entre "bóia-frias", operadores de máquinas (tratoristas e caminhoneiros), operários das agroindústrias (ou das "*packing-houses*") e os trabalhadores dos escritórios - para não citar toda a gama de categorias que operam os diversos serviços de apoio. A maneira como esses diferentes segmentos de trabalhadores de uma mesma cadeia produtiva encaram a realidade e suas respectivas aspirações e propostas de solução cria uma enorme fragmentação das lutas, fato esse agravado por posturas "preconceituosas" dos trabalhadores qualificados em relação aos demais.

A consolidação da organização sindical por cadeia produtiva, com discussão conjunta de pautas mínimas - capazes de fazer frente à "orquestração de interesses" do lado patronal - é um desafio a ser vencido. Isso porque o processo de "conjunção" de posicionamentos patronais na defesa de interesses gerais dos empresários de um determinado segmento, forjando entidades que atuam até mesmo como formuladoras e fiadoras de políticas públicas, constitui cada vez mais a regra de comportamento. Com esse neocorporativismo empresarial, um sindicato dos sucroalcooleiros teria muito mais peso que os movimentos isolados dos canavieiros e de outras categorias de trabalhadores dessa cadeia produtiva. Esse caminho poderia ampliar a capacidade organizativa dos trabalhadores e possibilitar uma melhor distribuição da riqueza gerada pela moderna agricultura.

Outro aspecto da discussão da polarização entre empresariado e proletários consiste na constatação de que nas principais cadeias produtivas nacionais - como a sucroalcooleira, a de sucos cítricos e a de óleos vegetais -, que atingiram níveis avançados de organização empresarial e elevada competitividade interna e externa, torna-se improvável, dentro da ordem capitalista, o sucesso de movimentos expropriatórios da terra. Nesse campo, a luta trabalhista - englobando salários, condições de trabalho e participação nos lucros -, revela-se na estratégia para superar a desigual distribuição dos benefícios. Cabe salientar, contudo, que, apesar de ser uma característica das regiões de agricultura mais moderna, isso não representa a regra geral; em outros segmentos da produção, a pauta dos trabalhadores pode tomar outro formato, incluindo a reforma agrária²⁸.

evolução de nossa sociedade nos últimos tempos" (PAIVA, 1985).

²⁸Se a análise tratasse apenas de zonas específicas das regiões de Ribeirão Preto e de Campinas no Estado de São Paulo, não haveria porque não dar-se razão à posição de GRAZIANO NETO (1990)

Outro elemento geral do debate consiste na reforma agrária como forma de possibilitar o acesso à terra de um grande contingente de lavradores sem terra e de pequenos e médios produtores. No Brasil, o desenvolvimento empreendido na sua agropecuária, transformando a estrutura de produção, "representou também a incorporação de parcela dos minifundistas à agricultura tecnificada, e parte dela conseguiu elevar sua renda real e, portanto, melhorar seu nível de vida. Ocorre que, do ponto de vista demográfico, esse processo de incorporação foi pequeno. O que gerou emigrações maciças, de um lado, e de outro, a proletarização, quanto não, a marginalização de uma grande maioria rural". Os pequenos produtores não representam um universo homogêneo e se caracterizam por diferenciações, decorrentes das suas relações econômicas e sociais. O sucesso ou o fracasso do pequeno produtor familiar de mercadorias "depende de sua prole e dos recursos naturais, e da ajuda da comunidade, e nisto residia sua autonomia". No caso do pequeno produtor familiar moderno, "seu sucesso ou fracasso depende não só de sua prole e dos recursos naturais, mas da produtividade em sua unidade produtiva. Ocorre que sua produtividade depende da produtividade social, isto é, da indústria, do comércio e dos serviços em geral que subministram mercadorias e serviços para sua unidade de produção" (MULLER, 1994).

Essa constatação mostra que há distintos universos a serem considerados no estudo da aplicabilidade da reforma agrária como política redutora das iniquidades na agropecuária brasileira. A realidade heterogênea torna infrutífera a procura de solução única, o que reforça a proposta de GRAZIANO DA SILVA (1994), de aplicar o instrumento da reforma agrária massiva apenas em regiões especiais do Brasil. Se o que está em consideração é o espaço geográfico já integrado à moderna agricultura, o caminho das respostas às iniquidades segue uma lógica. Mas se a análise enfrenta a realidade das regiões e dos segmentos sociais colocados fora do movimento modernizador, as propostas de superação das disparidades trilham outras alternativas. Em qualquer dos cenários, contudo, desde logo a postulação de VEIGA (1994), no sentido de reverter o caráter privilegiador à grande propriedade, inerente aos mecanismos de políticas públicas até agora utilizados, configura-se como exigência essencial de uma política menos concentradora da riqueza na agricultura.

No contexto das áreas onde a agricultura atingiu níveis elevados de integração da agropecuária com os demais segmentos, não há espaço para a constituição de pequenas e médias propriedades, mas sim para o fortalecimento das já existentes com o intuito de reduzir o ímpeto concentrador da continuidade das transformações. Em geral, essas regiões apresentam agroindustrialização avançada, onde os limites de escala e de eficiência colocam contra a parede as estruturas produtivas das propriedades menores. Nessa realidade, as pequenas propriedades estão declinando como nos países desenvolvidos, não havendo espaço para a recriação de outro número delas. Entretanto, políticas menos regressivas aumentariam as chances de que um número maior de pequenas propriedades hoje existentes se modernize e amplie suas áreas, permanecendo competitivas. A opção nesse espaço seria, assim, a redução, ao limite, dos estímulos à continuidade do movimento concentrador de terra e de riqueza, ainda

quanto à inaplicabilidade da reforma agrária e ao redirecionamento da luta para outros mecanismos de redistribuição de renda. Ressalte-se, porém, que, no conjunto da agricultura brasileira, essa realidade é particular, não podendo ser tomada pelo todo. Ainda que possa vir a ser o espelho do futuro, padece de males como o da regressividade da distribuição da riqueza, tão grave quanto no restante do Brasil.

que no processo de aprofundamento das transformações capitalistas isso venha a ocorrer.

Mas, para as regiões de pecuária extensiva e mesmo para aquelas onde as lavouras ainda não estão integradas à agricultura moderna, não há dúvidas de que existe espaço para que o desenvolvimento seja construído em bases menos díspares²⁹. Como o desenvolvimento dessas regiões tem sido possível apenas com a presença ativa do Estado, seja na construção da infra-estrutura ou do próprio financiamento da agroindústria (ou de estruturas de beneficiamento como no caso das frutas e olerícolas), essas políticas regionais devem romper com a lógica perversa de valorizar os grandes patrimônios fundiários existentes e realizar previamente medidas redistribuidoras de terras, desconcentrando a propriedade pela reforma agrária. Isso vale para várias zonas da fronteira de expansão e, mesmo, para "fendas de agropecuária atrasada" em regiões de agricultura desenvolvida. Nessas condições, a construção da moderna agricultura pode dar lugar à expansão da pequena e média propriedade, realizando ações recriadoras de novas unidades e fortalecendo as já existentes³⁰.

Mas a reforma agrária para ser bem sucedida - mesmo nos casos em que se revela um instrumento de política aplicável -, exige o rompimento com o desenho clássico sustentado pelo dogma de "dar terra para quem nela pode produzir". Numa agricultura "independizada" da terra, como aponta MULLER, FALEIROS e SANTONIERI (1990), o uso múltiplo desse recurso natural, em opções como turismo rural, áreas de lazer e outros serviços rurais, pode garantir o sucesso que a agropecuária poderia não concretizar. A reforma agrária poderia assim abranger outras atividades geradoras de renda, possibilitando incluir até mecanismos de proteção de áreas de interesse ambiental, no sentido de criar estrutura e manter pessoas na zona rural. Em qualquer caso, a construção de infra-estrutura adequada é fundamental, tanto para a prática da agricultura, que adicione o máximo factível de valor ao produto pelo agroprocessamento e beneficiamento³¹, quanto para as opções não agropecuárias de atividades rurais.

²⁹Merece atenção a proposta de Graziano Neto no sentido da proposição da "desapropriação de perímetros agrários inteiros, geograficamente delimitados, a serem declarados de interesse social para fins de reforma agrária. Razões maiores, como a violência rural, justificariam essa medida drástica. Nesse caso, a ação do Estado recairia sobre toda uma região, mesmo que nesse perímetro se localizassem fazendas produtivas. Dessa forma, o governo poderia intervir em grandes regiões de conflito ou de elevada concentração fundiária, mudando a cara da economia local. Em vez de trabalhar no varejo, partiria para o atacado" (GRAZIANO NETO, 1996).

³⁰É interessante destacar aqui o papel da reforma agrária como a tentativa de ganhar tempo para se conseguir construir um perfil de sociedade menos iníquo. Tem-se difundido notícias de que assentamentos realizados décadas atrás estariam atualmente vazios e a terra teria se concentrado novamente. Essa ação pública, entretanto, pode ter cumprido seu papel, que seria exatamente o de ganhar tempo e inserir de forma menos marginal os agricultores que deixam o campo nas cidades. Vale, como referência, a visão de Wilson Cano, ao defender a posição do Partido dos Trabalhadores na eleição presidencial de 1994: "O PT pensa que a reforma agrária se constitui num mecanismo que lhe pode dar tempo, tanto para acomodar e atenuar a gravíssima situação social que hoje afeta grande parte da população brasileira, como ganhar tempo para que dentro de um certo lapso, daqui a 15 anos talvez, se possa então homogeneizar de maneira mais ampla e mais completa a estrutura fundiária, e a estrutura produtiva e social da agricultura brasileira" (CANO, 1994).

³¹Desde logo, deve-se desfazer o preconceito atualmente existente quanto aos assentamentos, difundido em inúmeros fóruns por segmentos da mídia, de que se trata da expropriação de terras de produtores detentores de elevado nível tecnológico, para entregá-las a sem-terras pobres e inaptos à prática da agricultura moderna. Isso revela um desconhecimento completo da realidade do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terras (MST) no Brasil, organizado num Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), ou seja numa rede de cooperativas singulares em diversos assentamentos, algumas cooperativas regionais, atreladas à Confederação das Cooperativas de

Um aspecto que se configura enorme deficiência nas políticas públicas para a agricultura no Brasil, refere-se à não concretização de mecanismos de intervenção capazes de realizar, nem mesmo indicativamente, o planejamento do uso da terra. A inexistência de informações cadastrais amplas, atualizadas e democratizadas sobre as propriedades rurais brasileiras é um dado da realidade. Nos anos 60, Rangel argumentava que, "via de regra, a Questão Agrária é estudada abstratamente como se fosse algo independente e não parte da problemática geral, sem outra base factual senão imprecisas estatísticas sobre a divisão da propriedade fundiária e sem qualquer cuidado para com as relações reais de produção que essa divisão esconde" (RANGEL, 1962). Nos anos 90, Francisco Graziano Neto também afirma que "a base de dados sobre os imóveis rurais brasileiros - que pode determinar o alcance de uma política de desapropriação de terras, na medida em que permite definir qual é o estoque de terras improdutivas ou desapropriáveis no Brasil - é extremamente precária" (GRAZIANO NETO, 1996).

O fato de os dados cadastrais encontrarem-se eivados de erros, impede que se consagre o cadastro como um instrumento relevante de planejamento do uso de um recurso social finito como a terra. Se os dados cadastrais não possibilitam uma análise ou refletem erroneamente a realidade, as razões, certamente, estão muito além do fato de que, por incompetência, as gestões do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) teriam sido incapazes de aplicar a estrutura legal de forma que os dados cadastrais fossem um espelho da realidade. Existe um senso de domínio nos proprietários rurais brasileiros como se a propriedade privada e o indivíduo fossem extensão um do outro e sujeitos à intocabilidade. Isso faz com que não se sintam obrigados a prestar contas à sociedade pelo uso de um recurso social. Esse senso de domínio manifesta-se em mecanismos legais e em pressões de interesses dos ruralistas que têm manietado as autoridades governamentais, impedindo-as de executar medidas que elevem a eficiência dos órgãos que tratam da questão fundiária.

Os erros cadastrais, são, desse modo, mais um elemento exemplificador do poder político da burguesia agrária na defesa de seu patrimônio. Basta lembrar que, qualquer que seja a base estatística utilizada, não há como explicar o fato de que, mesmo em regiões brasileiras ocupadas há vários séculos, as áreas de lavouras são proporcionalmente reduzidas em relação às pastagens. Um planejamento eficaz do uso do solo deveria priorizar uma composição de culturas mais próxima dos anseios da sociedade. Para isso, o cadastro é um instrumento fundamental. Como exemplo, basta lembrar que a área agrícola paulista tem 11 milhões de hectares de pastagem num universo de 18 milhões de hectares (61%), índice esse que, caso a média da região de Ribeirão Preto fosse aplicada em todo o Estado seria reduzido para 7,2 milhões de hectares; ou seja, mais 3,8 milhões de hectares cultivados com lavouras seriam acrescentados aos atuais 6 milhões de hectares. Portanto, um cadastro consistente poderia contribuir para a diminuição dessas distorções, modificando a composição de culturas e, com isso, dando uso social mais adequado a essas terras,

Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB). Segundo documento recente do MST, que mostra experiências de agroindustrialização, educação rural e inúmeros outros avanços conseguidos pela luta empreendida, "esta intrincada organização mostra seus frutos, através da alta produtividade, melhor qualidade de vida e renda familiar média acima da obtida por agricultores desarticulados. Estas vitórias, somadas, podem mudar a cara do Brasil" (CONCRAB, 1996). Portanto, também o MST preconiza a eficiência da moderna agricultura, mas buscando melhor distribuição dos benefícios.

estrategicamente localizadas na região de economia mais desenvolvida do país.

Mas esse grave problema não se resume ao cadastro de propriedades do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). "Impressiona a falta de informações que o poder público, e por conseguinte toda a sociedade, tem sobre os assentamentos de trabalhadores rurais efetuados em projetos de reforma agrária. No próprio INCRA, que administra a maioria dos projetos, simplesmente inexistem informações sobre o assunto o que é lamentável. Essa deficiência exige um verdadeiro recenseamento nos projetos de reforma agrária" (GRAZIANO NETO, 1996). Essa medida constitui também exigência da cidadania, pois, não há como pensar em medidas mais abrangentes de planejamento do uso da terra, se nem ao menos sobre aquelas relativas a projetos governamentais há transparência.

Ressalte-se, também, de outra parte, a necessidade de se constituir formas específicas de avaliação desses projetos para que a sociedade não fique refém de verdadeiro tiroteio de informações e contra-informações a esse respeito, criando enorme confusão na opinião pública. "A avaliação dos projetos de reforma agrária, assim como sobre a pequena produção em geral, exige teoria e metodologias adequadas, próprias de processos econômicos cuja dinâmica não segue a lógica capitalista... Nessas situações, a lucratividade precisa ser contrabalançada por outros fatores, como o custo de oportunidade do emprego e os custos sociais comparados e o êxodo rural. Senão acaba ficando fácil provar que a grande propriedade é mais eficiente e, portanto, o melhor mesmo é deixar as pequenas desaparecerem" (GRAZIANO NETO, 1996).

Outro elemento a considerar diz respeito à composição de culturas. Normalmente os analistas, trabalhando com médias ou com os totais dos indicadores da agricultura, esquecem-se de que a modernidade no Brasil está presente num conjunto de cadeias produtivas, cuja característica fundamental são as grandes áreas de lavouras. Trata-se do padrão dos cereais em que indubitavelmente a área de escala ótima revela-se alta pela implementação da mecanização em todo o processo produtivo. O caso típico desse perfil está na soja que, tendo sofrido redução drástica na sazonalidade e no número de empregos, favorece a competitividade de produções de escalas maiores. O milho, o algodão, a cana para indústria, o feijão e o arroz representam o conjunto de atividades em que a intensificação tende a ser acompanhada de aumento das áreas médias de lavouras. Entretanto, para outras culturas como o café, citrus e as frutas em geral, além das olerícolas, as possibilidades tecnológicas de atingir o patamar dos cereais ainda se mostram remotas.

As possibilidades de sucesso de propriedades de menor porte e intensivas em capital, nesse perfil de composição de culturas (que inclui as plantas perenes e as olerícolas), mostram-se mais elevadas. Ao contrário dos países desenvolvidos - em especial os europeus e os Estados Unidos -, o Brasil desenvolveu muito pouco das suas potencialidades nesse campo. Com exceção dos sucos cítricos (e alguns núcleos de café orientados para a qualidade de bebida, como os produtores integrados à Yllicafê), em que a produção nacional revela alto padrão de integração e desenvolvimento, o nível alcançado em frutas e as olerícolas mostra-se muito aquém das possibilidades. Para um mercado internacional de frutas frescas em franca expansão, a participação brasileira revela-se inexpressiva³². Acontece que é exatamente nessas alternativas que as

³²Um estudo interessante da produção de café de qualidade, analisando especificamente o caso Yllicafê, é o de TAKITANE & SOUZA (1995), que pode ser complementado com a análise da rentabilidade de diferentes sistemas de produção de café de qualidade, incluindo o adensado, realizada por MARTIN, VEGRO & MORICCHI (1995). Sobre a fruticultura, uma avaliação da poten-

pequenas e médias propriedades, mesmo empresariais, têm maior possibilidade de sucesso, e onde nível de emprego é mais elevado - principalmente se ocuparem áreas hoje utilizadas com pecuária extensiva ainda predominante, mesmo no Centro-Sul brasileiro.

Torna-se fundamental, nesse quadro, a realização de amplo planejamento da agricultura brasileira, atrelando todo o conjunto de instrumentos disponíveis à consecução de objetivos nacionais estratégicos. Nesse caso, mostra-se relevante a profunda revisão da legislação que regula a obrigatoriedade cadastral, no sentido de tornar essa prática uma exigência compulsória e de associar a ela mecanismos coibitivos da informação não fidedigna. Para isso, o acesso a recursos públicos de qualquer fundo poderia ser vinculado à exigência de comprovação de cumprimento das obrigações de cadastramento. O planejamento da agricultura brasileira, ainda que com objetivo indicativo, possibilitaria reduzir o desperdício de recursos públicos escassos, diminuir o privilegiamento de grupos de agricultores, de regiões e de atividades, e assim funcionar como um instrumento redistribuidor das oportunidades, além da inegável transparência para a sociedade em geral.

Essa prática seria ainda mais efetiva se ocorresse o rompimento com o tradicional desenho horizontal das políticas públicas para a agricultura. Os instrumentos de aplicação massal como o crédito, ainda assim segmentado em rural e industrial, esgotaram suas potencialidades. A possibilidade da volta à realidade da década de 70 mostra-se remota. A concomitância de políticas sustentadoras dos segmentos da indústria de insumos e máquinas, da modernização agropecuária e da indústria de agroprocessamento, tornou-se hoje quase uma impossibilidade. A aplicação de políticas verticais, como as realizadas para o complexo sucroalcooleiro, a maçã catarinense e os sucos cítricos paulista, dentre outras, parece ser o caminho indicado para a intervenção estatal, ainda mais quando a competitividade exige visão de conjunto, que rompa com os limites da agropecuária. Nessa perspectiva, há como planejar medidas que garantam perfis menos regressivos para a distribuição dos benefícios e da riqueza gerada.

Desse leque de possibilidades faz parte a consolidação de políticas sociais consistentes, específicas segundo a realidade dos diversos grupos sociais marginais na agricultura brasileira. O acesso amplo à saúde, educação, habitação e previdência social representa uma necessidade da recomposição da dignidade da imensa legião de excluídos da agricultura brasileira. De outro lado, a reordenação das políticas públicas para a agricultura precisa incluir mecanismos de segurança alimentar, capazes de reduzir drasticamente os níveis de deficiência nutricional de vários segmentos da população. Da política para a agricultura norte-americana, que serviu de modelo para a constituição da brasileira, transplantou-se apenas instrumentos de sustentação da produção, deixando de lado outros tão importantes para a dinâmica setorial como os programas de garantia de renda mínima e os selos alimentação ("foods stamps"). Essa prática distributiva, pelo lado dos gastos e não das receitas públicas, pode ser eficaz na sustentação da demanda agrícola, sem as distorções e sem os privilégios da aplicação das medidas de crédito rural e preços mínimos, realizada a mercado.

Para concretizar a superação do processo aprofundador das disparidades, esses elementos, assim como muitos outros passíveis de serem considerados, exige o fortalecimento do Estado Nacional, como estratégia para torná-la viável. Isso configura-se essencial, na medida em que permita alterar rumos e revolucionar métodos, pois a modernidade constantemente

cialidade do mercado mundial pode ser encontrada em SOUZA & GONÇALVES (1995) e uma discussão dos principais pontos impedidores da competitividade nacional em GONÇALVES et al.(1995).

prometida não garante, necessariamente, o fim da mesmice do aprofundamento das disparidades. Entretanto, como afirmou Marcuse, "progresso não é um termo neutro, encaminha-se para fins específicos, e esses fins são definidos pela possibilidade de melhorar a condição humana. A sociedade industrial desenvolvida se aproxima da fase em que o progresso contínuo exigiria a subversão radical da direção e organização do progresso predominantes. Essa fase seria atingida quando a produção material (incluindo os serviços necessários) se tornasse automatizada a ponto de todas as necessidades vitais poderem ser atendidas enquanto o tempo de trabalho necessário fosse reduzido a um tempo marginal" (MARCUSE, 1979).

O progresso, se este for realizado com a continuidade dos mecanismos alargadores das disparidades, resultará em níveis de iniquidades insustentáveis. É preciso reconhecer a existência desse aprofundamento de diferenças para que a alternativa produzida não seja a conservadora. Essa opção está presente, mesmo que à custa do retrocesso e da barbárie, com níveis intoleráveis de marginalidade. Como escreveu MARCUSE (1979), as massas de excluídos, "existem fora do jogo democrático, sua existência é a mais imediata e mais real necessidade de pôr fim às condições de vida e instituições intoleráveis. Assim sua oposição é revolucionária ainda que sua consciência não o seja. Sua oposição atinge o sistema de fora para dentro, não sendo portanto desviada pelo sistema, é uma força elementar que viola as regras do jogo e, ao fazê-lo, revela-o um jogo trapaceado... O fato de começarem a jogar o jogo pode ser o fato que marca o começo do fim de um período. Nada indica que será um bom fim".

3. - Crises brasileiras recentes: transformações e perenidade da Questão Agrária

As crises são altamente reveladoras. É na anatomia das crises que é possível desnudar todos os elementos definidores da estrutura da sociedade e, com isso, trazer à tona as contradições que lhe são inerentes, no seu todo e na sua amplitude. As fases de crescimento produzem, quase sempre, um ancoramento dos anseios sociais nesse avanço. Isso porque é fácil impregnar o imaginário popular com a impressão de que o desdobramento do processo promoverá a solução dos problemas. Fica extremamente facilitada, nessas conjunturas, a defesa do *status quo*, alardeando a inevitabilidade de certos acontecimentos e a inexorabilidade das soluções, pois tudo é tornado aceitável em nome do crescimento. Nesse contexto, é até compreensível que nas fases de crescimento haja espaço para a maior presença de teóricos conservadores, mas, nas crises, suas postulações sucumbem à realidade. Como diz BRUNHOFF (1991), "os novos clássicos não têm mais teoria da crise do que já tinha o pensamento econômico tradicional. Para eles a crise não é uma categoria econômica. Na perspectiva de regulação pelo mercado, existem, no máximo, desequilíbrios temporários que geram flutuações de curta duração e que se corrigem por si mesmo".

As crises dos capitalismo nacionais têm nos seus elementos centrais a ruptura do padrão de financiamento, uma vez que sendo o investimento o elemento dinamizador do processo de crescimento, é preciso redefinir as formas de mobilização de capital e as alternativas de sua aplicação. Assim, é necessário constituir o horizonte do investimento para que se abra caminho para a alavancagem das inversões a fim de que estas cumpram seu papel de reverter as tendências desaceleradoras do ciclo. Esses são os elementos-síntese na esfera do aparato

produtivo, mas existem aqueles ligados ao tecido social. Além dos aspectos estritamente econômicos, as crises tornam claro quem são os beneficiários do desenvolvimento anterior, não só porque as contradições ganham força, magnificadas pelo fato da quebra da âncora do crescimento aflorar os conflitos distributivos, mas também porque, no bojo da classe dominante, a liderança da fração hegemônica no período anterior é colocada em xeque, quando não o é mesmo o próprio predomínio dessa classe por ocasião das crises agudas. Desse modo, as crises não são meros afloramentos cíclicos de elementos de caráter econômico, mas períodos de reordenamento, quando se gestam não só novos padrões de financiamento que sustentarão os fluxos de investimento seguintes, mas também as coligações de forças políticas que empreenderão as direções desses processos, o que em suma determina os perfis distributivos dos novos ciclos ascendentes.

As duas últimas crises do capitalismo tardio brasileiro são carregadas desses elementos e reveladoras do perfil de sociedade em construção e de suas contradições. A crise do início da década de 60 manifesta a desaceleração típica da fase descendente do ciclo econômico, após um portentoso bloco de investimentos, representado pelo Plano de Metas, executado no período 1957-61. As taxas de crescimento do produto reduziram-se drasticamente, em função da maturação dessa fase inversionista. A profundidade da crise, contudo, foi acirrada pela incapacidade estatal de realizar políticas anticíclicas, dado o Estado estar instrumentalmente desaparelhado. O componente basilar do padrão de financiamento adotado para dar suporte ao ciclo expansivo havia se esgotado. Tratava-se do imposto inflacionário decorrente da mobilização de recursos através da emissão primária, cujo controle fugia do Estado com a inflação latente (SERRA, 1989). Esse instrumento revela o conteúdo conservador, no plano político, das forças dominantes no processo. É extremamente regressivo em relação à renda e foi adotado pela incapacidade de se engendrar uma reforma tributária, bem como outros instrumentos mobilizadores de recursos através do Estado, na medida em que confrontaria interesses poderosos de setores da classe dominante.

Essa é a face econômica da crise, mas existe um outro aspecto, inerente ao tecido social. A industrialização anterior correspondeu à internalização da base produtiva do "padrão americano", calcada na metal-mecânica pesada como núcleo dinâmico, que se realizou sem reformas estruturais e mostrava-se aprofundante da heterogeneidade estrutural. O tecido social dava mostras de desigualdade crescente; no núcleo da questão estrutural, estava a Questão Agrária. Esta acabou condensando os vários aspectos da problemática estrutural, pois a propriedade da terra, enquanto forma basilar da propriedade privada, ao ser colocada em questão, significava o questionamento da propriedade privada em geral. A redução a esse aspecto mostra-se um equívoco, na medida em que na Questão Agrária estavam em jogo elementos estruturais mais amplos.

A agropecuária mantinha-se predominantemente arcaica, com uma multidão de "agregados" submetidas à coerção extra-econômica nos latifúndios, em condições miseráveis de vida, e havia a necessidade de romper com essa limitação ao desenvolvimento, definida como o "atraso" do setor agrícola. Por outro lado, era elevada a população excedente no campo, enquanto a produção agrícola era abundante o bastante para exceder a capacidade de absorção interna, ficando dependente do mercado externo. Para tornar o quadro mais crítico, a superprodução e a superpopulação manifestavam-se em regiões distintas, dando os contornos de grave desigualdade regional (RANGEL, 1962). Assim, a não resolução da Questão Agrária forjava uma sociedade excludente e conservadora; ou seja, uma "economia de baixos salários" e uma burguesia de perfil

eminentemente conservador, que mantinham ou montavam sucedâneos da coerção extra-econômica, impedindo o desenvolvimento de maior capacidade reivindicatória da parte dos trabalhadores já fragilizados pela oferta abundante de mão-de-obra, num desmesurado exército de reserva.

A solução da crise dos anos 60, no processo hegemônico pela fração internacionalizante de uma poderosa classe dominante em mais uma demonstração de sua enorme capacidade política, foi encaminhada mediante o equacionamento do obstáculo interposto pelo padrão de financiamento, sem considerar as questões estruturais. A crise do modelo, portanto, é solucionada no plano da crise econômica e não no da social, que permanece crônica. O novo padrão de financiamento é gestado com as reformas institucionais da metade da década de 60: a tributária, a bancária e a administrativa, conformadas na adaptação aos interesses estabelecidos. Essas ações deram suporte a um novo ciclo de investimentos e à realização de taxas de crescimento extraordinárias, no período conhecido como o "milagre" brasileiro (SERRA, 1989). A expansão do consumo de bens duráveis e a incorporação progressiva de algumas camadas da população à sociedade de consumo na fase do auge, tornaram as questões estruturais postergáveis. Houve redução drástica, não só pela força repressiva, mas no próprio seio popular, do apoio a essas idéias. A "nova classe média" crescia e dava respaldo à "modernização", pois o regime, tendo como âncora o crescimento acelerado, ampliou suas bases sociais.

A Questão Agrária foi literalmente eliminada das preocupações governamentais nessa fase triunfante, ao menos no tocante ao seu aspecto estrutural. A incorporação definitiva da agricultura ao "modelo americano", transformando radicalmente o padrão produtivo e o padrão de consumo, foi a contundente e profunda resposta conservadora, no afã de desqualificar a Questão Agrária como questão fundamental. A agressividade das políticas públicas, executadas a partir da metade da década de 60, promoveu a modernização do latifúndio e o uso de insumos industriais, forjando o "novo padrão agrário" (KAGEYAMA et al., 1990). Mas não foi somente na face agropecuária que tal ocorreu. A agroindústria processadora conheceu um avanço extraordinário, alavancado por políticas de financiamento específicas, o que fez romper seu espaço até então restrito a segmentos tradicionais, como o açucareiro, e avançar em larga escala em outros segmentos (BELIK, 1992). A distribuição de produtos alimentares nas grandes cidades receptoras da população migrante no êxodo rural sofre profunda transformação com a emergência dos supermercados, que passaram a monopolizar a parcela fundamental do processo de distribuição. Por outro lado, o padrão de consumo era alterado radicalmente pelo avanço das massas alimentícias e de outros alimentos processados, com base, principalmente, no trigo e na soja, das proteínas animais como carne avícola, ovos e leite e derivados - todos em substituição às fontes tradicionais. Finalizando a contundência da constituição da parcela agrícola do "modelo americano", o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) implantaria a moderna estrutura produtiva de bens de capital da agricultura mediante as plantas industriais produtoras de fertilizantes, maquinaria e defensivos. Permeando todo esse conjunto de fatos, tem-se a forma característica de organização empresarial do "modelo americano", a grande empresa de caráter oligopólico.

O Estado, demonstrando sua vitalidade, quando o ciclo ascendente se esvaía e dava sinais de desaceleração, empreendeu o II PND, que alavancou o investimento por praticamente toda a segunda metade da década de 70. Esse fôlego, dado pela poderosa atuação anticíclica do Estado, não só aprofundaria a

estrutura produtiva do "modelo americano", como também daria tempo para a execução de um processo de transição gradual e controlado, que possibilitaria uma saída sem rupturas políticas, com a persistência do poder conservador. Num alargamento do novo padrão de financiamento, foi ensejado o endividamento externo, aproveitando-se das facilidades do euromercado emergente. A dívida externa evoluiu rapidamente com o correlato endividamento interno, ambos seguidos pela "estatização da dívida externa", pois o processo de inversões correspondeu não só a um papel de capital financeiro desempenhado pelo Estado como também esse assumiu haveres privados (CRUZ, 1983). Pode-se, assim, interpretar essa "estatização da dívida externa" como um primeiro movimento da classe dominante conservadora na busca de proteger seu patrimônio. Da mesma forma, o prolongamento da crise dos 80 e as privatizações significaram a outra parte, com o desvencilhamento de montante expressivo da parcela "podre" do patrimônio representada por alguns papéis públicos, como títulos da dívida agrária resgatados ao par. De qualquer modo, prevalece a tradição minimizadora de perdas da classe dominante, não importando por isso o ritmo das transições. No final da década de 70, face ao esgotamento do padrão de financiamento adotado, o Estado estava literalmente incapacitado para desempenhar políticas anticíclicas de alavancagem do investimento.

A crise dos 80 foi madrastra para os teóricos conservadores, uma vez que desenterrou, uma a uma, as questões estruturais que a avalanche "modernizadora" acreditava ter enterrado para sempre. Não só essas questões mostraram-se persistentes, como também reemergiram com força incontida, decorrente do acirramento a que foram submetidas. Tomando formas obviamente distintas mas de conteúdo semelhante, as questões de base reeditaram-se numa heterogeneidade estrutural aprofundada. As desigualdades de renda extremadas, os níveis de pobreza mais elevados e todo um conjunto de indicadores sociais, além do preocupante aumento da violência em geral, põem à mostra a face excludente do modelo capitalista tardio brasileiro. A Questão Agrária não ficou indiferente. O latifúndio modernizou-se e ampliou sua presença, num processo concentrador de terra. A população excedente, em que pese a radicalidade do êxodo rural no ímpeto urbanizador, ainda é enorme no campo, ao que se associa o excedente populacional urbano. A capacidade de produção cresceu astronômicamente e ainda tem, na frente externa, a saída para a realização de parcela significativa da oferta, mediante suas quedas de custos e preços não foram suficientes para propiciar às menores faixas de renda o acesso ao consumo pela amplitude da queda real dos salários. Além desses elementos, persiste a dicotomia regional pois a população excedente está localizada em região distinta da enorme capacidade produtiva. Essas variáveis estruturais não só marcam a economia brasileira, como também se afiguram mais dramáticas. Nesse sentido, a crise dos 80 é um aprofundamento da crise dos anos 60.

A elevada capacidade de produção agrícola, que fez ruir definitivamente as teses da inelasticidade da oferta, tem turvado a visão de alguns que insistem em não enxergar a crise agrária, em razão da solução parcial da crise agrícola. Parcial porque a "modernização conservadora" resolveu o lado oferta da questão agrícola, ignorando o lado da demanda, cuja existência até mesmo os modelos de equilíbrio marshalliano o reconhecem. A demanda é dada nos modelos de oferta agrícola, não importando se a estrutura da própria produção a configura de dada maneira. No entanto, se a demanda é dada, é preciso desvelá-la no sentido das condições em que se concretiza. No mercado só pode demandar quem tem renda para exercer poder de compra. Em sociedades marcadas por profundas

desigualdades estruturais, o contingente capaz de exercer o pleno poder de demandar é reduzido. Portanto, é preciso entender que uma parcela considerável da população simplesmente não demanda aos preços estabelecidos, porque sua renda só permite o acesso a "curvas de indiferença" de baixíssimo grau de satisfação ³³. Isso decorre da crise agrária, na medida em que a agricultura cumpriu sua função de produtora de bens agrícolas, mas não a de reguladora do mercado de trabalho, conformando uma "economia de baixos salários" com perfil dramaticamente excludente.

Nessa realidade, a fome convive, paradoxalmente, com supersafras e elevada capacidade de resposta da produção. Do lado do "mercado", trata-se de um problema de preços relativos, mas relativos especiais, definidos pela baixa participação dos salários na renda nacional. Mas esse é apenas um fato a explicar a partir da sua raiz estrutural, pois se conforma na base excludente do modelo implantado numa sociedade já extremamente problemática, ampliando essas desigualdades. A Questão Agrária ainda é um elemento presente e central, na medida em que ela condiciona níveis ainda mais dramáticos de excludência no caso de um novo ímpeto impulsionador das transformações, sem contudo equacioná-la. Para isso, basta lembrar os mais de seis milhões de desempregados potenciais que a agropecuária, mesmo em condições precárias, ainda segura no campo (KAGEYAMA, 1986). Noutro ângulo, a concentração da terra, como forma de concentração de riqueza, converte-se em ponto crucial para qualquer proposta de caráter redistributivo. A Questão Agrária mudou de conteúdo, mas é uma característica intrínseca da crise social atual e, sem enfrentá-la, não há como solucionar a questão social.

O conteúdo da Questão Agrária atual guarda muitos elementos já presentes nos anos 60, mas outros foram transformados ou deixaram de existir, e novos surgiram. A persistência principal é o ímpeto concentrador do latifúndio, presente, tanto no anteriormente "arcaico", quanto no atual "modernizado". O poder de controle sobre a mão-de-obra, de caráter extra-econômico sobre a mão-de-obra materializa-se, no caso, no dificultar qualquer movimento organizativo ou reivindicatório, chegando mesmo a exercitar métodos tradicionais de opressão (como as várias formas de trabalho compulsório) nas áreas mais afastadas. A população excedente, a superprodução e o problema regional ainda têm lugar no momento presente, sendo que o êxodo rural cria uma população excedente também urbana, que tem ligação estreita com a crise agrária e que aguarda solução no seu bojo. A questão agrícola persiste no seu componente demanda, uma vez que multidões não têm acesso ao consumo por insuficiência de renda. É preciso ressaltar que a produção agrícola se moderniza num processo de

³³ É preciso distinguir a diferenciação de demanda derivada da desigualdade social em países de baixa renda e elevada desigualdade distributiva da diferenciação de demanda derivada da sofisticação do consumo em países de elevada renda per capita e menor desigualdade distributiva. No primeiro caso, a demanda potencial, decorrente dos gostos e preferências do consumidor mostra-se significativamente superior à demanda efetiva, resultante dos gastos desse consumidor. Qualitativamente, nessas circunstâncias, enorme contingente populacional está fora do mercado e, assim, suas necessidades básicas ainda não estão satisfeitas. A qualquer incremento de renda, o crescimento do consumo concentra-se ainda em produtos pouco sofisticados; além disso, paradoxalmente, o Governo tem de "controlar" esse aumento de demanda para que o mesmo não redunde em pressões inflacionárias que irão corroer essa renda adicional, revertendo esse consumidor à situação anterior. No segundo caso a situação é diametralmente oposta, com os consumidores de alta renda satisfeitos nas suas necessidades básicas e que, caso não sejam estimulados constantemente para o consumo de produtos mais sofisticados, tendem a "entesourar" e com isso problematizar o desenvolvimento econômico. A diferenciação da demanda constitui objeto de políticas econômicas e da estratégia das empresas para evitar a crise.

reorganização onde a utilização de insumos mais concentrados e eficientes e de máquinas mais potentes e sofisticadas, sendo crescente, coloca a agropecuária num processo dinâmico para "mais além do arrefecimento" que se tem diagnosticado. A exploração de nichos de mercado e a evolução do padrão de processamento e padronização são características presentes nessa década, onde a agricultura cresceu na contramão da economia estagnada.

Portanto, a oferta crescente com preços cadentes na década de 80, foi fundamental para impedir que o problema social fosse mais grave, na medida em que funcionou como amortecedor de radical queda de salários. Mas o espaço para a persistência dessa performance da agricultura enfrenta seus limites, cada vez mais estreitos. Desse modo, a face oferta da questão agrícola não pode mais ser um instrumento amenizador da face demanda, inerente à Questão Agrária. Desse lado, a terra, tomando a característica de ativo, ainda é a porção preponderante do patrimônio dos proprietários, sua financeirização a coloca como parte da necessidade de regulação de seu "mercado", tirando-lhe a excessiva liquidez e aumentando-lhe os custos de manutenção, via tributação, como instrumento de tolher-lhe os movimentos especulativos. De qualquer forma, numa realidade tão complexa, exatamente pelas suas características tão extremas, não há como abrir mão de possibilidades de instrumentos, com uso específico para as várias situações, e dentre elas a desapropriação da propriedade. Os contornos da Questão Agrária atual ganham conteúdo dramático, estando no bojo de uma crise mais ampla que a da década de 60.

A crise dos anos 80 tem mais um elemento complicador: não é pura e simplesmente uma crise do modelo, resolvida no contexto determinado por seus limites, mas é uma crise de modelo na medida em que as transformações recentes ensejam a superação do "modelo americano". Ao ter completado a internalização desse modelo, no final da década de 70, o Brasil incorporou a modernidade. Prevaecem internamente o padrão produtivo e o padrão de consumo inerentes ao movimento mundial do pós-guerra, mesmo que seja um "modelo americano caricato" (MELLO, 1984). Essa caricatura não resulta apenas do fato de não haver sido internalizado o núcleo gerador do progresso tecnológico, mas também de ter atingido a população e a estrutura produtiva de forma profundamente desigual. A questão é que não basta ter somente um processo de suspensão da caricatura, ampliando os beneficiários no plano social. A modernidade nesse caso estaria apenas restrita a um problema de crise do modelo. No entanto, a transformação profunda da base técnica, em marcha no mercado, retira da metal-mecânica fordista o papel de engendrador do dinamismo, posição assumida pela mecatrônica toyotista. O Brasil ao constituir um "modelo americano", mesmo que "caricato", o que o configura na modernidade, enfrenta uma pós-modernidade, em que o ritmo das mudanças globais solapa as suas conquistas³⁴.

³⁴A agricultura configura-se o mais importante setor econômico da economia brasileira. O Brasil é considerado um dos New Agricultural Countries (NACs) – conjunto de países emergentes de agricultura moderna e competitiva. A agricultura é, justamente o setor econômico objeto do maior conjunto de políticas protecionistas das nações líderes mundiais: os Estados Unidos (EUA) e a União Européia (UE). As políticas de proteção adotadas tanto nos EUA quanto na UE foram chanceladas pela Rodada Uruguaia do General Agreement on Tariffs and Trade (GATT) e, mesmo comprometendo percentual maior do seu Produto Interno Bruto (1,5%) que os norte-americanos (1%) e os europeus (0,7%), o Brasil não consegue os mesmos níveis de proteção sustentado por sustentado por políticas públicas (GONÇALVES, 1994). Por outro lado, passa pela desmontagem progressiva de todos os acordos multilaterais de produtos básicos, como café, açúcar, borracha e cacau, resultado de um posicionamento deliberado dos países desenvolvidos de desregular o comércio dessas mercadorias (GONÇALVES & MARTIN, 1994). Ao público "ruralista", faz-se conveniente lembrar que

No plano da estrutura produtiva, o novo modelo provocará uma profunda mudança, o que exige um amplo e profundo plano de reorganização produtiva³⁵. Mas estão do lado da estrutura social os corolários mais preocupantes em termos de impacto no mercado de trabalho. Trata-se de um modelo, ao mesmo tempo liberador de mão-de-obra desqualificada em grande número e exigente em mão de obra qualificada em quantidades menores. Ele torna praticamente obsoletas as reservas minerais e a mão-de-obra barata, fundamentais para países periféricos se industrializarem face ao oferecimento de vantagens comparativas; deixam de ser primordiais num sistema de produção calcado na informatização e na integração para a produção em tempo real e nas fibras sintéticas (COUTINHO, 1992). Ao contrário do modelo fordista - que, ao mecanizar era profundamente "economizador" de mão-de-obra, na medida em que, no seu processo, o trabalhador desqualificado era adaptado para realizar tarefas repetitivas - o modelo toyotista, ao automatizar as fases repetitivas, libera esse contingente de trabalhadores o que reduz consideravelmente o pessoal ocupado. De outro lado, o controle da máquina, nos processos integrados, é transformado em controle de processos, o que exige uma capacidade de reflexão sobre o todo, de modo a corrigir rapidamente problemas e minimizar ao extremo perdas materiais e de tempo de processo. Isso otimiza recursos e trabalho, pois os sistemas trabalham praticamente sem estoques. O operário fordista, adaptado pelo "adestramento", é substituído por mão-de-obra qualificada, com elevado nível de formação.

No plano geral, tem-se portanto duas tendências altamente preocupantes para sociedades estruturalmente heterogêneas, que podem agravar ainda mais a situação. O novo modelo multiplica radicalmente a produtividade do trabalho, exigindo, assim - se generalizado - um nível extremamente diminuto de pessoal, e altamente qualificado. Tal processo desencadeia-se em economias de renda elevada, de menores disparidades distributivas e com alta capacidade de engendrar sistemas de proteção social sólidos e abrangentes. Ainda assim, emergem conflitos profundos³⁶. Numa sociedade como a brasileira, caracterizada pela modernidade profundamente excludente, é fácil compreender os dilemas da

são descabidas as afirmações simplistas de que "a saída do Brasil está na agricultura". Isso tem mero efeito retórico e nada diz porque a base da 2ª Revolução Industrial consolida-se na agroindústria, e as mais importantes nações industriais do mundo são também potências agrícolas (EUA e UE), exatamente por terem criado estruturas competitivas nesse setor, ainda que superando a deficiência de recursos naturais. Não basta, portanto, ter amplas extensões de terra a incorporar; é preciso, também, intensificar a industrialização da agricultura. O mesmo alerta cabe aos reformistas que concebem reforma agrária como mera "distribuição de terras".

³⁵Na agricultura, ainda que esse processo se concretize de maneira lenta e desigual nos vários segmentos da produção, a tendência é de integração a esse movimento de produção flexível para mercados segmentados. Nesse processo, "existem alguns pontos da atual organização agrária que pressagiam claramente mais mudanças: o esgotamento da lógica produtivista pautada na estratégia de produtividade imperante nos últimos 40 anos, o impacto deletério deste modo de produzir sobre o meio ambiente, a importância crescente da qualidade do produto agrícola e reestruturação competitiva da indústria de alimentos por exigência das grandes cadeias comercializadoras e dos consumidores" (MULLER, 1994).

³⁶Isso numa realidade de profunda crise fiscal decorrente de formas inadequadas de financiamento público. Ainda assim, o grande desafio do Estado brasileiro na realidade momentânea é compatibilizar o novo ciclo de aceleração da economia nacional com a agregação crescente da grande massa de excluídos no plano social. O ponto mais contraditório dessa política está no paradoxo de ter de adotar medidas que levem à inserção no padrão tecnológico da 3ª Revolução Industrial, que se revela cada vez menos intensiva em mão-de-obra, com a exigência de elevar substancialmente o nível de emprego para incorporar um contingente expressivo da população fora do mercado e que, face à crise do financiamento público, está longe de ser atendida condignamente pela Previdência Social.

pós-modernidade, em que as vantagens comparativas tornaram-se quase nulas. De um lado, a população excedente urbana já é em si um elemento perturbador, pois, tendo um exército de reserva desmesurado, confrontar-se-ia com processos que aumentariam ainda mais esse contingente, jogando por terra a perspectiva incorporadora; isso, na medida em que a indústria "arcaica", ao "modernizar-se" liberaria multidões de "peões" - sem contar o excedente populacional rural que é mais expressivo. De outro lado, a excludência já marcada no seio social amplia-se, pois só terão possibilidade aqueles que, rompendo o cerco da má qualidade dos serviços públicos, atingirem graus satisfatórios de educação. Num país de analfabetos, isso torna o processo extremamente elitista, aprofundando ainda mais as desigualdades³⁷.

Portanto, numa sociedade fragmentada como a brasileira, o novo modelo industrial, sem um processo ao menos minimizador das profundas disparidades sociais, teria, ao generalizar-se, conseqüências catastróficas, talvez insustentáveis. O Brasil já enfrenta a internalização, num só país continental, das contradições existentes no plano mundial entre ricos e pobres. O problema da repulsa aos imigrantes nordestinos nas metrópoles do Centro-Sul, é um conflito, que apesar de incipiente, pode tomar proporções alarmantes se avançar a excludência. As reformas estruturais tornam-se não mais tão somente um problema distributivo, mas ganham os contornos de núcleo da questão nacional. Quaisquer que sejam as alternativas pensadas, a Questão Agrária torna-se estratégica, pois, se a modernidade já não incorporou uma ampla parcela da população urbana e deixou à margem enorme excedente populacional rural, a pós-modernidade coloca em perigo parcela dos incorporados. É preciso, portanto, entendê-la no contexto das crises recentes da agricultura brasileira.

A crise do início dos anos 60 representou o reflexo da desaceleração econômica decorrente da maturação do portentoso bloco de investimentos realizado na implementação do Plano de Metas (1957-61). Entretanto, no tocante à agricultura era notório que esse setor não apenas havia descumprido as metas de produção dele esperadas como também as principais propostas de transformação aventadas nas indústrias de máquinas e de adubos e na armazenagem não foram concretizadas. A ocorrência concomitante de custo de vida elevado, numa realidade de inflação, e de desemprego, fez da agricultura o fator de estrangimento fundamental ao desenvolvimento nacional, ou seja, seu desempenho desfavorável seria a principal causa da situação vivida naquele momento.

O debate em torno disso colocou frente a frente forças que, embora se organizassem em torno da modernização da agropecuária, preconizavam caminhos distintos. A questão central era se a estrutura fundiária e as relações de produção no campo deveriam ser reformadas para a construção de uma modernidade com maior justiça distributiva, ou se estas pré-condições não eram relevantes, bastando apenas "modernizar o latifúndio" para que a agropecuária

³⁷A dificuldade de implementar políticas sociais abrangentes pode ser vista num aspecto absolutamente crucial: a educação. Como explica PACHECO Fº (1995), "apesar da crise do Estado no Brasil envolver muitas facetas além da forma de financiar os gastos públicos, esta é sua manifestação mais crítica em relação ao ensino fundamental público. Há uma incapacidade de alocação de recursos em montantes necessários para a garantia da qualidade do ensino. Se em períodos de crescimento econômico elevado, em que a massa de recursos tributários cresceu de forma acelerada, o Estado conseguiu destinar recursos necessários para fazer face à rápida expansão da rede de escolas públicas, quando o ritmo de crescimento econômico diminuiu, instalou-se uma enorme dificuldade de manter essa rede. Em conseqüência, o ensino público no Brasil vivencia, nos últimos anos, problemas crônicos de financiamento".

cumprisse sua função no desenvolvimento econômico. Certamente essas duas vertentes básicas contemplavam inúmeras variantes em cada uma delas, mas, na essência, a questão da terra era o elemento divisor fundamental entre elas, como condição do desenvolvimento capitalista da agricultura brasileira.

A opção pela modernização do latifúndio, concretizada por ativas políticas econômicas da metade dos anos 60 e por toda a década de 70, consolidou o moderno padrão agrícola brasileiro. A estrutura fundiária concentrou-se ainda mais, e em muitas regiões agrícolas, as relações de produção continuaram presas a mecanismos de coerção extra-econômica. Mas a oferta agrícola cresceu significativamente, levando a seguidas supersafras e à configuração do Brasil como um dos New Agricultural Countries (NACs) - países de desenvolvimento recente com base na agricultura moderna. A crise dos anos 80, concretiza-se, portanto, numa realidade de pleno sucesso em termos de desenvolvimento da agricultura. Ainda assim, a realidade rural era caracterizada pela desigualdade e pobreza para a imensa parcela da população. O paradoxo de supersafras e fome revela-se como principal elemento denunciador do conflito distributivo. A miséria urbanizada, sem que fosse debelada no campo, e a renda altamente concentrada, põem à mostra a face perversa do aprofundamento das **iniquidades** realizado nas décadas anteriores.

Trata-se de processo de desenvolvimento sem reformas estruturais onde as transformações produtivas vieram no sentido de reforçar e aprofundar as desigualdades. No conjunto das reformas estruturais postergadas está a Questão Agrária, que persistiu como elemento presente, tanto na crise dos anos 60, quanto nos anos 80, ainda que com outra face ou outros indicadores. A necessidade de internalização do padrão produtivo da 3ª Revolução Industrial e as transformações produtivas em curso na economia brasileira fazem com que o debate da crise agrária se centre no desafio do rompimento com o processo aprofundador das desigualdades sociais. Certamente, a realidade caracterizada por profundas disparidades em todos os sentidos não chancelaria solução única. Mas é preciso enfrentar a necessidade de dar solução à questão. Mais uma vez, a sociedade brasileira defronta-se com seu crônico dilema: **superar a arcaica persistência de relações de produção e relações sociais criadas a partir da sofisticação de mecanismos de coerção extra-econômica, associados a poderosos instrumentos de alienação, representados pelos meios de comunicação de massa agindo sobre uma população de educação precária, para erigir uma sociedade democrática de fato e de direito, ao mesmo tempo em que reverta a tendência concentradora de renda e dos benefícios do desenvolvimento.**